

A warm, golden-toned photograph of a desk. In the upper left, a bouquet of yellow roses sits on a stack of books. A desk lamp with a glass base and a blue shade is on the right. In the foreground, there are several folded yellow envelopes and a pen. The overall mood is intellectual and creative.

organizadores

Atauan Soares de Queiroz

Kátia Luzia Soares Oliveira

Jurema Moreira Cavalcanti

Delânia Santos Azevedo

Epistolaridades

pensamento crítico e criativo
em Arquitetura, Urbanismo,
Literatura e História

organizadores

Atauan Soares de Queiroz

Kátia Luzia Soares Oliveira

Jurema Moreira Cavalcanti

Delânia Santos Azevedo

Epistolaridades

pensamento crítico e criativo
em Arquitetura, Urbanismo,
Literatura e História

I São Paulo I 2026 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E64

Epistolaridades: pensamento crítico e criativo em Arquitetura, Urbanismo, Literatura e História / Organização Atauan Soares de Queiroz... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Demais organizadores: Kátia Luzia Soares Oliveira, Jurema Moreira Cavalcanti, Delânia Santos Azevedo.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-548-0

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-548-0

1. Epistolaridade. 2. Carta. 3. Diálogo epistolar. I. Queiroz, Atauan Soares de (Org.). II. Oliveira, Kátia Luzia Soares (Org.). III. Cavalcanti, Jurema Moreira (Org.). IV. Azevedo, Delânia Santos (Org.). V. Título.

CDD 808.86

Índice para catálogo sistemático:

I. Epistolaridade - Carta

Simone Sales • Bibliotecária • CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	yganko, freepik - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Acumin Variable Concept, Magno Serif Variable, Rockwell Nova
Revisão	Os organizadores
Organizadores	Atauan Soares de Queiroz Kátia Luzia Soares Oliveira Jurema Moreira Cavalcanti Delânia Santos Azevedo

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 6

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza

Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelí Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Carta-apresentação15

PARTE 1

**DIÁLOGOS EPISTOLARES
EM ARQUITETURA E URBANISMO 20**

CAPÍTULO 1

*José Rodolfo Sizilio Novaes
Júlia Araújo da Silva Oliveira
Osnildo Adão Wan-Dall Junior*

Roda de conversa epistolar:

Acessibilidade em arquitetura e urbanismo
e as percepções multissensoriais21

CAPÍTULO 2

*Raissa Andrade de Carvalho
Lara Campos Castro Vilas Boas
Daniele Emyle Alves de Souza Carvalho
Atauan Soares de Queiroz*

Roda de conversa epistolar:

Arquitetura decolonial34

CAPÍTULO 3

*Adalto Ferreira da Silva Júnior
Pedro Eduardo Oliveira Cunha de Souza
Mylane Bastos Santos
Delânia Santos Azevedo*

Roda de conversa epistolar:

Territorialidade e cultura afro-ameríndia 47

CAPÍTULO 4

Luan Manfredini da Cunha Torres

Myrela Nunes de Souza

Sandy Leite Ribeiro

Jurema Moreira Cavalcanti

Roda de conversa epistolar:

Habitação de interesse social 57

CAPÍTULO 5

Bruna Bomfim de Souza

Otávio Rodrigues de Amorim Neto

Sarah Sodré de Araújo

Atauan Soares de Queiroz

Roda de conversa epistolar:

Arquitetura antirracista e feminista 68

CAPÍTULO 6

Erick França Oliveira

Vinícius Araújo Costa

Delânia Santos Azevedo

Roda de conversa epistolar:

Habitação de Interesse Social no Brasil 83

CAPÍTULO 7

Kauane de Souza Lessa

Sthefany Noronha de Farias

Jurema Moreira Cavalcanti

Roda de conversa epistolar:

Territórios tradicionais e o agronegócio 93

PARTE 2

ALGUNS ENSAIOS RESULTANTES
DOS DIÁLOGOS EPISTOLARES.....103

CAPÍTULO 8

José Rodolfo Sizilio Novaes
Júlia Araújo da Silva Oliveira
Osnildo Adão Wan-Dall Junior

**O desenho inclusivo como meio
de projetar cidades equitativas
para todas e todos 104**

CAPÍTULO 9

Adalto Ferreira da Silva Júnior
Pedro Eduardo Oliveira Cunha de Souza
Mylane Bastos Santos
Delânia Santos Azevedo

**Territorialidades das Comunidades
Tradicionais Afro-ameríndias
do Oeste Baiano 116**

CAPÍTULO 10

Luan Manfredini da Cunha Torres
Myrela Nunes de Souza
Sandy Leite Ribeiro
Jurema Moreira Cavalcanti

**Arquitetura de interesse social
e o Programa Minha Casa Minha Vida:
efetividade, qualidade e participação comunitária 126**

CAPÍTULO 11

Erick França Oliveira
Vinícius Araújo Costa
Delânia Santos Azevedo

**Reflexões sobre os desafios da Habitação
de Interesse Social no Brasil..... 136**

CAPÍTULO 12

Kauane de Souza Lessa

Sthefany Noronha de Farias

Jurema Moreira Cavalcanti

**Territórios tradicionais
e a disputa com o agronegócio..... 149**

PARTE 3

**PRODUÇÕES EPISTOLARES
NO ENSINO MÉDIO160**

Maria Eduarda Almeida da Silva

Kátia Luzia Soares Oliveira

Eu sou da Bagaça!..... 161

Geovanna Fernanda Barbosa Sousa

Kátia Luzia Soares Oliveira

**Carta para um mundo mais amoroso
com todas as pessoas..... 164**

Arthur Montalvão Oliveira

Kátia Luzia Soares Oliveira

**Resposta a uma carta em nome da luta
por um mundo mais amoroso..... 170**

Douglas Silva de Lima Júnior

Gustavo Oliveira de Almeida

Kátia Luzia Soares Oliveira

**A igualdade racial e social:
horizonte de possibilidades e transformações..... 173**

*Ana Beatriz Soares Fraga
Igor Alexandre de Carvalho Santos*

Rosa Parks:

jornadas insurgentes 176

*Luiz Miguel Gomes Gonzaga
Igor Alexandre de Carvalho Santos
Kátia Luzia Soares Oliveira*

Entre o tempo e o coração:

cartografias de novas masculinidades 184

*Nádya Castro Santos
Kátia Luzia Soares Oliveira*

Do tempo aos afetos:

a coragem de recomeçar 194

Ana Clara Almeida Leite

Carta para um futuro alguém 199

Eliza Annie dos Santos Barreto

Futuro Próspero Esperado 205

Cíntia Reis dos Santos

Carta de quem ainda quer viver 209

Giovanna Queiroz de Almeida

Entre o passado e o futuro:

um testemunho de gratidão 213

*Júlia Vitória Guimarães dos Santos
Maiane dos Santos Souza*

Carta para quem quer voltar

a ouvir os pássaros 218

*Évynne Yohanna Cardoso de Oliveira
Giovanna Vasco Mendes*

Homenagem ao sangue 221

Kauane Oliveira dos Santos

Para Théo:

memórias do futuro que sonho para você..... 225

Marília Gabriela Marques da Silva

Carta para Marília do futuro..... 229

Rebecca Augusto da S. de Jesus

O que mais esperar do futuro?.....232

Iasmin Souza Oliveira

Leandro Freita Parente

Kátia Luzia Soares Oliveira

Wellington Alves Aragão

Pensando sobre um futuro mais

amoroso e afetuoso para com os jovens..... 235

Isabella Adriane

Kátia Luzia Soares Oliveira

Wellington Alves Aragão

A beleza do futuro presente 239

Ana Beatriz Soares Fraga

Kátia Luzia Soares Oliveira

Nádia Castro Santos

Vista a minha pele, olhe

e veja os lírios no campo:

preconceito, discriminação e pessoas com deficiência.....242

Sobre o organizador e as organizadoras 249

CARTA-APRESENTAÇÃO

Prezada leitora e prezado leitor,

Com muita alegria, compartilhamos com vocês esta obra, que é fruto de um trabalho coletivo e colaborativo realizado por docentes e discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Barreiras, durante o ano de 2024.

Para compô-la, reunimos diálogos epistolares produtivos e insurgentes construídos no Ensino Superior e no Ensino Médio, nas áreas de Arquitetura, Urbanismo, Literatura e História. Buscamos, em cada carta, em cada ensaio, produzir reflexões críticas, criativas e decoloniais sobre diferentes temas urgentes do nosso tempo.

Sem dúvida, vocês, leitora e leitor, devem estar com uma certa pulga atrás da orelha: por que voltarmos nossa atenção para o gênero discursivo carta, no contexto escolar e acadêmico? Em tempos de e-mail e redes sociais, quem ainda escreve cartas? Pois bem, como diria Meritxell Simon-Martin,

As cartas são mágicas. Não só permitem nos comunicarmos à distância, mas também atuam como um veículo de produção da subjetividade e criação de interconexões pessoais, profissionais, políticas e intelectuais. Conexões que as convertem em um instrumento de vivências, diálogos, aprendizagens, resistências e emancipações infinitas, como infinitas são as cadeias de cartas que formam os diálogos epistolares (Simon-Martin, 2024, p. 19).

É partindo dessas e de outras premissas que apostamos no gênero discursivo carta como objeto de ação pedagógica e, sobretudo, como gênero privilegiado para a difusão social do conhecimento e popularização da ciência.

Como muitos sabem, a ciência propriamente dita, como a conhecemos hoje, nas universidades ocidentalizadas, se iniciou por meio de diferentes gêneros discursivos. Um dos gêneros mais utilizados foi, certamente, a carta. Inúmeros pensadores trocaram cartas entre si para debater, fabular e construir ideias. Se pensarmos nos pais da Psicanálise e da Psicologia Analítica, por exemplo, veremos que Sigmund Freud e Carl Gustav Jung (con)versaram muito entre si por meio de cartas. Essas áreas de conhecimento estavam, assim, se construindo ali, em cartas, para depois ganharem o mundo. Essas cartas são verdadeiras relíquias, testemunho de um tempo e de um modo de (inter)agir socialmente. No entanto, as cartas não são apenas testemunho, elas sobrevivem ao tempo...

Considerando que a produção de cartas pode ser uma ferramenta pedagógica interessante e produtiva em processos de pesquisa e produção de conhecimento, os/as estudantes do IFBA, Campus Barreiras, foram convidados nas disciplinas de *Leitura e Produção de Texto*, *Introdução à Arquitetura e Urbanismo*, *Língua Portuguesa e História*, a produzir cartas reflexivas, de modo crítico e criativo, mantendo padrões de escrita acadêmico-científica.

Estamos defendendo que a troca de cartas entre estudantes e professores/as, no contexto acadêmico, vai além do processo de orientação pedagógica e do ato de compartilhar escritas pessoais. No que diz respeito ao papel das pessoas docentes, não se trata apenas da elaboração de uma produção escrita que pode sugerir correção, revisão e melhoramento de textos, mas de uma prática colaborativa e formativa possível no processo de construção do conhecimento crítico. Trata-se, também, de experimentar formas intimistas, prazerosas e criativas de produzir ciência e realizar um trabalho pedagógico significativo e acolhedor com os processos de leitura e escrita para o desenvolvimento da autoria e para a construção de comunidades de aprendizado.

As cartas não são textos convencionalmente classificados como “científicos”. Nesta obra, assumimos a carta como gênero discursivo de divulgação científica. Afinal, as cartas podem ser uma poderosa ferramenta de popularização da ciência, uma vez que sua linguagem se torna mais acessível para diferentes públicos, sobretudo o público não especializado. Além disso, o modo mais informal de abordar assuntos acadêmicos também pode facilitar a compreensão de temáticas complexas, técnicas e/ou abstratas demais. No entanto, ainda que seja marcada por esse caráter mais informal, isso não exime as pessoas autoras de utilizarem adequadamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), padrões de formatação e outros “constrangimentos institucionais” que, vale destacar, interferem sobremaneira nos processos de criação.

Em relação à estrutura da obra, distribuimos os capítulos em três partes. Na primeira e segunda partes, abordamos as produções do Ensino Superior. Na terceira parte, trouxemos as produções do Ensino Médio.

Sobre as produções no curso superior, desenvolvemos essas escritas no curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Os/as alunos/as ingressantes passaram por um processo significativo de imersão nos assuntos investigados. Sobre o tema escolhido, em pequenos grupos e em consonância com as agendas de pesquisa dos/as docentes orientadores/as, os/as estudantes tiveram que desenvolver três trabalhos ao longo do semestre, quais sejam:

1. Escrita de duas cartas para o/a professor/a orientador/a (carta inicial e carta conclusiva);
2. Apresentação de seminário temático;
3. Escrita de ensaio reflexivo.

Esse processo de pesquisa, leitura de textos, trocas, reflexões e debates constantes possibilitou maior aprofundamento sobre o

tema investigado, contribuindo significativamente para a formação desses estudantes. Nós, professores/as orientadores/as, também tivemos que escrever carta-resposta para os/as mesmos/as estudantes, orientando-os/as sobre os processos de pesquisa, sugerindo materiais para leitura e recomendando caminhos possíveis para a construção dos trabalhos.

Na primeira parte da obra, reunimos as rodas de conversa epistolares construídas entre discentes e docentes. Os discentes enviaram a carta inicial para o respectivo docente orientador. Cada docente orientador deu a devolutiva por meio de uma segunda carta. Por fim, os estudantes elaboraram a terceira carta para o docente, para finalizar a roda de conversa epistolar. Na segunda parte do livro, trouxemos alguns dos ensaios que resultaram desses diálogos epistolares, dos seminários temáticos e do próprio processo de pesquisa.

Na terceira parte da obra, reunimos as cartas reflexivas produzidas pelas turmas do terceiro ano do Ensino Médio do IFBA, Campus Barreiras, mais especificamente dos cursos de Alimentos e Bebidas e Informática. Esses estudantes foram incentivados/as a produzir cartas críticas e criativas sobre temas do seu interesse, em diálogo com os conteúdos debatidos nas unidades letivas, nas disciplinas de Língua Portuguesa e História, em diálogo interdisciplinar com a Filosofia e a Geografia.

Durante duas unidades letivas, lemos cartas e desenvolvemos oficinas de escrita com vistas à elaboração das cartas reflexivas. As temáticas e perspectivas das cartas produzidas foram diversas. A proposta de produção de cartas no Ensino Médio era exatamente desenvolver processos criativos a partir de alguns estímulos específicos por parte dos docentes, sobretudo a partir da leitura de textos críticos. Essas cartas foram revisadas pelos docentes, que orientaram cuidadosamente os/as estudantes autores/as a aperfeiçoar os textos, observando aspectos linguísticos, semânticos e discursivos, para desenvolver sua autoria.

Como resultado desse processo pedagógico, formativo, reflexivo, crítico e criativo, entregamos a você, leitor e leitora, esta obra. Desejamos que a leitura dessas produções escritas possa auxiliá-lo/a a ver temas urgentes de nosso tempo em uma perspectiva crítica e criativa, engajando-o/a na mudança social.

Além disso, intentamos também estimular você - seja professor/a ou estudante, profissional ou pessoa leiga - a ter insights e epifanias interessantes sobre os processos de escrita e de criação, na formulação de textos engajados socialmente, na construção de uma identidade autoral e numa sociedade do bem viver.

Nas próximas páginas, vocês irão embarcar em uma aventura intelectual da qual não vão sair ilesos/as. Sem otimismo ingênuo, com os pés bem fincados no chão, os trabalhos aqui reunidos mostram que o mundo pode ser diferente, inclusivo e melhor para todos/as.

Que tenham boa leitura!

Abraços afetuosos

Atauan Soares de Queiroz

Docente do Instituto Federal da Bahia

REFERÊNCIAS

SIMON-MARTIN, M. Carta-prefácio. In: QUEIROZ, A. S. (et al.). **Cartas para Paulo Freire, bell hooks e Frantz Fanon**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.



Parte

1

**DIÁLOGOS
EPISTOLARES
EM ARQUITETURA
E URBANISMO**



1

*José Rodolfo Sizilio Novaes
Júlia Araújo da Silva Oliveira
Osnildo Adão Wan-Dall Junior*

RODA DE CONVERSA EPISTOLAR:

**ACESSIBILIDADE EM
ARQUITETURA E URBANISMO
E AS PERCEPÇÕES
MULTISSENSORIAIS**

CARTA DE JÚLIA E JOSÉ PARA OSNILDO

Caro Osnildo,

Nós, Júlia Araújo e José Rodolfo, ingressantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, ficamos contentes em saber que o senhor é o nosso orientador no projeto *Epistolaridades*, idealizado pelo professor Atauan Queiroz e pela professora Jurema Moreira; projeto esse que nos fez abrir os olhos sobre situações para as quais não dávamos a devida atenção. Diante de tantas irregularidades arquitetônicas, mas também sociais, no tempo presente, coube a nós buscarmos um pensar crítico acadêmico sobre a acessibilidade em arquitetura e urbanismo.

Quando nos foram apresentados os temas para redigir esta carta, pensamos que seria mais fácil expor nossos pontos de vista e nossos conhecimentos para debater sobre a acessibilidade no ambiente arquitetônico e urbanístico. Encontramos, entretanto, diversos empecilhos que nos fizeram voltar à estaca zero. Tivemos vários encontros, várias ideias, mas, citando o poeta modernista Carlos Drummond de Andrade, “tinha uma pedra no meio do caminho” – a execução propriamente dita da escrita.

Os dias passavam e as ideias que reunimos iam ficando cada vez mais engavetadas, porém, em uma das inúmeras visitas que fizemos à biblioteca da Instituição, tivemos o grande prazer de encontrar o livro *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*, de Juhani Pallasmaa, que clareou a nossa mente e nos fez ter a certeza que dissertar sobre a percepção dos sentidos seria a melhor oportunidade para debatermos sobre o tema.

No livro, o arquiteto finlandês traz consigo uma análise sobre a percepção sensorial, fazendo uma dura crítica à arquitetura moderna e a como os projetos estão perdendo o estímulo aos cinco

sentidos (olfato, visão, audição, paladar e tato). Quando aprofundamos a leitura, ficamos encantados com o desenvolvimento do livro e, assim, fizemos uma analogia do seu conteúdo com a acessibilidade e o cenário atual, o qual, por sua vez, desfavorece o sentimento de pertencimento espacial.

Diante de tantas possibilidades de falar sobre esse tema, optamos por discutir sobre a acessibilidade em arquitetura e urbanismo através das percepções multissensoriais, apresentando a ideia de que os projetos arquitetônicos vão muito além do que é físico, da materialidade, do simples “estar” em determinado local. Eles são e devem ser capazes de atingir o sentimento de pertencimento. Dessa maneira, a acessibilidade acrescenta a este trabalho o pensamento de que todas as pessoas devem se sentir pertencentes em qualquer ambiente que queiram estar.

A sensação de identidade pessoal, reforçada pela arte e pela arquitetura, permite que nos envolvamos totalmente nas dimensões mentais de sonhos, imaginações e desejos. [...] Em vez de criar meros objetos de sedução visual, a arquitetura relaciona, media e projeta significados. O significado final de qualquer edificação ultrapassa a arquitetura; ele redireciona nossa consciência para o mundo e nossa própria sensação de termos uma identidade e estarmos vivos. A arquitetura significativa faz com que nos sintamos como seres corpóreos e espiritualizados. Na verdade, essa é a grande missão de qualquer arte significativa (Pallasmaa, 2011, p. 11).

Diante da ideia exposta por Pallasmaa, percebe-se que a arquitetura está ligada diretamente à criação de uma identidade que pertence e varia em cada pessoa que se permite imaginar. Os sentidos agem como ferramentas que ajudam no processo de cultivar o seu próprio eu. O autor ressalta que “estamos ao mesmo tempo dentro e fora do objeto” (Pallasmaa, 2011, p. 12), associando o ambiente arquitetônico a um ser corpóreo.

Ademais, cabe aqui ponderar a relação de arquitetas, arquitetos e urbanistas com a criação dos ambientes. Essas e esses profissionais devem tornar acessível a continuidade do corpo social em determinado local. Através dos cinco sentidos, o ser humano entende se gostaria ou não de permanecer naquele espaço, dando margem para dele possuir uma concepção favorável ou desfavorável. Dando seguimento a esse pensamento, Pallasmaa, no livro *Habitar*, acrescenta o seguinte:

O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. É fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão; por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental (Pallasmaa, 2017, p. 7-8).

Na frase citada, fica subentendida a importância da conexão do espaço com quem se faz presente nele. Em suma, a utilização dos sentidos, das percepções multissensoriais, para locomoção, identificação e utilização do espaço são de extrema importância para garantir o acesso à dignidade. Deixar de encaixar esses elementos em projetos de arquitetura e urbanismo incorreria na falta de acolhimento e na falta do sentimento de pertencimento do habitar. Pallasmaa reforça, com seus livros, o sentido de pertencimento, de acolhimento e de ser do espaço; utilizá-lo como tema central para dissertar sobre essa temática é de grande valor acadêmico, mas, sobretudo, social.

Querido Osnildo, como foi dito anteriormente, a produção deste trabalho está tendo seus encontros e desencontros. Durante o processo de escrita desta carta, apresentamos diversas dificuldades que nos faziam ficar horas batendo na mesma tecla. Estamos aos poucos aprendendo com nossos erros e tentando aprimorar nosso conhecimento.

Produzir esse projeto, com um tema invisibilizado pela sociedade, expor seus problemas e tentar elucidá-los, tem as suas

dificuldades, contudo iremos superar essas adversidades para entregar o nosso melhor. Esperamos que o senhor se encontre bem e que possa nos ajudar de maneira sábia. De antemão, agradecemos a sua colaboração nesse trabalho.

Atenciosamente,

Júlia Araújo e José Rodolfo

CARTA DE OSNILDO PARA JÚLIA E JOSÉ

Queridos Júlia e José,

Foi com muita alegria que recebi o convite feito pelos professores Atauan Queiroz e Jurema Cavalcanti para participar deste projeto, ao passo que fiquei igualmente tocado pela carta que me escreveram, evidentemente pelo tema escolhido, nela contido. Olhando para trás e me colocando no início da minha própria graduação, vejo como eu ia, também, Tateando tudo aos poucos; o aprendizado do nosso campo disciplinar é um *continuum* e muito, muito bonito, sobretudo quando vamos incorporando a parte "sensível", entendendo o campo da arquitetura e urbanismo para muito além da técnica, como ciência social aplicada que somos, compreendendo que arquitetura e urbanismo são feitos para alguém que está lá; alguém que, acessando o espaço, *o sente*.

Tentei me conectar com a carta de vocês a partir de alguns pontos que foram me ocorrendo ao longo das diversas leituras que dela fiz. Esses pontos têm a ver, certamente, com minha trajetória, que inclui meu tempo de estudante, mas também de professor e pesquisador.

1

Comecei a estudar o tema da acessibilidade espacial quando fui bolsista de iniciação científica na Universidade Federal de Santa Catarina, onde me graduei. Naqueles idos de 2004-2005, apesar de já termos as primeiras edições da *ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, pouco ou quase nada se discutia a respeito nas escolas de arquitetura e urbanismo. Eu aprendi tudo “por fora” da matriz curricular, no grupo de pesquisa do qual participei, o PET Arquitetura. Com muito orgulho, posso dizer que esse é um grupo precursor quanto às questões de acessibilidade espacial e de desenho universal no país, especialmente quando dele estavam à frente as professoras Vera Helena Moro Bins Ely e Mara Dischinger. Por cerca de 15 anos, foram desenvolvidas e publicadas diversas pesquisas no âmbito do grupo e até mesmo materiais encomendados pelo governo federal, dentre os quais destaco e recomendo para leitura os livros *Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível*, de autoria de Marta Dischinger, Vera Helena Moro Bins Ely e Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges (Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009), e *Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público*, de autoria de Marta Dischinger, Vera Helena Moro Bins Ely e Sonia Maria Demeda Groisman Piardi (Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2014).

2

O que eu acho importantíssimo ressaltar, primeiramente, é que não podemos compreender a acessibilidade espacial sem os conhecimentos do desenho universal, essa filosofia projetual, criada na década de 1980 nos Estados Unidos e que abrange as mais

distintas escalas, que vai desde objetos de *design* e mobiliário até os espaços construídos. Devemos ter em mente que acessibilidade espacial é algo sem a qual as pessoas não têm acesso, uso, conforto, segurança e autonomia garantidos nos lugares que frequentam, sejam suas casas, trabalho, escola, mas, principalmente, os espaços públicos, e em particular a rua. No entanto, junto da acessibilidade espacial, temos que falar de desenho universal, que seria uma espécie de desenho “acessível”, mas cujo objetivo é garantir acesso, uso, conforto, segurança e autonomia de forma *equitativa*, isto é, as soluções espaciais propostas por nós, arquitetas, arquitetos e urbanistas, deveriam ser universais. Se propusermos, por exemplo, uma escada e uma rampa para determinada edificação, estamos cumprindo com as exigências da NBR 9050, que é promover acessibilidade aos espaços com pelo menos duas soluções de acessos verticais. Mas não nos esqueçamos: esta é uma norma brasileira, aplicada a projetos feitos em nosso país somente. Haverá, certamente, entretanto, pessoas que, por suas condições, habilidades ou “desabilidades” (termo caro à literatura norte-americana e que por aqui não usamos muito) físicas, sensoriais, cognitivas não conseguirão acessar à escada que tomei como exemplo e usá-la com conforto, segurança e autonomia. Ao incorporar o desenho universal em nossa prática projetual, vamos além da acessibilidade: poderíamos (deveríamos), alternativamente, eliminar a solução da escada e ter, associadas, como circulação vertical, uma solução com rampa e elevador. Continuaríamos, assim, cumprindo com o exigido pela NBR 9050, mas, além de soluções somente acessíveis, teríamos soluções espaciais universais e verdadeiramente inclusivas.

3

Mas por que tudo isso?

É aqui que entra a outra parte do tema proposto por vocês, e que, concordo, está diretamente relacionado à acessibilidade; eles

são intrínsecos. Acessibilidade espacial, desenho universal, inclusão e os estudos dos sentidos andam juntos, e isso porque visam a um mesmo objetivo: atender às pessoas, garantindo-lhes, repito, acesso, uso, conforto, segurança e autonomia de forma *equitativa*. E, se falamos em pessoas, precisamos compreender que não há um padrão de corpo, de necessidades espaciais a serem atendidas: *somos, todas e todos, indistintamente, diferentes*. Temos capacidades, habilidades e necessidades distintas. É por isso que é fundamental que (re)conheçamos as usuárias e os usuários dos espaços que estamos propondo: que tipos de deficiência (física, sensorial, cognitiva, múltiplas) temos ou poderemos ter etc.

4

No ano passado, orientei dois Trabalhos de Conclusão de Curso que me foram muito caros, justamente por tocarem todas essas questões que perpassam nossa conversa aqui, cuja leitura recomendo demais. O primeiro é *Arquitetura dos sentidos: Instituto Psicoeducacional Infantojuvenil em Caetité-BA*, trabalho muito bonito e sensível, de autoria de Bruna Silvão. Nele, a autora propôs a criação e implantação de um instituto com foco em crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e as duas faces da mesma moeda que são a ansiedade e a depressão. Ao estudar esses transtornos, Bruna visitou diversas clínicas públicas e privadas de Caetité, cidade com cerca de 55 mil habitantes localizada no Alto Sertão baiano, para ir se aproximando da temática, e fez também um aprofundado estudo acerca das necessidades espaciais de seu público-alvo. O que gostaria de ressaltar é o modo como ela incorporou o estudo dos sentidos humanos e propôs uma série de diretrizes projetuais que relacionavam ambos transtornos e sentidos. Tais diretrizes, certamente, servirão de referência para trabalhos futuros nessa temática. O segundo trabalho sobre o qual gostaria de falar é

de autoria de Diego Stern, intitulado *Feira livre de barreiras*. O trabalho foi coorientado pela professora Sandra Samara Pires de Farias, uma grande estudiosa da causa da acessibilidade e da inclusão, num processo muito bonito e de descobertas para todos nós. Enquanto ia tomando conhecimento de toda uma bibliografia acerca das deficiências, dos conceitos de acessibilidade espacial e desenho universal, o autor entrevistou e acompanhou diversas pessoas com deficiência em percursos pelas ruas de Barreiras, e chegamos à conclusão de que um dos espaços públicos que mais precisava de acessibilidade, de acordo com as interlocutoras e os interlocutores do trabalho, era a Feira Livre (ou o Centro de Abastecimento de Barreiras, na denominação oficial), localizada no centro da cidade. Trata-se de um trabalho que teve, assim, como objetivo principal a adequação da Feira à NBR 9050, desdobrando-se, posteriormente, na publicação de artigos, bem como na conquista de premiação no 4º Congresso Nacional de Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica, ocorrido em Natal, no Rio Grande do Norte, em princípios do mês de abril deste ano de 2024. Um dos membros da banca avaliadora do TCC, Eduardo Ronchetti, especialista na área de acessibilidade, no entanto, fez sua arguição no sentido de que o trabalho deveria ter-se voltado mais às questões de desenho universal e menos aos protocolos da NBR 9050. Isso, para nós, foi recebido como um grande aprendizado, a ponto de compreendermos, de uma vez por todas, que não podemos mais projetar sem almejar o universal, que vai além da acessibilidade espacial tão-somente.

5

Hoje, a arquitetura e urbanismo caminha com cada vez mais fôlego na direção à proposição de espaços acessíveis, universais e inclusivos. Mesmo que tenhamos tido, somente muito recentemente (desde 2021), como obrigatoriedade, a inclusão do desenho universal nos currículos das escolas de arquitetura e urbanismo, vemos

avanços significativos nesse sentido. Em nosso curso, o componente curricular “Conforto Ambiental I: Ergonomia e Acessibilidade” tem sido ministrado magistralmente pela professora Delânia Azevedo. Vemos, assim, a questão sendo trabalhada também em sala de aula. Neste semestre (2024.1), a propósito, eu e a professora Jurema Cavalcanti estamos desenvolvendo com a turma de Projeto de Arquitetura III propostas que visam particularmente ao desenho universal. Além da intensa atuação da professora Sandra Samara, quem já mencionei, a Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) do Campus tem desenvolvido um trabalho primoroso na assistência a estudantes com deficiência, transtornos e que têm outras necessidades específicas, como altas habilidades. Temos também em nosso curso estudantes acompanhados pelo CAPNE e se sabe que há, em todo o mundo, também arquitetas, arquitetos e urbanistas com deficiência, com transtornos ou necessidades específicas, congênitas ou adquiridas e, apesar disso, atuantes, isto é, trata-se de uma questão de inclusão socioespacial no sentido estrito.

6

O tema sugerido pelos professores Atauan e Jurema e acolhido por vocês talvez nunca esteve tão urgente. Temos tido diversas conquistas na luta contra o capacitismo dentro e fora da academia, no dia a dia, no cotidiano. Nosso esforço deve ser sempre por cidades cada vez mais inclusivas. Nesse sentido, a bibliografia desenvolvida por Juhani Pallasmaa, que vocês usam como referência, tem sido um contributo essencial, pois nos faz compreender que precisamos conhecer as pessoas para quem projetamos (leia-se todas e todos nós).

*

Gostei muito do texto de vocês. Ainda que precisemos aprofundar nas questões de acessibilidade espacial e desenho universal, ele traz aspectos importantes sobre a percepção corporal e os sentidos – sem os quais não fazemos nem vivemos arquitetura e urbanismo.

Aguardo ansiosamente pela continuidade da nossa conversa.

Um abraço afetuoso!

Osnildo

Barreiras, 12 de agosto de 2024

CARTA CONCLUSIVA DE JÚLIA E JOSÉ PARA OSNILDO

Prezado Osnildo,

Gostaríamos de relatar que foi com muita satisfação que recebemos a sua carta. Nós a lemos atentamente, linha por linha, e, com muita atenção, observamos pontos motivadores que irão nos favorecer na produção do ensaio tão logo.

Ficamos muito entusiasmados e contentes em saber sobre sua trajetória acadêmica e profissional, que conteve grandes êxitos, reconhecimentos e prêmios, devidamente merecidos. Confessamos que seus feitos nos motivam a seguir neste curso com o desejo de querer participar de projetos acadêmicos que complementem e aprimorem nossas habilidades ainda em construção.

De início, o senhor nos apresentou o termo “acessibilidade espacial” que, na nossa visão, era ainda algo desconhecido. Buscando entender mais sobre esse assunto e como ele se entrelaçava com o nosso tema, encontramos diversos conteúdos acerca

dessa questão para que pudéssemos compreendê-la de forma efetiva. Dentre essas pesquisas, fomos ao encontro do livro *Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível* que, por coincidência, foi um dos livros que você nos recomendou. No decorrer da leitura, percebemos o quanto ele é importante para debatermos a respeito da acessibilidade, visando mais ainda à acessibilidade no ambiente escolar, local esse que resolvemos discutir no nosso seminário. O termo “acessibilidade espacial” parecia estar distante dos nossos conhecimentos, mas estava mais próximo do que imaginávamos quando decidimos dissertar sobre a acessibilidade em arquitetura e urbanismo. Já na segunda folha da carta, encontramos mais um termo, até então desconhecido para nós: “desenho universal”. Ao pesquisá-lo, vimos que esse conceito vai enriquecer mais ainda o nosso projeto final, o ensaio.

O senhor citou dois projetos que orientou, e um deles nos chamou bastante a atenção, que foi o TCC de Bruna Silvão, intitulado *Arquitetura dos sentidos: Instituto Psicoeducacional Infantojuvenil em Caetitê-BA*, que nos remeteu a um livro publicado pela arquiteta Juliana Duarte Neves, chamado *Arquitetura sensorial: a arte de projetar para todos os sentidos*, publicado em 2017 pela editora Mauad e recentemente reeditado pela editora MapaLab. Nesse livro, Juliana traz especificamente essa temática dissertada no TCC, que é a acessibilidade sensorial para adultos e crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Ela acrescenta o quanto é difícil ver escolas e outros ambientes educacionais sem salas de apoio à aprendizagem específica para crianças com esses transtornos.

Caro Osnildo, as suas orientações nos ajudaram a conseguir ver com clareza o que queremos dissertar no nosso último projeto. Também agradecemos as críticas construtivas e orientações do professor Atauan Queiroz e da professora Jurema Cavalcanti, ambos seus colegas e nossos professores em determinadas disciplinas.

Agradecemos profundamente as suas orientações. Com certeza, os conceitos de acessibilidade espacial e desenho universal irão aparecer no nosso ensaio. Como o senhor disse no final da sua carta: “[o texto de vocês] traz aspectos importantes sobre a percepção corporal e os sentidos – sem os quais não fazemos nem vivemos arquitetura e urbanismo”. E, realmente, é impossível falar e vivenciar arquitetura e urbanismo sem ao menos fazer menção a esses dois termos.

Estimamos que esteja bem!

Atenciosamente,

José Rodolfo e Julia Araújo

REFERÊNCIAS

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Original de 1996. Tradução técnica de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PALLASMAA, J. **Habitar.** Original de 2016. Tradução e revisão técnica de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

2

*Raissa Andrade de Carvalho
Lara Campos Castro Vilas Boas
Daniele Emyle Alves de Souza Carvalho
Atauan Soares de Queiroz*

**RODA DE CONVERSA
EPISTOLAR:
ARQUITETURA DECOLONIAL**

CARTA DE DANIELE EMYLE, LARA E RAISSA PARA ATAUAN

Prezado professor Atauan e prezado/a leitor/a,

Iremos redigir esta carta de uma maneira um tanto quanto peculiar. Daremos destaque ao pensamento destas jovens garotas acerca de um assunto necessário e pouco falado, porém de extrema necessidade, tanto para nós estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo quanto para qualquer pessoa. Nós, Daniele Emyle, Lara Campos e Raissa Andrade, jovens de 18 e 19 anos, escolhemos debater e pesquisar o tema em questão por entender sua importância, em meio a tanta invisibilidade: a Arquitetura decolonial.

Antes de tudo, vamos apresentar duas compreensões amplas sobre o que é arquitetura. O dicionário *Oxford Languages* apresenta as seguintes acepções: “1. Arquitetura: arte e técnica de organizar espaços e criar ambientes para abrigar os diversos tipos de atividade humana, visando também a determinada intenção plástica.”; “2. arquitetura: conjunto das obras arquitetônicas executadas em um determinado contexto histórico, social ou geográfico”.

Levando em consideração as definições citadas, observamos de forma primordial que a arquitetura é, antes de tudo, uma idealização. Para muitos, trata-se da organização de ideias para determinados espaços, como também a idealização de obras, isso definido de uma maneira superficial, porém, nós como estudantes do curso, mesmo que ainda de uma maneira muito prematura, entendemos a arquitetura para muito além disso.

Antigamente, a arquitetura não tinha a visibilidade que tem hoje. Ao longo do tempo foi ganhando cor e complexidade. Hoje entendemos que a arquitetura é moradia, refúgio e lar, mas também é arte, técnica e poesia. É reprodução de modelos, mas também subversão

desses mesmos modelos. É uma nova forma de refazer sonhos. É pensar no próximo. A arquitetura pode mudar até mesmo o futuro.

No entanto, ao longo dos processos históricos, em nossa cultura ocidentalizada, houve uma maior valorização da arquitetura colonial e a desvalorização das habitações e da arquitetura de origem indígena e africana. Nesse sentido, a arquitetura é lugar de reprodução da colonialidade do poder, do saber e do ser. Para desconstruir, problematizar e contestar essa colonialidade, temos que decolonizar.

Antes de trazermos alguma definição sobre o termo “decolonizar”, gostaríamos que vocês, leitor e leitora, se fizessem as seguintes perguntas: O que seria decolonizar? O que seria uma arquitetura decolonial?

Agora que já provocamos vocês a pensarem sobre o que é decolonial, vamos ao conceito:

A decolonialidade é considerada como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. O pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados (Avila, 2021, p. 31).

Para Barbosa (2024), o termo decolonialidade “significa o conjunto de práticas, conceitos, pesquisas e estudos que tentam diminuir, e até reverter, os efeitos da colonização nas sociedades em que este processo histórico ocorreu”. De todo modo, entendemos que a de(s)colonização é um movimento geopolítico, epistêmico, ético e civilizatório, que visa trazer equidade.

Outro ponto importante de destacar é a colonialidade que afeta as cidades do interior, como o município de Barreiras. O centro da cidade é repleto de construções que reproduzem

sistematicamente modelos importados. É possível observar que existe uma grande diferença entre o centro histórico, o centro urbano e as regiões periféricas da cidade.

Nós, conterrâneas, percebemos a cada passo que damos a falta de acessibilidade e o apagamento cultural que ocorre a cada dia em nossa cidade. Isso deixa explícita a relação que se torna essencial entre arquitetura e pensamento decolonial, para quebrar estigmas presentes na sociedade e restaurar pensamentos que foram de extrema importância para a continuação da comunidade que hoje usufrui de uma cultura, não reconhecida e sistematicamente apagada pelos discursos dominantes.

Nessa mesma perspectiva, vale lembrar o movimento Modernista durante a década de 20, que trouxe uma fratura na colonialidade do saber e na reprodução da estética europeia e clássica. Acerca disso, o arquiteto brasileiro Ruy Ohtake levou a sério o provérbio “Se queres ser universal, começa por pintar tua aldeia” que é atribuído ao pensador russo Liev Tolstói. Ohtake contribui não só para a sociedade brasileira, mas também para as cidades de New York e Tokyo. Ele foi um exemplo de arquiteto que colaborou para regiões em desenvolvimento, como também a sua cidade Natal, São Paulo. Ohtake ajudou a construir bibliotecas comunitárias em Heliópolis. Esse feito contribuiu para o crescimento da educação e a diminuição da desigualdade. O educador brasileiro Paulo Freire, por exemplo, fala sobre a grande importância de valorizar as bibliotecas públicas, pois assim auxilia no aprendizado e na formação política entre todas as idades.

Outro feito do arquiteto Ohtake foi a construção de moradias populares e centros educacionais, entre outros. Assim, com base nesse exemplo, vemos a necessidade de uma conscientização de arquitetos barreirenses preocupados com a situação local, não só com a estética do centro urbano, mas da cidade em sua totalidade.

Para finalizar esta carta, gostaríamos de lembrar que, ao explorar a decolonialidade na arquitetura, é de suma importância repensar os espaços em que vivemos e valorizar a cultura local. A decolonialidade vai muito além de um novo movimento intelectual. Trata-se de um novo desafio, onde somos convidados/as a refletir sobre a pluralidade e a história, e a confrontar estruturas socioculturais e políticas que tentam nos moldar.

Desejo que toda essa reflexão acerca da arquitetura decolonial tenha sido significativa. Atenciosamente,

Lara, Daniele e Raissa

REFERÊNCIAS

AVILA, M. A. **Colonialidade e Decolonialidade**: você conhece esses conceitos? 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/#:~:text=A%20decolonialidade%20%C3%A9%20considerado%20como,%C3%A0%20modernidade%20e%20ao%20capitalismo>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BARBOSA, A. **O que é decolonialismo?** por Alexandre Barbosa. 2024. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/noticias/o-que-e-decolonialismo-por-alexandre-barbosa>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CARTA DE ATAUAN PARA DANIELE EMYLE, LARA E RAÍSSA

Queridas Daniele Emyle, Lara e Raíssa,

Como foi a experiência de escrever essas reflexões e problematizações por meio de uma... carta? Pensando com a professora Meritxell Simon-Martin (2022), acredito que a epistolaridade é um caminho interessante para criarmos uma comunidade

de aprendizado e de afeto no contexto universitário. Espero, sinceramente, que essa prática tenha aberto portas para se construir novas relações com a escrita, a universidade e o conhecimento científico. Foi pensando nessa perspectiva que propomos o projeto de escrita colaborativa por meio de cartas.

A carta que vocês produziram coloca em cena um debate atual e muito relevante, sobretudo nas Ciências Sociais, campo de conhecimento onde a Arquitetura e o Urbanismo se inserem: a decolonialidade. Esse termo se tornou uma palavra-chave para entendermos o modo como o capitalismo se apresenta hoje (Queiroz, 2024). Também é um termo pertinente para pensarmos a área de formação de vocês.

Desde o ano de 2016, tenho estudado o pensamento decolonial nas relações com o campo da Educação. Esse encontro se deu na Universidade de Brasília, quando cursava o doutorado em Linguística. Inserido na área de concentração Linguagem e Sociedade, à época, eu estava pesquisando sobre o *Programa Mulheres Inspiradoras*, um programa educacional constituído por diferentes ações, com destaque para as práticas de leitura de obras literárias de autoria de mulheres e para a produção escrita autoral. Estudar o pensamento decolonial me abriu perspectivas e formas de pensar que não suspeitava que existissem.

Durante a elaboração da pesquisa, tive a oportunidade de participar de cursos de extensão e eventos científicos voltados para essa temática. Naquele momento, entendi que o que eu pesquisava tinha a ver com o debate decolonial. A partir daí, comecei a enveredar pelos trabalhos produzidos por autores/as do Grupo Modernidade/Colonialidade, como Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Arturo Escobar e alguns outros. Esses nomes são pioneiros e podem ajudá-las a entender melhor o que estamos chamando de decolonialidade. No Brasil, a professora Luciana Ballestrin tem um trabalho intitulado *América*

Latina e o Giro decolonial que apresenta a constituição, a trajetória e o pensamento do referido grupo, que vale a pena conhecer. Lendo o texto da Ballestrin, vocês terão uma ideia mais abrangente de como podem trazer essas inflexões teóricas, conceituais e práticas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. Segue QR Code para acessar o texto da professora Luciana:



O objetivo principal do artigo é apresentar o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990. Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de "giro decolonial". Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a "opção decolonial" – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (Ballestrin, 2013, p. 89).

Também acho que é importante dialogar com autores que já produziam o debate na perspectiva da crítica à colonialidade, ainda que tal debate não fosse nomeadamente decolonial, como Frantz Fanon, Aimé Césaire e Édouard Glissant. Esses pensadores martinicanos podem colaborar para desenvolver a discussão que vocês estão propondo.

Todas as sugestões de leitura apresentadas até aqui são latino-americanas, mas, excetuando o texto da professora Luciana Ballestrin, nenhuma delas é brasileira. No entanto, hoje, existem várias pessoas professoras/pesquisadoras que estão se dedicando a esse campo de conhecimento aqui no Brasil, a partir de diferentes áreas do saber. Eu, por exemplo, produzi a tese de doutorado intitulada *Educação crítica decolonial e agenciamentos: um estudo etnográfico-discursivo sobre o Programa Mulheres Inspiradoras* (Queiroz, 2020). Na tese, desenvolvo algumas reflexões decoloniais a partir do chão da escola para pensar

questões socioculturais mais amplas. Acho que a leitura dela pode despertar alguns *insights* em vocês.



Nesse estudo, observei que as práticas discursivo-identitárias do *Programa Mulheres Inspiradoras* ativam propriedades e poderes causais de textos e de conversações internas que concorrem para a emergência e intensificação de agenciamentos epistêmicos, políticos e identitários, intrinsecamente relacionados a processos reflexivos de decolonização de (a) saberes, pois descondicionam, desnaturalizam e desessencializam o olhar acostumado a ler conforme regimes de verdade hegemônicos; (b) poderes, uma vez que estimulam a agência engajada e a construção de comunidades de aprendizado para a convivência cidadã; e (c) modos de ser, porque possibilitam a reelaboração biográfica metareflexiva e o autorreconhecimento sociais engajadas, as quais tematizam questões discursivo-identitárias, sobretudo questões de gênero, como parte de processos e mecanismos sociais e culturais mais amplos (Queiroz, 2020, p. 9).

Espero que esse trabalho inspirem-nas a pensar processos de decolonização de saberes, poderes e modos de ser no campo da Arquitetura e Urbanismo. Afinal, os projetos e as construções arquitetônicas também são textos pedagógicos que possuem propriedades e poderes causais. Nesse sentido, têm o potencial de fraturar os efeitos socioculturais da modernidade/colonialidade.

Nas décadas de 70 e 80, Foucault já falava sobre como as espacialidades impactam as subjetividades das pessoas. A discussão sobre o panóptico, por exemplo, na obra *Vigiar e Punir* (Foucault, 2012), é bem conhecida no campo da Arquitetura. No entanto, essa discussão de Foucault se centra muito mais no controle e na disciplinarização dos corpos, utilizando como exemplo a arquitetura de prisões e hospitais. Penso que a noção de Arquitetura decolonial pode nos ajudar a pensar espaços, projetos, tecnologias e construções que estimulem muito mais o desenvolvimento do potencial agêntivo de cada um de nós do que o controle e a disciplina. Sem dúvida, os espaços podem reproduzir relações assimétricas de poder, mas também podem possibilitar relações mais solidárias e agêntivas.

Nesse sentido, pensando em arquitetura e produção de subjetividades, em uma perspectiva decolonial, sugiro a leitura dos primeiros capítulos do livro *Práticas discursivas para o bem viver: decolonizando saberes* (Queiroz *et al.*, 2024), organizado por mim e três docentes (Kátia Luzia Soares, Delânia Azevedo e Gerson Argolo) do Instituto Federal da Bahia, Campus Barreiras. Os/as estudantes de Arquitetura e Urbanismo assinam conosco alguns textos que problematizam as relações de raça e gênero no campo profissional e acadêmico.



Esta obra é resultado da pesquisa-ação/pesquisa-formação *Práticas discursivas para o bem viver*, realizada no Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Barreiras, durante o ano de 2022. O objetivo da pesquisa foi investigar discursos e práticas de decolonização de saberes no campo da Arquitetura e do Urbanismo, da Engenharia de Alimentos e da Literatura, pondo em relevo questões relacionadas a diferentes problemas socioculturais, como sexismo, racismo e desigualdades sociais. Orientada por uma abordagem interdisciplinar e interepistêmica engajada entre áreas de forte compromisso social e potencial político, a pesquisa-ação/ pesquisa-formação em tela teve como base teórica e conceitual os estudos decoloniais, estudos feministas e estudos de gênero (Queiroz *et al.*, 2024, p. 9).

Mais acima chamei a decolonialidade de “debate”, porém gostaria de enfatizar que não se trata somente de um debate. A decolonialidade é um modo insurgente e contestatório de pensar, sentir, querer e agir no mundo. É um movimento que fratura em alguma medida diferentes crenças, pensamentos, valores, relações sociais e modos de ser que construímos socioculturalmente sob a ótica da colonialidade/modernidade.

Hoje, no Brasil, também temos trabalhos e autores que se posicionam veementemente contra a lógica colonial/capitalista e optam por utilizar o termo *contracolonial* ou *anticolonial*, como é o caso do pensador Antônio Bispo dos Santos. Acredito que, apesar das especificidades de cada prefixo (des-, de-, anti-, contra-) e sufixo (idade-, ismo-), existem muitas convergências nesses trabalhos, sobretudo no que diz respeito à luta política e social, por isso vejo tais

discussões como complementares. Sugiro que leiam o livro *a Terra dá, a Terra quer* (Santos, 2023). Vale muito a pena mergulhar nessa leitura!



Neste livro, Antônio Bispo dos Santos oferece um texto poético, potente e profundo que nos ajuda a enfrentar os desafios dos tempos atuais no Brasil e no mundo. O relato vem triturar os fundamentos do mundo colonial ocidental, denunciando com habilidade as desconexões nas relações que temos com animais, nossos corpos, nossas roças, formas de comer, de construir nossas casas e, sobretudo, de falar e pensar. A partir de suas experiências de vida, em particular nas comunidades quilombolas, o autor propõe um outro ponto de referência para se orientar: uma postura contracolonial (Santos, 2023).

Nessa obra, Antônio Bispo faz incursões pela arquitetura dos quilombos e das favelas. Creio que essas reflexões poderão ajudar vocês a compreenderem e desenvolverem a noção de Arquitetura decolonial. Se existe uma Arquitetura decolonial no Brasil, sem dúvida ela está nas aldeias indígenas, nos quilombos e nas favelas. Olhem com atenção e curiosidade para esses espaços. Temos muito a aprender com eles!

Espero que esse diálogo epistolar tenha sido profícuo para vocês.

Seguimos em diálogo. “Decolonizar é preciso”!

Barreiras, 8 de agosto de 2024.

Um abraço

Atauan

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro Decolonial. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11. Brasília, maio/ago. 2013, p. 89-117.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 40.ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2012.

QUEIROZ, A. S. Sobre estado de poesia, amor, esperança e decolonialidade na Educação. *In*: QUEIROZ, A. S. (et al.). **Cartas para Paulo Freire, bell hooks e Frantz Fanon**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

QUEIROZ, A. S. (et al.). **Práticas discursivas para o bem viver**: decolonizando saberes. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

QUEIROZ, A. S. **Educação crítica decolonial e agenciamentos**: um estudo etnográfico-discursivo sobre o Programa Mulheres Inspiradoras. 293 f. Tese (Doutorado). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2020.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SIMON-MARTIN, M. Epistolaridade: la producción epistolar y colaborativa de conocimientos. *In*: SILVA, A. T. R. (org.). **Vozes do pluriverso**: práticas e epistemologias decoloniais e antirracistas em educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

CARTA CONCLUSIVA DE DANIELE EMYLE, LARA E RAÍSSA PARA ATAUAN

Prezado Atauan,

Em primeiro lugar, agradecemos por sua carta e pelas questões que nela foram expostas. Suas reflexões foram incrivelmente benéficas para nosso aprendizado. Ao nos permitir conhecer a construção de sua vida em torno do pensamento decolonial, nos convida a ter um relacionamento mais íntimo com este conhecimento que o inspirou e inspira todos os dias, assim como o senhor deixa claro a partir de seus estudos e trabalhos envolvendo a temática. Entendemos também a importância em debater, estudar e examinar o pensamento decolonial, que, em muitos casos, é esquecido academicamente falando, mas agora tem recebido a devida importância. Trazer o pensamento aprendido em forma textual foi certamente

uma experiência significativa, e sentimos que é uma proposta rica para revolucionar formas de criar conhecimentos insurgentes no ambiente universitário e de reinventar as cidades.

A questão da decolonialidade, principalmente nas Humanidades e Ciências Sociais que abrangem a arquitetura que nos cerca, é necessariamente problemática. Discorrendo sobre o tema na visão de futuras arquitetas e urbanistas, concordamos e queremos levar para frente o ato de decolonizar, já que a crítica que esse tema oferece corta a prática arquitetônica de forma certa, no que se refere ao saber, ao poder e ao ser. Tomar contato com autores/as que o senhor menciona como Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Aníbal Quijano e os outros referidos ao final da sua carta, enriquecerá nossa compreensão, e achamos que poderia não só sintetizar o que lemos, mas também entendemos como abordar o apoio epistêmico em nossos futuros projetos e intervenções no espaço.

Um dos pontos que gostamos em sua resposta a nossa carta foi a sua participação no *Programa Mulheres Inspiradoras*, o que nos pareceu realmente inspirador. A demonstração da decolonialidade no cotidiano, quer seja educando ou construindo edifícios, ou pesquisando noutro campo, é essencial e empolgante para nós que entramos nesse “novo mundo” agora, assim esperamos colher futuros frutos da temática que hoje nos fez abrir nossas mentes, e passarmos ela adiante.

Seu comentário a respeito da ideia de que os edifícios não são só materiais, mas que eles são textos pedagógicos foi certamente algo que nos fez dar voltas e voltas para entender. A noção de um espaço decolonial, como novas no ramo, nos pegou de maneira surpreendente, e responder esta carta nos tirou muitos pensamentos, por ser um assunto invisibilizado e pouco falado em sociedade. De qualquer modo, nós prometemos nos empenhar nos estudos e destrinchar essa problemática ao longo dos anos.

Agradecemos pelas referências e pela inspiração que sua carta nos trouxe. Esperamos que esse diálogo continue ao longo dos próximos anos. Queremos aprender juntos a revitalizar a prática da Arquitetura não como algo para impor ou controlar, mas para inaugurar novas formas de ser e de produzir os espaços.

Com respeito e gratidão,

Raíssa, Daniele e Lara



3

Adalto Ferreira da Silva Júnior
Pedro Eduardo Oliveira Cunha de Souza
Mylane Bastos Santos
Delânia Santos Azevedo

**RODA DE CONVERSA
EPISTOLAR:
TERRITORIALIDADE E CULTURA
AFRO-AMERÍNDIA**

CARTA DE ADALTO, PEDRO E MYLANE PARA DELÂNIA

Caros Atauan, Delânia e leitores/as,

Esperamos que vocês estejam bem, e que esse retorno pós-greve tenha sido satisfatório por reorganizar a rotina depois de longos três meses ociosos pelos quais passamos.

À Delânia, em especial, gostaríamos de nos apresentar melhor. Somos Pedro Eduardo e Adalto Ferreira, ingressamos no curso de Arquitetura e Urbanismo nesse ano de 2024 e ainda não tivemos a oportunidade de te conhecer, embora Mylane, veterana no curso e que também escreve nesta carta, já tenha falado das disciplinas que geralmente são ofertadas por você e te elogiado não só como docente, mas também pelo coração acolhedor e prestativo que tem.

Ficamos curiosos e esperamos conhecê-la logo.

Ao professor Atauan, agradecemos a riqueza de conhecimento que tem nos proporcionado em sala de aula e por trazer a decolonialidade aos nossos mais diversos pensamentos até aqui.

Não sabíamos exatamente como iniciar essa carta. Na verdade, depois de algumas conversas, percebemos que nós três não recordávamos qual foi a última carta que um dia fizemos. Mylane recorda que escrevia cartas só quando pequena, em especial uma que ainda tem guardada até hoje dedicada à sua avó que não está mais nesse plano. Já Pedro e Adalto compartilham que não tiveram nenhuma experiência com cartas, sendo essa a primeira que produzem.

Bom, ter essas recordações e associar com nossa escrita de agora nos fez perceber o quanto estamos nos distanciando não só desse tipo de produção textual, mas do ato de escrever de

modo autoral. Talvez possamos terceirizar a “culpa” às tecnologias e redes sociais, com sua comunicação imediata, influenciando uma escrita mais corriqueira e superficial, deixando pouquíssimas recordações materializadas.

Apesar de esta carta ser uma proposta das disciplinas de Leitura e Produção de Textos e de Introdução à Arquitetura e Urbanismo, que servirá como um instrumento de avaliação, escrever a vocês e aos/às possíveis leitores/as que ela alcançará tem sido importante para resgatar/criar esse hábito e nos apropriar da sua versatilidade, já que estamos fazendo produção acadêmica por meio de um gênero textual que antes víamos como “informal”.

É nesse sentido que, pensando em nosso futuro ensaio crítico, queremos a ajuda de vocês para abordar a Arquitetura e Urbanismo relacionados a um tema invisibilizado e pouco discutido: a territorialidade e a cultura afro-ameríndia.

Apesar do interesse pelo tema quando proposto, foi preciso fazer algumas pesquisas para dirimir dúvidas que permeavam nossas mentes. Como se dá a conexão da Arquitetura e o Urbanismo com os povos originários? Como a cultura afro-ameríndia influencia na territorialidade? Se existe essa influência, por que não nos “afeta” tão intensamente?

Mediante as leituras, adentramos então nesse contexto marcado por profundas questões históricas, políticas e sociais. Notamos que, para falar dos povos originários, teremos como ponto de partida, para qualquer discussão crítica e relevante, a chegada dos povos europeus às Américas no final do século XV. Após esse fato, todo o futuro moderno foi transformado em dominação colonial, tentativas de erradicação cultural e, conseqüentemente, muita, muita resistência.

O processo de colonização foi baseado em relação de dominação e poder, incluindo a imposição de línguas, religiões e sistemas

sociais, além da apropriação de terras e recursos, que desestruturaram as relações tradicionais com o território. As marcas geradas pelo colonialismo são vivenciadas constantemente até os dias atuais por meio da colonialidade. E o nosso maior interesse a partir disso é ter conhecimento sobre o nosso passado para tentarmos um futuro mais digno que regaste e perpetue a identidade de sermos pertencentes ao que sempre foi nosso.

Buscando um pouco sobre líderes indígenas que são referências na produção de conhecimento sobre o tema, achamos interessante o que o escritor indígena Daniel Munduruku abordou em uma entrevista concedida ao documentário *Muita terra para pouco índio*, produzido pela Amazon Picture¹ em 2018, que diz: “Quando os povos indígenas lutam pela demarcação do seu território, na verdade eles estão lutando pelo direito de existir, não de sobreviver. [...] O que seria para as pessoas ter muita terra, é dar sentido para o estar no mundo. Terra para a gente é parte da gente. O indígena olha para a terra não como um objeto a ser negociado, mas algo que faz parte de si. Faz parte da sua própria existência”.

Logo, a territorialidade para os afro-ameríndios transcende meramente a uma luta pelo direito à terra e sua expansão, é uma luta por sobrevivência cultural, identitária, ancestral e sagrada.

No Brasil, a demarcação de terras indígenas e quilombolas constitui-se uma verdadeira guerra. Interesses econômicos para a expansão das fronteiras agrícolas e do agronegócio se sobrepõem aos direitos dos povos tradicionais. E como diz o ditado que conhecemos bem, “a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”, deputados e senadores (principalmente da bancada ruralista) utilizam-se de todos os instrumentos possíveis para prorrogar/negar a garantia de direitos desses povos.

1 Fundada em 2004, a Amazon Picture virou referência na produção audiovisual no Amazonas pela qualidade de seus filmes. Portfólio disponível em amazonpicture.com.br ou no Vimeo: www.vimeo.com/amazonpic.

É dentro desse universo de apagamento e resistência que queremos sensibilizar os nossos olhares, porque a sensação que tínhamos antes, profa. Delânia e prof. Atauan, é que esse assunto estava distante de nós, como se fosse uma luta que “não nos pertence” ou “não nos abrange”, sabe?!

E sabemos que muitos por aqui também partilham desse mesmo pensamento, isso quando se há ao menos a possibilidade de acessar o mínimo de conhecimento sobre tal debate.

Como futuros/as arquitetos/as e urbanistas, queremos viabilizar a importância dos espaços que moldam a cultura afro-ameríndia, desde os estilos arquitetônicos, as formas de ocupação do território, e práticas culturais ligadas ao espaço.

Apesar das pesquisas e leituras, reconhecemos que ainda estamos com dificuldade de centralizar e restringir a problemática que iremos abordar no posterior ensaio crítico acerca do assunto. Nesse sentido, pensamos na possibilidade de voltar os nossos olhares para a nossa região, o Oeste da Bahia. Através desse eixo central, intentaremos problematizar talvez em como e onde estão os povos indígenas aqui presentes, refletir sobre a relação indígena com o meio urbano e como essa proximidade tem ocorrido.

Ficamos sabendo de algumas produções de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de estudantes de Arquitetura e Urbanismo do próprio IFBA, as quais poderão ser referências importantes para nós. Inclusive nessa sexta-feira (26/07/2024), pretendemos assistir ao Seminário Público desenvolvido na disciplina Fundamentos do Trabalho de Conclusão de Curso, para conhecer os trabalhos dos discentes Diana Ribas e José Pedroza do nosso curso, que tem como tema *Aldeia Kiriri Barreiras: Arquitetura e Identidade*. Temos a intenção de nos aproximar de visões sobre essa temática em nossa cidade.

Enfim, ainda está indefinido, mas será de grande valor receber de vocês sugestões, indicações de leitura, ou recortes que

possam contribuir para seguirmos adiante na definição e produção do ensaio crítico.

Estamos ansiosos para receber esse retorno. Agradecemos toda a atenção e tempo dedicado até aqui. Abraços, profs. Até breve!

Atenciosamente,

Adalto Ferreira, Pedro Eduardo e Mylane Bastos

CARTA DE DELÂNIA PARA ADALTO, PEDRO E MYLANE

Caros Adalto, Pedro e Mylane,

Fiquei muito contente ao receber a carta reflexiva de vocês. Aproveito a oportunidade para dar boas-vindas ao curso para Adalto e Pedro, que sejam felizes nesta jornada de tornar-se arquiteto e urbanista, certamente estaremos bem próximos nos semestres que virão. À querida Myla, emano um forte abraço de gratidão pelos elogios a mim proferidos.

A ideia do professor Atauan de trabalhar os discursos decoloniais é promissora e sofisticada, por isso me alegro em colaborar com esse trabalho. Saber que alguns de vocês nunca escreveram cartas torna esse momento ainda mais surpreendente, especialmente para mim que, durante a infância e adolescência, amava trocar cartas com as amigas.

Então os incito a exercitarem a escrita, pois, para além da experiência nova, a condição de profissionais graduados nos exige que saibamos escrever bem e correto. A qualidade da sua comunicação acadêmica, pessoal e profissional perpassa pelo conhecimento da linguagem em suas várias facetas, dentre elas a textual.

Sobre o tema escolhido por vocês: Arquitetura, Urbanismo e a territorialidade da cultura afro-ameríndia, eu quero começar dizendo que, desde os anos 2000, o Brasil vem vivendo uma crescente na presença de estudos acerca desta temática, de modo que hoje em dia, ano de 2024, já não podemos mais considerá-los “um tema invisibilizado e pouco discutido”, mas sim um campo disciplinar em franco crescimento, cujos estudos não se esgotaram e seguem sendo muito necessários, por isso os parabéns pela escolha do tema.

Para o desenvolvimento deste ensaio crítico, a partir do que vocês mencionaram na carta inicial, eu noto que há dois caminhos possíveis a percorrer:

O primeiro seria uma revisão bibliográfica de conceitos, em que vocês poderiam começar explicando o termo afro-ameríndio, a meu ver bastante coerente, pois no Brasil os povos indígenas foram os primeiros a entrar na categoria social Negro, como confirma o livro *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, de John Manuel Monteiro; depois foi incorporado a esse extrato depreciado da sociedade os homens e as mulheres sequestrados de África, vejam o artigo *As relações afro-ameríndias descortinadas*, de André Luis de Jesus (2022), que explicita esse mosaico entre pretos, pardos e indígenas. Seguiriam no ensaio tratando o conceito de territorialidade. Na minha interpretação, essa palavra expressa comportamentos sociais no território. O capítulo dez do livro *Arquiteturas dos quilombos da Bahia: território, natureza, tempo, cultura, etnicidade*, de minha autoria, pode colaborar nesta conceituação. Por fim, vocês poderiam abordar como conhecer as territorialidades dessas minorias/maiorias contribui para sermos arquitetos/as e urbanistas melhores para nosso país.

Um segundo caminho textual possível seria uma revisão bibliográfica de estudo de caso. Como vocês mencionaram na carta, poderia ser a análise da territorialidade da cultura afro-ameríndia no oeste da Bahia. Nesta opção, seria importante demarcar onde é o

Oeste baiano, quais suas características territoriais mais conhecidas, depois explicitar as comunidades tradicionais presentes aqui, e antecipo que vocês vão se surpreender com o fato de que não se restringem a indígenas e quilombolas, vejam o site do IBGE e também a página da Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia (<https://cptba.org.br>).

Depois disso, discutir como essas territorialidades (conceituar esse termo será valioso), podem e devem ser protegidas, através de leis, de reforma agrária, de projetos urbanísticos, de planejamento regional... enfim, são muitas possibilidades, que certamente vão esbarrar nas disputas políticas, mas que precisam ser travadas, pois há o risco de genocídio, como bem explica Munduruku (2018), que vocês já citaram.

Considero que, sendo os/as arquitetos/as e urbanistas profissionais que estão a serviço das pessoas, e que uma grande parcela populacional do nosso país é afro-ameríndia, como poderemos servi-los bem se não conhecemos as formas com que eles se dispõem no espaço? Aí reside a nossa lacuna de formação profissional que merece ser incorporada por estudos acadêmicos, como o que vocês estão propondo. E podem ser preenchidas através de leituras como:

- Arquitetura dos índios da Amazônia, de Johan Van Lengen;
- Arquitetura dos quilombos da Bahia, de Any Ivo e Fabio Velame;
- A Arquitetura do Terreiro de Candomblé de Culto aos Eguns: O Omo Ilê Aboulá - Um Templo da Ancestralidade Afro-Brasileira, Fabio Velame;
- O que podemos aprender com a arquitetura indígena? Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/927142/o-que-podemos-aprender-com-a-arquitetura-indigena>;

- Geraizeiros: uma história de luta pelo Cerrado brasileiro. Disponível em: <https://www.unbciencia.unb.br/humanidades/50-antropologia/631-geraizeiros-uma-historia-de-luta-pe-lo-cerrado-brasileiro>

Acredito que, após as novas leituras realizadas, vocês conseguirão definir qual o caminho a percorrer para o desenvolvimento do texto. Posteriormente, poderemos conversar novamente sobre as dúvidas que surgirem.

Contem comigo!

Barreiras/Ba, 14 de agosto de 2024

Abraços

Delânia Santos Azevedo

CARTA CONCLUSIVA DE ADALTO, PEDRO E MYLANE PARA DELÂNIA

Caros Atauan, Delânia e leitores/as,

Sobre o ensaio, após uma análise do que foi sugerido pela professora Delânia, decidimos fazer uma revisão bibliográfica de conceitos, partindo do termo afro-ameríndio e territorialidade, conceitos esse que não são discutidos com frequência, mas, como a professora disse, estudos sobre essa temática seguem em constante crescimento.

Partindo dos conceitos já definidos, foram levantados muitos questionamentos a serem abordados, por exemplo, como a territorialidade está ligada à definição de identidade de um território e dos indivíduos inseridos nele. O quão necessário é dialogar sobre as

lutas e dificuldades que essa temática enfrenta em nossa região e como as políticas públicas têm agido frente a tudo isso, e como essas territorialidades podem e devem ser protegidas, através de leis, de reforma agrária, de projetos urbanísticos e de planejamento regional.

Muitas ideias foram externalizadas, e ficou até difícil decidir o que realmente poderia ser explorado. Todas as ideias tinham o enfoque em trazer não só o questionamento, mas realmente dar importância à forma como a territorialidade dessas minorias/maiorias pode contribuir para a formação de melhores profissionais no ramo da arquitetura e urbanismo dentro do nosso país.

Enfim, agradecemos muito a resposta da professora Delânia e ao professor Atauan. Ficamos felizes em poder ter essa nova experiência proporcionada por vocês. Agradecemos pelo conhecimento transmitido e pelas orientações que nos ajudaram a dar um norte para a produção do ensaio, e que enriqueceram nossa reflexão. Acreditamos que vamos falar muito sobre tal temática em outros momentos.

Abraços, profs, até breve!

Atenciosamente,

Adalto Ferreira, Pedro Eduardo e Mylane Bastos.



4

Luan Manfredini da Cunha Torres

Myrela Nunes de Souza

Sandy Leite Ribeiro

Jurema Moreira Cavalcanti

RODA DE CONVERSA EPISTOLAR:

**HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL**

CARTA DE LUAN, MYRELA E SANDY PARA JUREMA

Prezada Jurema e leitor/a,

Esperamos que esta carta os/as encontre bem. Somos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal da Bahia, *Campus* Barreiras, e lhes escrevemos com a intenção de compartilhar nossas vivências e opiniões sobre os recentes estudos que temos realizado e para pedirmos sua orientação nesse processo.

Estamos diante dessa nova vivência de pesquisas e escritas, nunca feito antes por nenhum de nós, assim como também nunca fizemos uma carta com um fim avaliativo, que é também algo diferente que nos traz certa insegurança... Então podemos admitir que estamos iniciando um desafio!

No início do semestre, discutimos sobre a arquitetura decolonial, que busca problematizar os padrões europeus e abrir espaço para os conhecimentos e as práticas locais do Sul Global. Também exploramos a produção da arquitetura de interesse social, que dialoga com a temática decolonial, ao considerar que sua efetividade depende de investimentos em projetos que tenham como critérios a acessibilidade econômica e arquitetônica, a qualidade da moradia e o acesso a espaços públicos, entre outros fatores.

Confiamos que as comunidades, aqui no Brasil, possam receber o amparo que a arquitetura pode oferecer, especialmente os grupos minoritários e é nesse contexto que se insere a produção da arquitetura de interesse social. Mas, afinal, qual é o interesse da sociedade em relação à arquitetura?

Quando se trata desse campo profissional, muitas vezes tem-se a ideia de que ele é acessível apenas a pessoas economicamente

privilegiadas, mas nossas pesquisas buscam mostrar a importância de uma produção arquitetônica para todos/as. Em resumo, a arquitetura de interesse social se baseia na criação de projetos direcionados especialmente para a população de baixa renda, com o intuito de criar espaços de inclusão e acessibilidade para todas as pessoas.

Neste ano de 2024, na cidade de Barreiras, foi posta em prática uma ação da prefeitura municipal que, por meio da Secretaria de Assistência Social e do Trabalho, realizou a entrega de casas populares no bairro Santa Luzia. As casas, construídas em parceria com a Caixa Econômica Federal, são resultado de um projeto iniciado em 2009 que foi interrompido por muitos anos e retomado pela gestão corrente.

Segundo o depoimento do prefeito de Barreiras (BA), Zito Barbosa, as obras pretendem melhorar as condições habitacionais das famílias, garantindo dignidade às mesmas: “esse é o nosso compromisso, seguir cuidando da cidade e cuidando das pessoas” (Barreiras, 2024, n.p.), acrescentou ele em seu pronunciamento.

Sabemos que existem outros programas existentes no país que defendem e trabalham em prol da mesma causa. Um exemplo é o Programa de Reurbanização de Favelas da Prefeitura do Município de São Paulo, que é uma iniciativa voltada para converter áreas informais em comunidades que ofereçam infraestrutura adequada aos seus residentes.

Já no interior de Minas Gerais, há o projeto criado pelas arquitetas Amanda Carvalho e Camila Leal que, com um trabalho autônomo, fundaram o *Arquitetas Nômades*. Assim como os exemplos já citados, o objetivo das profissionais é a transformação de lares para moradores de baixa renda nas várias regiões do estado.

Temos também o Programa *Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), criado pelo Governo Federal em 2009, que consiste no financiamento de habitações que priorizam o uso de elementos

construtivos de baixo custo, a funcionalidade do espaço, a padronização e a rapidez na construção das edificações. Com isso, o acesso à moradia para famílias de baixa renda, tanto no espaço urbano, quanto no rural, se tornou um pouco mais fácil.

O intuito dessa iniciativa partiu da grande demanda social por moradia, na tentativa de diminuir o déficit de habitação no Brasil, que afeta, sobretudo, as classes econômicas mais baixas. O PMCMV veio para “abraçar o povo”, dando às famílias a condição de adquirirem um lar que, de outra forma, seria quase impossível de acessar.

É interessante também revermos esse conceito de habitação social e olhá-la como um todo. A construção de casas pode ir além pois, junto a isso, é possível, e viável, construir infraestruturas indispensáveis, como redes de ensino, unidades básicas de saúde, e até mesmo espaços destinados ao lazer, em locais de difícil acesso, como é o caso das favelas.

Outra situação que poderia se tornar viável seria escutar a comunidade enquanto o projeto está sendo pensado. Vemos isso como algo importante, pois um projeto de sucesso é um projeto que foi ouvido, aprimorado e executado de acordo com as necessidades e características da localidade. E assim, cada local com sua realidade particular será atendida.

Agradecemos a atenção de vocês! Temos a expectativa de que este debate tenha trazido novos conhecimentos, assim como despertado a curiosidade para compreender a importância da produção de arquitetura de interesse social. Sintam-se à vontade para nos retornar. Esperamos que possam também compartilhar conosco sugestões para enriquecer nossa pesquisa.

Aguardamos o retorno de vocês.

Atenciosamente,

Luan, Myrela e Sandy

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Conjunto Habitacional Heliópolis - Gleba G - Fase 2.** Biselli Katchborian Arquitetos Associados. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1001777/conjunto-habitacional-heliopolis-gleba-g-fase-2-biselli-katchborian-arquitetos-associados>. Acesso em: 21 jul. 2024.

ARQUITETAS NÔMADES. **Quem somos.** Disponível em: <https://www.arquitetasnomades.com.br/site/quem-somos/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BARREIRAS, Prefeitura de. **Prefeitura de Barreiras entrega casas construídas para famílias no Bairro Santa Luzia.** Disponível em: <https://barreiras.ba.gov.br/prefeitura-de-barreiras-entrega-casas-construidas-para-familias-no-bairro-santa-luzia/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CNN BRASIL. **Brasil precisa de quase R\$ 2 tri até 2033 para acabar com déficit habitacional, diz estudo.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-precisa-de-quase-r-2-tri-ate-2033-para-acabar-com-deficit-habitacional-diz-estudo/#:~:text=Entre%20recursos%20p%C3%BAblicos%20e%20privados,R%24%20197%2C5%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil.** 2008. Brasília, Ministério das Cidades, 2011. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB_2008_Final_2011.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

SENADO FEDERAL. **Projetos buscam evitar que beneficiários do Minha Casa Minha Vida percam imóvel.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/13/projetos-buscam-evitar-que-beneficiarios-do-minha-casa-minha-vida-percam-imovel>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARTA DE JUREMA PARA LUAN, MYRELA E SANDY

Prezadas/os estudantes,

Quero dizer que gostei muito de ler a carta de vocês. A temática relativa à habitação de interesse social é cara para mim e tive a oportunidade de me aproximar dela, ainda durante a graduação, ao estagiar no escritório de campo instalado no bairro do Costa Azul, em Salvador. Na ocasião, o Governo do Estado da Bahia estava realizando obras de urbanização de assentamentos precários, através do *Programa Pró Moradia/Viver Melhor* e esse escritório de campo contava com uma equipe multidisciplinar formada por uma arquiteta e urbanista, uma socióloga, uma assistente social e algumas estagiárias, como eu. Ali, pudemos vivenciar a experiência de dialogar com as pessoas que tiveram suas casas demolidas em troca de apartamentos construídos no mesmo local e pessoas cujas casas necessitavam de reformas que variavam desde a abertura de uma simples janela na cozinha, à construção de banheiro, onde antes só havia um vaso sanitário ligado ao quarto, tal a precariedade de alguns cômodos/moradias...

Durante o desenvolvimento do trabalho final de graduação, também utilizei essa temática como objeto de pesquisa e desenvolvi projetos habitacionais para algumas famílias moradoras da Rocinha, comunidade localizada no centro histórico de Salvador, ocupada por população de baixa renda que ali vivia, há muitas décadas. Em seguida, após concluir o curso, tive a oportunidade de trabalhar na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, atuando como parte da equipe da Superintendência de Habitação, onde pude compreender os meandros que envolvem a aprovação dos projetos habitacionais junto à Caixa Econômica Federal, além de conhecer diversas cidades do interior do estado onde os projetos seriam implantados.

Conto um pouco desse percurso porque, nos últimos anos, acabei me afastando dessa temática e a provocação de vocês me trouxe um misto de nostalgia e desejo de investigar como esse tema tem sido trabalhado atualmente em nosso campo profissional, mas, principalmente, como ele tem sido abordado na cidade de Barreiras.

Com relação à sensação de insegurança referente à troca de cartas como ferramenta pedagógica para escrita de um texto acadêmico, quero dizer que também é a primeira vez que trabalho com esse método e não sei qual será o resultado, mas sinto que vamos aprender durante o processo e, ao final, poderemos conversar sobre essa experiência.

Sobre algumas colocações presentes na carta enviada, gostaria de tecer alguns poucos comentários e indicar referências de leitura que podem auxiliá-los/as na elaboração do ensaio. A primeira delas se refere à necessidade de definição do termo arquitetura de interesse social que está sendo trabalhado por vocês. Penso que essa definição deve aparecer tão logo o termo seja apresentado, pois é importante que o texto a ser produzido possa ser lido e compreendido por qualquer pessoa, seja ela da nossa área de atuação ou não. Por exemplo, por que falar em arquitetura de interesse social e não em arquitetura, simplesmente? O que esses dois termos, relacionados à arquitetura significam? Qual a sua importância? A moradia feita para pessoas economicamente vulneráveis sempre foi nomeada dessa maneira? Tudo isso é importante para que vocês entendam bem os conceitos que estão utilizando e possam fortalecer a argumentação que irão desenvolver no ensaio a ser produzido.

Uma coisa que achei bem legal foi a pergunta colocada na carta: "Qual o interesse da sociedade em relação à arquitetura?", criando um trocadilho com o termo "arquitetura de interesse social", mas penso que a resposta deve ser complexificada. Também achei bastante interessante vocês terem escolhido um projeto de habitação de interesse social implantado na cidade de Barreiras e fiquei curiosa por entender mais sobre ele e porque levou tanto tempo para ser finalizado.

Num primeiro momento, durante as nossas orientações em sala, havia o interesse em relacionar a habitação social com os programas de urbanização de favelas, mas acredito que vocês tenham decidido concentrar a discussão no primeiro tema, pois na carta não voltou a aparecer a intenção de seguir pesquisando essa temática. De todo modo, caso decidam fazê-lo, sugiro pesquisarem o *Programa Favela Bairro* que foi pioneiro nessa intenção de transformar áreas “informais” em bairros formais. Muitas críticas também já foram feitas a ele e penso ser interessante entender a complexidade de debates sobre o programa. De todo modo, pensando na definição de um tema central no ensaio de vocês, sugiro articular melhor as referências trazidas, por exemplo, como a proposta de reurbanização de favelas em São Paulo ou o projeto *Arquitetas Nômades* se relaciona com as casas construídas no bairro Santa Luzia? É importante relacionar todas as informações trazidas para que o texto que será produzido ganhe unidade. Também penso que vale a pena pesquisar o déficit habitacional aqui em Barreiras para trazer esse dado para o debate.

Por último, sugiro pesquisar mais sobre o *Programa Minha Casa Minha Vida*, pois sabemos que a redução do déficit habitacional não foi o real motivo que sustentou a criação e manutenção do programa. Nesse sentido, sugiro a leitura do livro *Minha Casa... e a cidade?* (Amore et al, 2015) e *20 anos do estatuto da cidade: experiências e reflexões* (Fernandes, 2021), cuja referência completa está localizada ao final da carta.

Bom, junto com os textos já citados, envio também outras publicações importantes para o entendimento da produção habitacional de interesse social nos últimos anos e sugiro escolherem alguns capítulos para leitura de forma a ajudar no desenvolvimento do ensaio.

Abraço,

Jurema

REFERÊNCIAS

AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M (Orgs.). **Minha casa.. e a cidade?:** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CARDOSO, A. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T.; JAENISCH, S (Orgs.). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil:** da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/livro_politicahabitacional_2017.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

FERNANDES, E (Org.). **20 anos do estatuto da cidade:** experiências e reflexões. Observatório das metrópoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2024.

CARTA CONCLUSIVA DE LUAN, MYRELA E SANDY PARA JUREMA

Prezada professora Jurema,

Nós recebemos a sua carta e gostaríamos de lhe responder para compartilharmos nossa experiência ao termos contato com suas opiniões. Podemos começar dizendo que gostamos muito de saber que já teve experiência de trabalho nessa área, pois, quando começamos a adentrar o tema, percebemos o quanto a arquitetura de interesse social é importante para a população e ficamos satisfeitos em ver diversos programas que auxiliam e trabalham em prol da eficácia de sua implementação. É ainda mais interessante saber que essa foi também a temática do seu TFG, porque traz a ideia de que,

além de uma oportunidade de trabalho, foi também uma proposta que lhe cativou a ponto de aprofundar seus estudos sobre ela.

Durante uma das aulas de *Introdução à Arquitetura e Urbanismo*, tivemos uma breve discussão sobre o tema que ainda estava em fase inicial de pesquisa. Sentamos contigo para apresentar algumas das ideias de temas e, dentre eles, havia programas de reurbanização de favelas, intervenções governamentais revertidas em moradias, como também construções de praças públicas pela cidade. Ao falarmos sobre o último tema de pesquisa, concluímos que ele não se adequaria à temática que estávamos pesquisando. Dessa forma, ficou subentendido que deveríamos continuar nosso trabalho apontando exemplares inseridos na temática habitacional. Estamos retomando isso porque percebemos que esse foi um ponto de dúvida que você teve ao ler a carta, quando questionou se estaríamos falando sobre Habitação de Interesse Social. Estamos interessados em entender melhor sobre isso e o que exatamente deveríamos abordar em nosso estudo.

Em resposta a outra dúvida apresentada para a gente sobre os projetos de interesse social implantados no município e como a proposta de reurbanização se articula com as casas construídas no Santa Luzia, pudemos afirmar com base em pesquisas retiradas do site da prefeitura de Barreiras que, por meio da Secretaria de Assistência Social e Trabalho, o programa tem como objetivo a entrega de 44 imóveis, e acima de tudo, a meta de garantir dignidade e segurança a essas famílias.

Com o mesmo objetivo, mas de modo diferente e mais completo, é realizado o trabalho das *Arquitetas Nômades* no interior de Minas Gerais. Através de assessoria técnica, formação de mão de obra e compra de materiais, elas impactam a vida de inúmeras famílias de baixa renda, buscando uma transformação social ao adotar estratégias diversas de captação de recursos, como rifas, financiamentos coletivo e subsídios.

Através desta segunda carta que estamos lhe escrevendo, buscamos esclarecer as dúvidas que foram expressas na primeira carta e, de forma breve, procuramos explicar melhor os projetos já citados anteriormente. Além disso, nós iremos utilizar as referências sugeridas para que, assim, possamos enriquecer nosso ensaio, que logo mais será produzido.

Por fim, gostaríamos de agradecer imensamente pelas observações feitas; lemos e refletimos sobre elas. Esperamos poder continuar tendo sua orientação nesse percurso.

Atenciosamente,

Luan, Myrela e Sandy



5

Bruna Bomfim de Souza

Otávio Rodrigues de Amorim Neto

Sarah Sodré de Araújo

Atauan Soares de Queiroz

RODA DE CONVERSA EPISTOLAR:

**ARQUITETURA
ANTIRRACISTA E FEMINISTA**

CARTA DE BRUNA, OTÁVIO E SARAH PARA ATAUAN

Caro professor Atauan,

Escrevemos esta carta com certo receio. É a primeira vez que redigimos uma atividade desse tipo, e é a primeira vez que nós três estamos trabalhando em grupo dentro da nossa trajetória acadêmica: sentimo-nos em um terreno amplo e sem finco, pois ainda estamos estabelecendo nossos laços. A diferença entre nós é visível, somos um trio de pessoas que carregamos uma bagagem diversa, repleta de vivências e de diferentes realidades. Mas, apesar dessa distinção, encontramos um elo em comum: o interesse por uma arquitetura que seja antirracista e feminista.

O interesse é baseado em quem nós somos e em nossas inquietações quando observamos o mundo: Sarah é uma mulher branca com seus dezenove anos completos, natural de Barreiras, cidade que fica ao Oeste da Bahia. Desde pequena sempre gostou de desenhar: com traços fortes e bem marcados, desenhava e pintava castelos das mais variadas cores, tamanhos e formas. Apesar da sua imprecisão, porque era criança, já podia se dizer que tinha um rumo a trilhar dentro do campo do desenho e das artes, e quando se entendeu por gente, pôde ter a certeza disso: aos 12 anos, soube que queria cursar arquitetura. Os anos se passaram e, quando chegou o momento de ir para o ensino médio, escolheu enfrentar “os jogos” e entrou no Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia, o IFBA, para cursar Edificações, porque já tinha o encanto pela área projetual arquitetônica. Obviamente que a grade curricular trazia outros conteúdos além daqueles relacionados com a arquitetura, mas, apesar disso, sentia-se em casa: uma sensação de pertencimento, de “é isso que quero para a minha carreira.”

Enquanto desenvolvia as habilidades necessárias para o técnico, Sarah também desenvolvia seu pensamento crítico e, assim como sua palavra-mundo (observação), começou a observar o ambiente da construção civil. Após uma visita a um grande empreendimento imobiliário, perguntou-se: onde estavam as mulheres? *Onde estavam as arquitetas e as engenheiras?*

A mesma inquietação foi se apagando aos poucos, devido a correria da rotina em que vivia, mas ela não deixou de existir. Assim que entrou no ensino superior, a sua palavra-mundo reacendeu e Sarah voltou a olhar para a sua volta se perguntando aquilo dos tempos do técnico: cadê as grandes mulheres? Porque a predominância do sexo masculino dentro da prateleira de grandes nomes da arquitetura? Por que, quando falamos em arquitetura brasileira ou latinoamericana, logo pensamos em Niemeyer, mas não nos passa pela cabeça a existência de Lina Bo Bardi? Uma experiência que lhe causou choque foi descobrir que um dos seus edifícios arquitetônicos modernos favoritos, o Museu de Arte Moderna em São Paulo (MASP), foi projetado por uma mulher. Antes de entrar no ensino superior, não tinha ideia disso.

Já Otávio, de 22 anos, que fala conosco por meio de videochamada neste exato momento, enquanto estamos nós três produzindo essa carta, é nascido em Goiânia, e formado em técnico em Edificações. Atualmente, aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo, se interessou pela área quando era criança, pois percebeu que a arquitetura poderia juntar três coisas de que gostava: a arte, a história e a matemática. É um homem negro, filho de um relacionamento inter-racial entre uma mulher negra e um homem branco. Passou maior parte da sua vida em contato com a família materna, que é negra, e por isso, reconhece-se como negro desde que se entende por gente: por ser o mais retinto de seus irmãos, foi algo enfatizado por todos ao seu redor. Por meio de relatos, conversas e ensinamentos, já entendia que a vida de pessoas como ele não era fácil, que havia várias restrições e regras a serem seguidas.

Crescendo sob essa realidade, Otávio desenvolveu em si um letramento racial crítico, e a partir desse momento tornou-se comum e quase inconsciente começar a contar quantas pessoas negras havia nos espaços que frequentava e perceber em quais espaços essas pessoas se encontravam com maior facilidade. Então, a partir disso, Otávio relata duas experiências de trabalho analisando o quadro de funcionários de duas empresas onde já trabalhou: a Superintendência de um banco e um escritório de engenharia.

Nesta análise, ele conta que foi possível constatar que, em cargos mais altos e que necessitavam de mais especialização, menos pessoas negras eram encontradas e menos retintos eram seus tons de pele. Em contraponto, quanto mais baixos eram os cargos e exigiam menor nível de especialização, mais fácil era encontrar pessoas negras e com tons de pele mais retintos. Em ambas as empresas, os funcionários que trabalhavam na limpeza eram pessoas de pele mais retinta e, predominantemente, mulheres, percebendo aqui a herança escravocrata da sociedade brasileira. Nos cargos terceirizados e de estagiários, percebia-se um número maior de pessoas negras. Já em cargos de chefia ou de maior responsabilidade, o número de negros era quase inexistente. Quando estava no escritório de engenharia, Otávio percebeu que era mais fácil encontrar pessoas amarelas ocupando funções de liderança de equipes do que pessoas negras.

Apesar dos dados tristes obtidos em sua experiência pessoal, tentou olhar para uma perspectiva otimista: o grande número de negros estagiários era sinal de que, nas universidades, essas pessoas estavam tendo maior acesso e, conseqüentemente no futuro, será mais frequente verem-nas ocupando cargos de destaque.

Bruna, que também marca sua presença em nossa salincha do *Google Meet*, se apresenta como uma mulher negra, leiga no assunto de edificações, o que a diferencia de seus colegas Sarah e Otávio. Vinda de uma escola pública estadual, sua lembrança é marcada pela pandemia, que trouxe danos significativos,

especialmente à educação. Bruna relembra que não teve nono ano. Além disso, o primeiro ano do ensino médio foi reduzido a cinco meses e o segundo ano, marcado pela carência de professores. O terceiro ano foi uma tentativa de recuperação para o Enem, resultando em um período turbulento cujas consequências ainda são sentidas até hoje. Apesar de seus esforços, Bruna relata que ainda duvida de sua competência, especialmente ao considerar seu futuro, influenciada tanto pelos impactos educacionais quanto pelas percepções sociais. Ao expressar interesse pelo curso de Arquitetura, muitos ao seu redor o veem como algo distante de sua realidade. Ela reconhece a prevalência de uma visão elitista e predominantemente branca nessa área, moldada por influências históricas e sociais que contribuem para a escassez de representação negra e feminina. Sua descoberta inicial sobre arquitetura negra brasileira veio através da pesquisa sobre Gabriela de Matos, uma destacada porta-voz para mulheres negras na profissão. Gabriela alcançou várias conquistas significativas, incluindo o Leão de Ouro e sendo a primeira mulher convidada a presidir o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Surpreendentemente, Gabriela não imaginava ocupar tais espaços quando ingressou na faculdade, inicialmente com planos modestos de obter um mestrado, doutorado e, eventualmente, estabelecer seu próprio escritório: “Se eu conseguir fazer isso, já vou estar realizada” (Portobello, 2022).

Evidentemente, surge uma maior indagação ao pensar que não é só Bruna que se sinta inábil a área: quantos outros colegas seus já desistiram da ideia de uma faculdade para poder trabalhar e se sustentar? Quantos outros pensaram que aquele não era seu lugar? É um excesso de invisibilidade que faz os indivíduos crerem que, por possuírem determinados aspectos e características, o seu lugar de pertencimento é sempre abaixo. Isso reflete claramente a consequência de um passado enraizado pelo racismo e sexismo, o que infelizmente é uma ferida que demora a cicatrizar.

Com todas as nossas inquietações, vivências e reflexões, decidimos recortar nosso tema - Sexismo e Racismo na Arquitetura - de uma forma que contemplasse as experiências vividas por nós três: de uma mulher branca, de um homem negro e de uma mulher negra. Dessa maneira, nosso recorte será a invisibilidade da mulher negra dentro da arquitetura e urbanismo.

Lançamo-nos a fundo em nossas pesquisas. Embora já tenhamos certo conhecimento do porquê o mundo age e funciona assim para com as mulheres negras, saímos em busca de fundamentos e ideias que nos dessem profundidade para discutir com seriedade um tema que possui raízes complexas e profundas. Notamos que a invisibilidade já existe quando se buscam materiais sobre a produção das arquitetas negras brasileiras: a produção existe, mas pode ser considerada escassa quando colocada em balança com a produção masculina e branca. Sobre o tópico, achamos interessante trazer a ação de Gabriela de Matos, arquiteta e urbanista afrobrasileira.

Gabriela é fundadora do projeto *Arquitetas Negras*, que reúne contato das profissionais atuantes da área, mapeando mais de 700 nomes a se conectarem com os clientes. O projeto surgiu com a intenção de formentar a inclusão na arquitetura.

É interessante para nós notar, também, que apesar de ser uma profissão predominantemente feminina - segundo dados do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), existem cerca de 212.000 arquitetos e urbanistas, sendo 64,55% do sexo feminino e 35,45% do sexo masculino - poucas são as mulheres arquitetas em cargos de liderança ou que tenham nome de força dentro dos escritórios de arquitetura ou da construção civil. Não é que elas não existam: Otávio relata que, no escritório de engenharia onde trabalhou, uma mulher era a diretora de projetos e uma das donas do empreendimento. Ela ainda tinha como política incentivar e priorizar o contrato de mulheres na empresa, levando a pelo menos 50% do quadro de funcionários ser do sexo feminino.

É de grande avanço para o campo da construção civil que ações como essa existam, pois é notório o quão machista é esse espaço. Otávio ressalta que, apesar de ser plenamente competente em seu cargo e de ter total merecimento de estar na posição em que está, ela é filha do fundador e dono da empresa. Provavelmente, se não fosse por esse motivo, ela não estaria ocupando um lugar de liderança pelo fato de simplesmente ser mulher.

Quando olhamos para esse caso, conseguimos notar que, independentemente de ter capacidade para exercer uma função de liderança, são raros os casos em que vemos uma mulher conseguir alcançar tal cargo por meio de sua vontade própria, sendo assim colocada sob a sombra de um homem, cuja predominância não é sequer questionada, visto que existe certo "consenso" de que os espaços de comando e influência são naturalmente masculinos.

Se apenas por ser mulher, as funções de liderança já se apresentam distantes, imagine então para uma mulher negra, que carece de grandes referências na área e ainda é subjulgada por uma sociedade que carrega no pensamento uma visão escravocrata e colonialista de sua existência?

Nosso trabalho quer dar visibilidade à voz e história dessas mulheres que são invisíveis para o mundo arquitetônico, abraçando e buscando popularizar a ideia de uma arquitetura com rostos diferentes: de rostos não mais padronizados, de rostos decoloniais, de rostos diversos. Esperamos que nos ajude plenamente, caro professor, porque nós três estamos dispostos e bastante animados. Mandamos abraços e desejamos boas energias ao senhor.

Barreiras, 17 de julho de 2024.

Com carinho,

seus alunos do primeiro semestre,

Bruna, Otávio e Sarah.

REFERÊNCIAS

GABRIELA de Matos fala sobre raça, gênero e inclusão social na arquitetura. [S.l.:s.n.], 1 set. 2022. 1 vídeo (1h e 6min). Publicado pelo canal Portobello. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XzTRefVzSq0&list=LL&index=2>. Acesso em: 13 jul. 2024.

HABITARE. De A a Zaha; 14 Mulheres que Mudaram a Arquitetura. **Habitare**, Sorocaba, 8 de março de 2024. Disponível em: <https://www.revistahabitare.com.br/de-a-a-zaha-14-mulheres-que-mudaram-a-arquitetura/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MATOS, G. **Reflexos sobre o Projeto Arquitetas Negras**. Blog Archtrends Portobello, 2021. Disponível em: <https://blog.archtrends.com/projeto-arquitetas-negras/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARTA DE ATAUAN PARA BRUNA, SARAH E OTÁVIO

Queridas Bruna e Sarah e querido Otávio,

Com alegria, leio a carta produzida polifonicamente por vocês. Escrever um gênero não tão comum nos dias de hoje torna-se um grande desafio, sobretudo quando escrita a várias mãos. Mas, considerando o que li, vi que vocês enfrentaram o desafio com êxito. A carta ficou intimista, engajada e interessante! Desejo-lhes que essa jornada no curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo seja permeada por descobertas, realizações e aventuras inesquecíveis e transformadoras.

A leitura da carta produzida por vocês me deixou entusiasmado. Vocês pontuaram diferentes questões de poder que atravessam o campo da Arquitetura e do Urbanismo e de outras áreas do conhecimento. A temática abordada é urgente e necessária, o racismo e o sexismo epistêmicos, mais especificamente a

invisibilidade da mulher negra na Arquitetura e no Urbanismo. Vivemos um momento em que essas questões políticas e socioculturais estão na agenda de muitas áreas e não seria diferente na área que vocês estão estudando.

À medida que lia a carta, anotava alguns apontamentos que achei interessante compartilhar aqui. Avaliei como particularmente criativo o modo como arquitetaram a carta. Cada membro do grupo se apresentou e destacou um aspecto do tema maior. Então vou fazer meus apontamentos seguindo exatamente a mesma trilha.

Sarah sublinhou a ausência/invisibilidade de mulheres no campo da Arquitetura, trazendo como exemplo a grandiosa arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi, que muitas pessoas não conhecem, mas cujos trabalhos estão espalhados em algumas cidades brasileiras, como Salvador (Casa do Benin e Solar do Unhão), São Paulo (Museu de Arte Moderna de São Paulo, SESC Pompeia, Teatro Oficina e Casa de vidro) e Uberlândia (Igreja Espírito Santo do Cerrado). Muitas pessoas passam diariamente por essas produções da Lina e não sabem que são dela ou, mais absurdo ainda, quem é ela. Esse desconhecimento não é fruto apenas de desinformação; é efeito também da divisão sexual e racial desigual do trabalho que se espalha por diferentes áreas. Além disso, vale a pena ressaltar que a Lina ficou conhecida como arquiteta, mas também era designer, cenógrafa, editora e ilustradora. Eis aí o perigo da história única, como diz a Chimamanda (2009). A história única pode silenciar vozes, desumanizar pessoas e ocultar diferentes facetas de um mesmo processo.

Sobre essa questão do silenciamento de vozes das mulheres na produção do conhecimento, isto é, da injustiça epistêmica e cognitiva que estrutura o conhecimento ocidental, recomendo que leiam o texto do pensador porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2016), sobre racismo e sexismo epistêmico nas universidades ocidentalizadas.



No referido artigo, Grosfoguel relaciona o racismo/sexismo epistêmico da estrutura das universidades ocidentalizadas e do mundo moderno ao genocídio/epistemicídio contra muçulmanos e judeus, contra povos nativos na conquista das Américas, contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas e, finalmente, contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria. Esses quatro genocídios/epistemicídios são fundantes da estrutura epistêmica moderno-colonial e das universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Esse texto é particularmente interessante para entender o porquê de nos debruçarmos em nossa formação ocidentalizada sobre o conhecimento produzido exclusivamente por homens brancos, europeus, heterossexuais e cristãos. Quando começo a refletir com Grosfoguel e penso em minha formação em Letras, por exemplo, vejo que realmente os autores que mais li na graduação foram homens franceses, italianos, alemães, ingleses e norte-americanos. Esse roteiro racista e sexista se repete em muitas outras formações. O conhecimento do Norte Global, mais especificamente desses países, torna-se o modelo a ser reproduzido; enquanto saberes, experiências, cosmovisões e cosmopercepções do Sul Global, mais especificamente da América Latina, do Caribe e da África, são excluídos/marginalizados ou vistos como sub-saberes.

No final da carta, vocês evidenciam a predominância do pensamento escravocrata e colonialista na reprodução das desigualdades no que diz respeito às relações de raça e na definição de quem pode/deve ocupar cargos de liderança. Realmente, a colonialidade do saber, do poder e do ser está entranhada no pensamento ocidentalizado e na formação universitária, excluindo sistematicamente certas pessoas e incluindo socialmente sempre as mesmas.

Penso que vocês podem enveredar nessa discussão sobre a colonialidade no campo da Arquitetura. Sugiro uma obra muito interessante que gostaria que conhecessem e que utilizassem como referência para desenvolver esse debate. Trata-se do livro Por um

ensino insurgente em Arquitetura e Urbanismo, organizado por Andréia Moassab e Leo Name, docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (CAU UNILA). Creio que essa leitura vai auxiliá-las/lo a fabular e construir respostas criativas e pertinentes sobre como produzir uma Arquitetura e Urbanismo antirracista e antissexista. O e-book pode ser acessado gratuitamente pelo Qr-code a seguir.



O livro *Por um ensino insurgente em Arquitetura e Urbanismo* reúne textos de autores/as inconformados/as e insurgentes, oriundos/as de diferentes instituições de ensino e que valorizam caminhos alternativos à geopolítica do conhecimento arquitetônico e urbanístico vigente. Os artigos reunidos fazem um duplo exercício: por um lado, tensionam a literatura e demais saberes hegemônicos e consagrados, dirigindo-lhes perguntas incômodas ou inquietações e, no mais das vezes, trazendo-os para o contexto da América Latina. Além disso, conjugam de forma não hierárquica tais saberes com outros comumente desprezados, de modo a produzir e legitimar conhecimentos que transcendam preceitos e preconceitos estabelecidos no campo disciplinar de arquitetura e urbanismo (Moassab; Name, 2020, p. 17).

Depois que conheci essa obra, passei a olhar para a Arquitetura e para o Urbanismo de modo mais crítico, ou melhor, de modo mais decolonial. Os dezenove capítulos do livro vão trazer *insights* e epifanias para vocês problematizarem a produção do conhecimento nas universidades ocidentalizadas e as desiguais relações de raça no mundo do trabalho.

Achei muito pertinentes as análises de Otávio sobre as duas empresas onde trabalhou. É isso mesmo, Otávio, se olharmos criticamente para os espaços sociais no mundo do trabalho, vamos identificar facilmente que suas constatações se repetem de modo sistemático. Com essa reflexão, você sublinha a importância das práticas de Letramento Racial Crítico (LRC), um debate atual e necessário que deve ser construído no âmbito da família, das universidades, do mundo do trabalho e das diferentes instituições, sejam públicas ou privadas.

No tocante ao LRC, sugiro que leiam os conhecidos trabalhos da professora Aparecida de Jesus Ferreira, uma das pioneiras desse debate político e sociocultural aqui no Brasil. Segue um dos textos para leitura.



Esse artigo tem o objetivo de analisar narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça de professores de línguas. O objetivo é entender quais são os sentidos atribuídos às identidades raciais de negros e de brancos nas narrativas autobiográficas. O referencial teórico utilizado para analisar as narrativas autobiográficas é a Teoria Racial Crítica. Em conclusão, os sentidos atribuídos às palavras para identidade racial negra e para identidade racial branca que são trazidas nas narrativas autobiográficas são sentidos utilizados de uma forma que desfavorecem a identidade racial negra e favorecem a identidade racial branca e, ainda, muitos dos exemplos trazidos nas narrativas colocam a identidade racial branca como norma (Ferreira, 2014).

Em seu momento específico na carta, Bruna contextualiza os impactos negativos da pandemia da Covid-19 na própria formação, problematizando as lacunas desse trágico acontecimento histórico, que ceifou milhares de vida em todo o planeta. Em seguida, dá ênfase ao trabalho de uma brilhante e contemporânea arquiteta brasileira, a Gabriela de Matos, que está construindo caminhos e possibilidades para outras mulheres que tenham interesse em ingressar e atuar no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Creio que, no desenvolvimento do trabalho, vocês podem dar ênfase a essas mulheres incríveis e inspiradoras que estão promovendo resistência e reexistência no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Por fim, no final da carta, vocês são “cirúrgicos” quando sublinham a desistência de muitas pessoas de cursar “uma faculdade para poder trabalhar e se sustentar”. Realidade de muitos/as brasileiros/as. Certamente, o racismo e o sexismo formam uma barreira difícil, por vezes quase intransponível, para muitas pessoas. Essa situação merece ser problematizada e debatida nas diferentes instâncias sociais. A criação de políticas públicas eficientes pode ser uma maneira de enfrentar essa linha abissal que separa as pessoas nas salas de aula das universidades públicas.

Amei o desenho! Simboliza um encontro-abraço em uma aventura intelectual: de mãos dadas podemos nos transformar e transformar o mundo. Um trio bacana demais, disposto a promover insurgências necessárias em nosso tempo e para as próximas gerações.

Abraço grande em vocês!

Barreiras, 7 de agosto de 2024.

Com carinho,

Atauan

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **O perigo de uma história única**. Youtube. 7 de out de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

FERREIRA, A. J. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. *In: Revista da ABPN*. v. 6, n. 14 jul.-out. 2014, p. 236-263.

GROSGUÉL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo século XVI. *In: Revista Sociedade e Estado*. Tradução de Fernanda Miguens. 2016, vol.31, n.1, pp. 25-49.

MOASSAB, A.; NAME, L. (org.). **Por um ensino insurgente em Arquitetura e Urbanismo**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020. p. 162-179.

CARTA CONCLUSIVA DE BRUNA, OTÁVIO E SARAH PARA ATAUAN

Barreiras, 19 de agosto de 2024

Querido professor Atauan,

Acreditamos que já podemos nos tratar assim, com certa proximidade, não acha? Hahahaha. Bom, nós três ficamos extremamente felizes e gratos pela sua devolutiva! Saiba que, a cada dia que vai se passando, nosso grupo se conhece e se conecta mais: sendo colegas de curso e firmando uma amizade sólida e divertida. Esperamos continuar firmes dentro da Arquitetura e do Urbanismo, encontrando-nos cada dia mais dentro desse espaço.

Os seus apontamentos foram precisos e necessários para nos ajudar a aprofundar mais dentro da nossa temática. Tínhamos ideia de que era urgente e necessário esse debate, mas com a sua afirmação, nos empenharemos ainda mais em problematizá-lo e trazê-lo à tona dentro do nosso ensaio, visto que ele permeia toda a sociedade.

Com as leituras indicadas, seus apontamentos e nossas próprias reflexões, vamos em nosso ensaio tentar primeiramente responder a pergunta: "Porquê a invisibilização ocorre?". Achamos que já cabe falar que a resposta passa pelo colonialismo e pela colonialidade. Percebemos consequências desses processos históricos em vários aspectos no mundo, inclusive dentro do campo da arquitetura e do urbanismo. Ele se manifesta quando o trabalho de mulheres e pessoas negras são sempre inferiorizados, dado que é atribuído aos homens ocidentais (o colonizador) o privilégio epistêmico de possuírem e ditarem uma verdade universal, e serem sempre merecedores de reconhecimento (Grosfoguel, 2016). Até os dias de hoje, o que é considerado válido para o aprendizado está sempre relacionado a essa pequena parte específica da sociedade, levando

ao silenciamento da voz feminina, e de tantas outras vozes não inseridas nessa bolha social.

Não queremos explorar tanto no momento, porque a carta se tornaria extensa e o nosso ensaio repetitivo. De qualquer maneira, desejamos estar no caminho certo quanto a nossa análise.

Por fim, agradecemos de coração por todas as novas fontes de pesquisa e de leitura para o nosso trabalho, bem como para nossa própria bagagem cultural! Ainda não conseguimos ler todas, mas faremos isso o mais rápido possível. Esperamos continuar com o mesmo entusiasmo que estávamos na escrita da carta anterior e que estamos na escrita desta quando estivermos produzindo nosso trabalho! Continuaremos contando com o seu apoio, suas opiniões e sugestões, professor. Mandamos abraços e desejamos boas energias ao senhor.

Com carinho,

seus alunos do primeiro semestre,

Bruna, Otávio e Sarah

REFERÊNCIAS

GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. *In*: **Revista Sociedade e Estado**. Tradução de Fernanda Miguens. 2016, vv. 31, n. 1, p. 25-49.



6

*Erick França Oliveira
Vinícius Araújo Costa
Delânia Santos Azevedo*

**RODA DE CONVERSA
EPISTOLAR:
HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL NO BRASIL**

CARTA DE ERICK E VINÍCIUS PARA DELÂNIA

Barreiras, 1 de agosto de 2024.

Prezada Professora Delânia,

Espero que esta carta a encontre bem. Estamos escrevendo para compartilhar nossas primeiras reflexões sobre o tema da produção de arquitetura de interesse social, conforme orientado na atividade avaliativa proposta para este semestre na disciplina *Leitura e Produção de Texto*, ministrada pelo professor Atauan.

Ao escolher este tema, refletimos sobre o seu significado e iniciamos uma pesquisa mais aprofundada. Após a leitura do artigo *Os Caminhos da Arquitetura de Interesse Social Contemporânea* (Pastorio; Oldoni, 2017), notamos como este assunto passa despercebido não apenas para pessoas leigas, mas muitas vezes por profissionais da área.

O artigo destaca que, na contemporaneidade, a arquitetura parece estar cada vez mais submersa em consumismo, interesses pessoais e capital privado, muitas vezes perdendo sua função essencial: proporcionar habitação. No entanto, grande parte da população ainda vive em moradias precárias, frequentemente sem conforto e segurança, devido à execução de projetos realizados sem o acompanhamento de profissionais qualificados. As autoras do artigo argumentam que a falta de habitação adequada constitui uma ameaça aos direitos humanos desses moradores de baixa renda, uma vez que a ONU define que toda pessoa tem direito a uma moradia adequada.

Neste contexto, surge então a arquitetura de interesse social, com o objetivo principal de proporcionar condições dignas de moradia para populações de baixa renda, promovendo a inclusão

social e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Isso envolve a integração dessas moradias com a infraestrutura urbana, como serviços de água, esgoto, energia elétrica, transporte público, entre outros, além de equipamentos sociais como escolas, hospitais e áreas de lazer.

O texto mostra exemplos práticos de arquitetura que não seguiram o padrão consumista de alta renda, apresentando alguns estudos de caso de arquitetura de interesse social em vários lugares do mundo. Esses exemplos mostram como as ideias de habitação de interesse social podem ser aplicadas e como elas podem ter um impacto positivo.

Um desses exemplos é a *Moradia para professores*, projetado por Diébédo Francis Kéré em Burkina Faso. Esse projeto buscou criar um incentivo para professores trabalharem em áreas rurais do país; com casas compostas por módulos que podem ser adaptados para acomodar diferentes tipos de moradores; foram utilizados materiais encontrados localmente e a população participou ativamente na sua construção.

O outro projeto que achamos interessante se encontra no Chile e é conhecido como *Quinta Monroy*, projetada pelo escritório Elemental. O projeto evita a mudança das famílias de baixa renda para periferias, mantendo-as no centro urbano. Em vez de fornecer moradias pequenas e completamente finalizadas, o projeto oferece uma estrutura básica que pode ser expandida pelos próprios moradores conforme suas condições financeiras.

O artigo enfatiza muito a importância de incluir as pessoas moradoras no processo de planejamento e construção, pois essa participação fortalece o senso de pertencimento e garante que as necessidades dos usuários sejam atendidas, promovendo maior satisfação aos residentes.

Já o artigo *Habitação coletiva de interesse social em Heliópolis: A visão de quatro arquitetos* descreve projetos de habitação coletiva realizados na mesma comunidade de Heliópolis, São Paulo, durante 1990-2014. O estudo enfatiza a importância de uma compreensão do terreno e do ambiente onde o projeto é implementado e das preferências e necessidades dos moradores. Além disso, o artigo destaca a importância de seguir a legislação vigente e a escolha dos materiais, que garantam a durabilidade e segurança nas construções, o que fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade dos moradores pelos espaços habitacionais.

Ao examinar várias abordagens de habitação social em todo o mundo, o artigo de Walsh (2020) complementa essa perspectiva ao apresentar projetos como os que seguem abaixo:

- No Chile, o governo lançou programas de reforma e aluguel social, bem como subsídios habitacionais para famílias de baixa e média renda. Essas ações melhoraram significativamente as condições habitacionais e o acesso à moradia, mostrando a eficácia de políticas públicas bem planejadas.
- O sistema de habitação social na Holanda é administrado por associações de moradias, que fornecem preços subsidiados. Este modelo reduz a desigualdade habitacional, garantindo moradias de alta qualidade para pessoas de baixa renda. A manutenção contínua e a gestão eficaz são componentes essenciais do sistema.
- O México adota um modelo de autoajuda, incentivando as famílias a construir suas próprias casas, por meio de programas como *Tu Casa e Vivienda Rural*, os residentes podem adaptar suas casas às suas necessidades específicas, ao mesmo tempo em que promovem um senso de propriedade e o envolvimento com a comunidade.

As estratégias internacionais e as abordagens observadas fornecem uma visão abrangente de como a arquitetura de interesse social pode ser aplicada a uma variedade de situações. As soluções habitacionais eficazes e sustentáveis são garantidas pela participação comunitária, que é fundamental tanto nos projetos de Heliópolis quanto no modelo mexicano.

Além disso, os elementos universais que contribuem para o sucesso dos projetos de habitação social incluem políticas públicas sólidas e a utilização de materiais sustentáveis. A experiência holandesa em gerenciar e manter unidades habitacionais serve como um modelo para garantir que as construções sejam de longa duração e de alta qualidade.

Outro artigo que achamos relevante ao tema é *A temática da Habitação de Interesse Social (HIS) no ensino de Arquitetura* (Souza; Cunha, 2019). O texto aborda a importância de pensar em habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo. O artigo apresenta um estudo na disciplina *Projeto I* da Universidade Vila Velha, que aplica uma metodologia voltada para a elaboração de projetos em áreas carentes. A disciplina em questão apresenta conceitos de criação de zonas especiais de Interesse social (ZEIS), divisão do solo, tipologias habitacionais e habitação flexível evolutiva, etc. O artigo ressalta a responsabilidade das universidades no ensino da habitação social e a importância de formar profissionais capacitados para atuar na área.

Quando começamos a estudar o assunto para escrever esta carta, sentimos uma sensação de impotência. Como podemos mudar uma situação tão profundamente enraizada na cabeça das pessoas? Como evitar que a arquitetura continue a ser uma moeda de troca? Diante desse panorama pessimista, é fácil perder a esperança e simplesmente fazer vista grossa para o que acontece, especialmente ao olharmos a realidade em que vivemos.

No entanto, compreendemos que mudanças significativas não surgem de ações individuais isoladas, mas sim de esforços coletivos. Como arquitetos/as, nosso dever é fazer arquitetura que beneficie todas as pessoas, sem distinção de classe social. Entendemos que essa mudança não será simples nem rápida, no entanto uma mudança de mentalidade é fundamental. É nossa responsabilidade educar e engajar a sociedade na construção de uma arquitetura inclusiva e acessível para todos/as.

Erick França

Vinícius Araújo

REFERÊNCIAS

CARDENAS, D. Moradia para os professores de Gando / Kéré Architecture. **ArchDaily** Brasil, 27 maio 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788329/moradia-para-os-professores-de-gando-kere-architecture>. Acesso em: 2 out. 2025

FRACALOSSO, I. Quinta Monroy / ELEMENTAL. **ArchDaily**, 6 fev. 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acesso em: 2 out. 2025

HABITAÇÃO SOCIAL: estratégias e soluções em seis países. 27 Jan 2020. **ArchDaily**. (trad. Baratto, Romulo). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/932116/habitacao-social-estrategias-e-solucoes-em-seis-paises>. Acesso em: 23 Jul. 2024.

MASSIMINO, G. M. **Habitação coletiva de interesse social em Heliópolis**: a visão de quatro arquitetos. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MUNIZ, A. F.; SOUZA, A. D. S.; CUNHA, C. A. F. **A temática da Habitação de Interesse Social (HIS) no ensino de Arquitetura**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 2019, Uberlândia. Anais... Uberlândia: PPGAU/FAUeD/UFU, 2019. p. 1462-1479.

PASTÓRIO, M. H.; OLDONI, S. M. Ensino de Arquitetura e Urbanismo: abordagens metodológicas e projetos integrados. **Revista Thêma et Scientia**, v. 7, n. 1E, jan./jun. 2017. Edição Especial de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <https://www.revista.ufr.edu.br/temaet/citologia>. Acesso em: 23 jul. 2024.

WALSH, N. P. Habitação social: estratégias e soluções em seis países. **ArchDaily**, p. 23, 27 Jan. 2020. (trad. Baratto, Romulo). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/932116/habitacao-social-estrategias-e-solucoes-em-seis-paises>. Acesso em: 30 set. 2025.

CARTA DE DELÂNIA PARA ERICK E VINÍCIUS

Barreiras, 14 de agosto de 2024

Prezados Erick e Vinícius,

Como estão vocês? Espero que desfrutem essa oportunidade de ler, refletir e escrever sobre temas valiosos para o nosso campo de atuação profissional. Para mim, é sempre um prazer esse tipo de exercício, por isso agradeço por essa troca.

Ao ler a carta de vocês, compreendi que a arquitetura das habitações de interesse social (HIS) seria o cerne do ensaio crítico, o que muito me alegra, visto que essa é uma temática bastante importante para países em desenvolvimento como o nosso, portanto os parabênzinhos pela escolha de tal temática.

Observei que as leituras feitas já revelaram a vocês que existem muitos modos bons de projetar HIS. Embora no final da carta vocês tragam uma série de questões inclinadas para a desesperança, tais como: "sentimos uma sensação de impotência"; "Como podemos mudar uma situação tão profundamente enraizada na cabeça das pessoas? Como evitar que a arquitetura continue a ser uma moeda de troca? Diante desse panorama pessimista..."; todas as citações e exemplos que trouxeram no decorrer da carta contrariam as perguntas pessimistas elencadas, ou seja, a própria carta inicial expressa que há formas de fazer arquitetura de interesse social com

qualidade, e que essas formas já estão sendo desenvolvidas em várias partes do mundo.

Sendo assim, acredito que a problemática que vocês precisam explorar no ensaio crítico seria a disputa pelo solo urbano e a real necessidade de novas habitações. A pesquisadora Raquel Rolnik tem uma abordagem bastante ácida sobre a realidade brasileira, pois o que realmente impede a dignidade de moradia para a população de baixa renda no Brasil é a especulação imobiliária, que vê o solo urbano como mercadoria e por isso está constantemente expulsando pessoas de suas casas, ou impedindo que planejamento urbano e projetos de baixa renda existam perto de suas construções, com isso geram muitos vazios urbanos, que poderiam facilmente se transformar em habitação de interesse social, se não fosse sua necessidade de segregação.

Sendo assim, sugiro que leiam *Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças*², de Raquel Rolnik, bem como essa entrevista da mesma autora, *Chaves para pensar a moradia como um direito e não uma mercadoria na era da "financeirização"*³. Tais textos vão ajudá-los a elaborar um pensamento crítico sobre as HIS no Brasil, afunilando melhor o tema do trabalho de vocês.

Nestas leituras, vocês perceberão que, no Brasil, antes de desenvolver projetos de qualidade arquitetônica, com baixo custo, para população economicamente vulnerável (as referências que vocês trouxeram comprovam que os/as arquitetos/as já são capazes de fazer isso), é necessário primeiro ter áreas da cidade disponíveis e urbanizadas para essas pessoas de baixa renda morarem, com acesso a toda a infraestrutura urbana que uma moradia decente necessita, como transporte, água, luz, internet, lazer, escolas...

2 Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-colonialismo-imobiliario-segundo-raquel-rolnik/>

3 Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/chaves-para-pensar-a-moradia-como-um-direito-e-nao-uma-mercadoria-na-era-da-financeirizacao/>

Portanto, rapazes, minha carta os incita a problematizar mais a questão das HIS, debatendo as disputas do mercado imobiliário, que perpassa a hierarquia por bairros; as zonas de interesse social, que em geral estão nos PDUs, mas na prática não funcionam; o tratamento do solo urbano como mercadoria, que tanto impede que os/as arquitetos/as urbanistas possam trabalhar em prol das parcelas menos favorecidas da sociedade. Enfim, tem muitas variáveis que precisam ser citadas e discutidas.

Leiam Raquel Rolnik e depois me contem como decidiram levar essas reflexões adiante.

Outros links úteis sobre o tema das HIS no Brasil:

- <https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/solo-urbano-e-his-rolnik-nakano-cymbalista.pdf>
- https://www.lincolninst.edu/app/uploads/legacy-files/pub-files/rolnik-wp14rr1po-full_0.pdf,
- https://www.academia.edu/35386525/Solo_Urbano_e_Habita%C3%A7%C3%A3o_de_Interesse_Social

Fico à disposição!

Abraços.

Profa. Delânia

CARTA CONCLUSIVA DE ERICK E VINÍCIUS PARA DELÂNIA

Barreiras, 25 de agosto de 2024

Prezada Professora Delânia,

Esperamos que esteja bem.

Gostaríamos de agradecer pelos comentários e sugestões valiosas que nos enviou. Estamos atualmente aprofundando nosso entendimento sobre as habitações de interesse social (HIS) e as políticas que as envolvem, conforme as recomendações que nos fez. Sua indicação da obra *Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país* tem sido de grande utilidade. Estamos nos dedicando a compreender mais profundamente como a especulação imobiliária e o tratamento do solo urbano como mercadoria impactam negativamente o desenvolvimento de HIS de qualidade no Brasil.

Neste momento, nosso ensaio está focado em explorar essas questões, conforme sua orientação. Queremos trazer uma análise crítica sobre a disputa pelo solo urbano e os desafios impostos pela financeirização da habitação, buscando entender como esses fatores dificultam o acesso a moradias dignas para a população de baixa renda. Estamos animados para continuar este trabalho e manter essa troca de reflexões. Agradecemos por sua disponibilidade e apoio.

Seguimos à disposição para qualquer dúvida ou sugestão adicional.

Atenciosamente,

Erick França e Vinícius Araújo



7

*Kauane de Souza Lessa
Sthefany Noronha de Farias
Jurema Moreira Cavalcanti*

RODA DE CONVERSA EPISTOLAR: TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E O AGRONEGÓCIO

CARTA DE KAUANE E STHEFANY PARA JUREMA

Barreiras, 23 de julho de 2024

Cara Jurema,

Almejamos, por meio desta carta, que esteja muito bem e contente; conosco está tudo ótimo. No início do semestre, nós recebemos uma proposta de atividade avaliativa para buscarmos refletir sobre diversos temas no campo da Arquitetura e Urbanismo. No primeiro momento, escolhemos o tema “territórios tradicionais e a disputa com o agronegócio”. A impressão que tivemos foi de ser um tema fácil de abordar e interessante para ser discutido, mas então veio a greve e, com ela, nossos pensamentos se dissiparam... A incerteza sobre como seria a volta às aulas resultou em um desfoque do tema anteriormente escolhido.

Com o retorno às aulas e com as mudanças do calendário, ficamos sobrecarregadas de afazeres e, com isso, durante as nossas pesquisas sobre o tema, percebemos uma certa dificuldade em relacioná-lo com o nosso curso. Conseqüentemente, a escassez de conteúdo sobre o assunto nos levou a uma possível mudança de tema, devido ao curto prazo para fazer um trabalho com o primor e a dedicação que gostaríamos. Entretanto, conversamos com nossos orientadores e decidimos que permaneceríamos com o tema escolhido.

Desde o início, ficamos um pouco apreensivas com a proposta, pois precisávamos sair da nossa zona de conforto e fazer algo que, na jornada escolar, nunca nos foi solicitado. Nós acreditamos que a dificuldade para produzir as cartas reflexivas, o ensaio e o seminário, em tão pouco tempo, seria um desafio e tanto. Entretanto, aceitamos a proposta e a abraçamos com dedicação, uma vez que acrescentaria, e muito, em nosso conhecimento e aprendizado.

Pensando um pouco sobre o tema, logo lembramos da obra *Reis do Agronegócio*, lançada em 2015 no álbum *Estado de Poesia* composta pelo cantor, compositor, escritor e jornalista brasileiro Chico César e também pelo jornalista, produtor artístico e letrista Carlos Rennó.

Vocês que enxotam o que luta por justiça;
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira.

(Cesar; Rennó, 2015)

Uma produção expressiva, que retrata bem o que acontece nos tempos atuais. O agronegócio possui grande influência sobre a economia global; é um dos principais setores da economia brasileira, visto que movimenta grande parte das exportações e gera alto índice de empregos no Brasil. Entretanto, consiste em uma atividade responsável pela devastação ilegal das matas e florestas que permeiam o território brasileiro e, por consequência, estabelece inúmeros conflitos com as populações tradicionais e seus territórios, o que afeta o modo de viver e existir desses povos.

A propósito, quando analisamos os processos históricos brasileiros, percebemos que, desde a invasão europeia, foram estabelecidas relações de poder e ordem sobre as populações autóctones. É mais triste ainda pensar que esse tipo de comportamento não se restringiu àquela época, muito pelo contrário, se estende até os dias de hoje, atualizado nas relações de poder, sociais e econômicas, que justificam as invasões territoriais, a prática da violência e a expulsão dos povos tradicionais, sob o argumento da improdutividade de suas terras; argumento que ignora o entendimento sobre toda

a construção da história, do modo de vida e da cultura que esses povos carregam consigo através de suas tradições, espiritualidade e, a chave de tudo, a preservação do meio ambiente.

Hoje em dia, temos nos aprisionado em bolhas sociais - grande efeito das redes sociais, do *marketing* comercial, das práticas culturais. Todos nós, certamente, já assistimos a uma propaganda com imagens de cores brilhantes e música de fundo que capta a atenção, permeada pelo argumento de que "Agro é pop, agro é tech, agro é tudo"; discurso que visa mais ocultar do que informar sobre os reais problemas que se tem por trás do agronegócio.

De fato, não dá para negar que o agro gera muitos empregos e é responsável pela produção, em grande escala, de alimentos, mas... Qual o custo de tudo isso, para nós e para o meio ambiente? Saber que a busca excessiva por terras agriculturáveis ocasionou a expulsão de povos que preservam uma relação saudável com o território evidencia que a colonialidade do poder-ser-saber ainda se sobressai, o capitalismo vence, e as culturas tradicionais vão sendo apagadas, enfraquecidas e/ou silenciadas, pois, quando um povo perde seu lar, todos nós perdemos, de certa forma, uma tradição e cultura que não voltarão mais.

Prezada Jurema, o assunto é bem complexo, mas vale a nossa atenção.... Falando um pouco sobre a arquitetura de alguns povos tradicionais, a arquitetura do povo Rikbaktsá traz consigo elementos naturais (madeira, palha, cipó), característicos da localidade onde a comunidade está inserida e associados ao uso de técnicas construtivas complexas incorporadas em saberes ancestrais. As relações sociais em cada aldeia podem variar, assim como as referências simbólicas, materializadas na arquitetura e na sua localização no território, levando-nos a entender que a posição de cada edificação não é aleatória, mas obedece a uma organização partilhada entre seus integrantes.

Atualmente, sobretudo no Sul Global, muitos projetos arquitetônicos recebem forte influência da arquitetura indígena, uma vez que suas características construtivas e estéticas começaram a ser reconhecidas. Até mesmo a historiografia da arquitetura brasileira ressalta a produção colonial, enfatizando as soluções herdadas da Europa, mas pouco reconhecendo as características emprestadas das culturas indígenas.

Enfim, depois de uma breve reflexão, questionamos: um Produto Interno Bruto (PIB) pode justificar o apagamento cultural e a devastação ambiental? Esses são alguns dilemas que ficaram em nossa mente, professora Jurema. São tantas leis ambientais que não são seguidas, lutas e resistências que se estendem por centenas de anos... Do que adianta oprimir aqueles que preservam o meio ambiente? Talvez tenhamos que inserir o pensamento decolonial em nossas vidas, para que possamos construir novas relações sociais permeadas pela diversidade, e para que culturas europeias não sejam as únicas consideradas belas. A mudança não pode apenas ser feita em papel, com criação de leis e políticas; ela deve partir de cada um. E cada um de nós, ao olhar para o errado e saber o que é o certo, pode defender a luta de um povo que estava aqui muito antes da gente, entendendo nossa essência e ancestralidade.

No final, o que importa? Quais consequências a supervalorização do agro vem ocasionando ao meio ambiente? Qual é o sentido de expulsar comunidades de seus territórios? Os territórios tradicionais precisam ser protegidos, para que as culturas locais sejam mantidas, as pessoas vivam com dignidade e os ecossistemas sejam preservados.

Atenciosamente,

Kauane e Sthefany.

P.S.: Ah, antes que a gente se esqueça, esperamos que tenha gostado da nossa carta e da reflexão nela contida. Estaremos

aguardando ansiosamente a sua resposta e o direcionamento para a próxima carta. Abraços!

REFERÊNCIAS

- BRIGHENTI, C. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: uma reflexão sobre a Lei nº 11.645. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Julho, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1461007755_ARQUIVO_Artigo_XXVIII_SNH.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.
- CENTENO, A.; MARKO, K. Assédio do agronegócio é o maior desafio para as comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul, diz liderança da CPT. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildfato.com.br/2023/08/24/assedio-do-agronegocio-e-o-maior-desafio-para-as-comunidades-indigenas-no-mato-grosso-do-sul-diz-lideranca-da-cpt>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- CÉSAR, C.; Rennó, C. **Reis do Agronegócio**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-cesar/reis-do-agronegocio/>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- GIRARDI, G. Comunidade Tradicionais “invisíveis” e ameaçadas pelo avanço do agronegócio são colocadas no mapa. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/01/comunidades-tradicionais-invisiveis-e-ameacadas-pelo-avanco-do-agronegocio-sao-colocadas-no-mapa.shtml> \h. Acesso em: 22 jul. 2024.
- MIOTTO, T. Pelo menos seis terras indígenas sofrem com invasões e ameaças de invasão no início de 2019. **Conselho Indigenista Missionário**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/01/pelo-menos-seis-terras-indigenas-sofrem-com-invasoes-e-ameacas-no-inicio-de-2019/>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- MOREIRA, S. O que podemos aprender com a arquitetura Indígena? **Archdaily**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/927142/o-que-podemos-aprender-com-a-arquitetura-indigena>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- PAJOLLA, M. Como o agronegócio cercou os Guarani Kaiowá e por que os indígenas tentam retomar suas terras? **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildfato.com.br/2022/06/29/como-o-agronegocio-cercou-os-guarani-kaiowa-e-por-que-os-indigenas-tentam-retomar-suas-terras>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- RIGOTTO, R. Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado. **SciELO**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pSMpZgsPrF7MQcH7CGwZ54h/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CARTA DE JUREMA PARA KAUANE E STHEFANY

Prezadas Sthefany e Kauane,

Fiquei muito contente em receber a carta de vocês e por perceber que a temática, inicialmente escolhida, foi mantida, apesar da dificuldade de acesso aos materiais de pesquisa. Gostaria de dizer, também, que gostei muito da inserção da música *Reis do Agronegócio*; ela representa um incômodo necessário que precisa ser colocado na pauta das discussões acadêmicas. Digo isso, pois, se de um lado, o discurso de que o agro é a saída para produção de alimentos em larga escala e que essa atividade representa uma das frentes do progresso nacional, de outro, sabemos que muito do que é aí produzido sequer é consumido pela nossa população.

A soja produzida na nossa região, por exemplo, é escoada para exportação e para servir como base de ração animal, ao tempo em que a agricultura familiar continua sendo responsável por produzir grande parte dos alimentos que chegam às nossas mesas. Além disso, sabemos como o agronegócio tem sido devastador para o cerrado brasileiro; bioma permeado por frutos nativos de incontestáveis valores culturais e nutricionais. Por isso, queria realçar que essa discussão presente na carta de vocês está muito bem embasada e os comentários que trago aqui são apenas complementares a ela.

Nesse sentido, começo pensando que a parte que fala das construções indígenas acabou caindo de “paraquedas” no texto e não consegui entender bem a articulação que vocês pretendiam fazer entre elas e a discussão tecida anteriormente. Também senti falta de que a nossa região fosse contemplada nessa discussão. Por isso, enquanto relia a carta para redigir essa resposta, me lembrei do TCC de Franciele Rêgo, egressa do nosso curso, que produziu um trabalho lindíssimo, orientado pelo professor Osnilo Wan-Dall,

chamado *Mulheres de rio*. Nele, Franciele aborda a fração do cerrado, inserida no que se convencionou denominar MATOPIBA; o impacto do agronegócio no contexto regional do oeste baiano; e como as águas que nos banham, e as comunidades ribeirinhas, têm sido impactadas por esse processo.

Indico também a leitura do trabalho intitulado *Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA*, de Valney Rigonato, professor da UFOB, que também trabalha com comunidades tradicionais do oeste baiano.

Sugiro fortemente que leiam esses trabalhos e que eles lhes sirvam de inspiração, possibilitando trazer, para o ensaio, referenciais que dialoguem com o nosso contexto local.

Boa leitura e espero que as recomendações sejam úteis!

Um forte abraço

Jurema

CARTA CONCLUSIVA DE KAUANE E STHEFANY PARA JUREMA

Barreiras - BA, 24 de agosto de 2024

Prezada Jurema,

Te agradecemos pela resposta à carta e pelas sugestões dirigidas a nós. Em um momento, foi falado sobre a forma como abordamos o agronegócio e que estamos, digamos, no caminho certo. Ficamos felizes por isso, e por ter gostado também da escolha de utilizarmos a música *Reis do Agronegócio*, de Chico César. De fato,

o agronegócio tem sido devastador para a nossa sociedade, causando muitas perdas, tanto culturais quanto ambientais.

Em certo ponto, foi dito sobre a questão das construções indígenas terem caído de “paraquedas”, mas o nosso intuito, ao inserí-las, foi explicar como é produzida a arquitetura pertencente a um povo tradicional, afinal é importante abordar a arquitetura, certo? Talvez a sensação dessa parte não ter feito tanto sentido foi devido à sugestão de que essa primeira carta seria apenas uma introdução do que está por vir e, naquele momento, ainda não tínhamos um direcionamento assertivo sobre o assunto, mas, em nossa última aula, algo nos chamou atenção: o debate sobre a arquitetura vernácula. Esse conceito coincidiu bastante com o nosso tema e achamos que utilizá-lo no ensaio seria uma maneira de relacionar a arquitetura com os territórios tradicionais. Entretanto, se não achar a ideia pertinente, podemos mudar a abordagem, pois desejamos fazer uma produção de escrita embasada e coerente, e claro, com a sua ajuda.

As sugestões do TCC *Mulheres de rio: um ensaio projetual como forma de re-existência escrito* por Franciele Lopes Rego e o artigo *Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)abilitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará [..]*, escrito pelo professor Valney Dias Rigonato, foram ótimas sugestões. Gostamos bastante dos temas abordados e das análises feitas por ela e por ele, inclusive, no artigo do Valney, ele exemplifica bem as relações de trabalho de base familiar e como envolvem as relações intra e inter territoriais das populações geraizeiras; as práticas sociais cotidianas desenvolvidas; e a preservação das práticas socioculturais pelas comunidades tradicionais. O texto traz uma abordagem muito interessante que dialoga com a linha de raciocínio que queremos frisar no ensaio. Por sua vez, a produção acadêmica de Franciele nos permite conhecer melhor as comunidades tradicionais, principalmente os povos ribeirinhos e sua relação com o rio/ terra. Além disso, nos brinda com um projeto interessantíssimo para essa comunidade.

Sobre o fato de não termos abordado a cidade de Barreiras em nossa carta, a ausência se deu porque uma das integrantes não é natural do município e, como a senhora disse no começo da sua carta, é um tema cujas pesquisas ainda são escassas, mas, com as recomendações enviadas a nós, talvez possamos incorporar alguns aspectos no ensaio. Entretanto, ainda estamos sentindo a falta de um direcionamento mais específico, sobre tópicos que poderiam ser abordados na construção do nosso trabalho e gostaríamos de ter essa sugestão na resposta à nossa carta.

No mais, um forte abraço

Kauane e Sthefany

The background is a dark blue, textured surface. Overlaid on this are several pieces of paper and documents in various shades of yellow, orange, and brown. Some papers have faint, illegible text or drawings. A magnifying glass with a wooden handle and a brass frame is positioned on the right side, its lens focused on the papers. The overall composition suggests a theme of research, investigation, or historical study.

Parte

2

**ALGUNS ENSAIOS
RESULTANTES
DOS DIÁLOGOS
EPISTOLARES**



8

*José Rodolfo Sizilio Novaes
Júlia Araújo da Silva Oliveira
Osnildo Adão Wan-Dall Junior*

O DESENHO INCLUSIVO COMO MEIO DE PROJETAR CIDADES EQUITATIVAS PARA TODAS E TODOS

A arquitetura e urbanismo, enquanto campo disciplinar, desempenha um papel importante na percepção espacial, tanto mais quando considera a diversidade de pessoas, suas habilidades e limitações físicas, sensoriais e cognitivas, promovendo acesso e inclusão a edificações, no geral, e, em particular, no espaço público. Este ensaio, elaborado a partir de revisão bibliográfica e da inerente experiência urbana, tem como intuito principal o entendimento sobre acessibilidade em arquitetura e urbanismo, através da compreensão dos sentidos, e do desenho universal como ferramenta-e-premissa projetual de inclusão espacial. Propomos externalizar a relação da percepção multissensorial como pilares do processo de cultivar o pertencimento ao espaço construído, e como a arquitetura e urbanismo pode ser experimentada, vivida, além da visão e do tato, pelo intelecto, pela audição, pelo paladar e pelos sentidos vestibular (equilíbrio) e proprioceptivo (orientação) de modo equitativo.

O texto se estrutura em quatro momentos principais: no primeiro, discorremos acerca da importância da experiência multissensorial na arquitetura e urbanismo; no segundo, acerca da diversidade, acessibilidade e inclusão; no terceiro, acerca da relação entre acessibilidade arquitetônica e acessibilidade espacial; no quarto e último, acerca do desenho universal como ferramenta-premissa projetual de inclusão espacial para todas e todos. A partir desse conteúdo, provocaremos uma atualização do desenho universal, ampliando-o conceitualmente, a fim de pensarmos desenhos, e portanto espaços, inclusivos para que a acessibilidade seja plenamente garantida.

EXPERIÊNCIA ESPACIAL MULTISSENSORIAL

Conhecido por suas ideias sobre a análise do espaço através da percepção multissensorial, o arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa

propõe uma fenomenologia da arquitetura, que podemos compreender, de modo sintético, como uma abordagem filosófica sobre a experiência corporal, subjetiva e o espaço. Trata-se de uma abordagem que relaciona diretamente pessoas e ambientes construídos, coadunada por outros importantes arquitetos a ele contemporâneos, como Christian Norberg-Schulz e Steven Holl, no revés de abordagens canônicas, positivistas, modernas e ainda reproduzidas sem a devida reflexão, como análises de forma e função espacial. Segundo Pallasmaa, o estímulo dos sentidos se manifesta, por exemplo, através de cores, texturas, volumes, temperaturas, formas, iluminação: “Toda experiência comovente com a arquitetura é multissensorial; as características de espaço, matéria e escala são medidas igualmente por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos” (Pallasmaa, 2011, p. 39).

O autor enfatiza a importância da identidade humana, da experiência sensível e da tateabilidade, denunciando a priorização da visão, tida, pelo menos contemporaneamente, como o sentido mais importante em termos sociais e culturais. Ele ressalta, de maneira clara e concisa, as dimensões que a arquitetura proporciona à diversidade de pessoas, focalizando no sentido de pertencimento, acolhimento e vivência do espaço, em termos de assimilação e significado.

DIVERSIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

No ano 2000, uma importante lei foi promulgada no Brasil, legitimando o debate sobre deficiência e acessibilidade, e dando as bases para uma série de conquistas futuras: a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios gerais para a promoção de acessibilidade e inclusão a pessoas com

deficiência física, mental, sensorial ou intelectual, bem como a pessoas com mobilidade reduzida. Para garantir sua aplicação, é necessário que sejam suprimidas barreiras e obstáculos em “vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (Brasil, 2000). A lei, regulamentada posteriormente pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, prevê que a acessibilidade esteja atrelada à segurança e autonomia de todas e todos, garantindo a liberdade de ir e vir de maneira autônoma e sem restrições. Do contrário, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida terão seus direitos violados, o que certamente ocasionará a exclusão de sua participação plena e efetiva na sociedade.

Há dez anos, a promulgação da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), foi destinada “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015). Essa lei tem sido uma conquista de extrema importância na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, das pessoas com mobilidade reduzida, bem como das pessoas com necessidades específicas.

Apesar dessas conquistas, na grande maioria das cidades brasileiras, percebem-se realidades e práticas que continuam não cumprindo ao mínimo estabelecido legalmente: há, por exemplo, incontáveis e quase sempre incontornáveis desníveis nas calçadas; ausência ou incorreta implantação de pisos podotáteis e corrimões; carência de rampas que vençam desníveis conforme estabelecido pela *ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*; dentre diversas outras barreiras arquitetônicas corriqueiras que impedem acesso, uso, conforto, segurança e autonomia a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O cumprimento da legislação, nas esferas federal, estadual e municipal, e das normas técnicas vigentes deve ser garantido para que tenhamos cidades plenamente acessíveis e verdadeiramente inclusivas a todas e todos. Do contrário, continuaremos a ter a grande maioria dos espaços públicos com acesso e uso excludentes, restritos apenas a determinados grupos sociais.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA VERSUS ACESSIBILIDADE ESPACIAL

Os conceitos de acessibilidade arquitetônica e acessibilidade espacial são muito próximos e interligados, mas, enquanto o primeiro visa à eliminação de barreiras físicas, o segundo inclui a importância da orientação e da compreensão espacial de forma autônoma pelas pessoas. A acessibilidade arquitetônica (e urbanística) é mencionada no Decreto Federal nº 5.296/2004, apesar de não ser aí conceituada, e não é mencionada nas leis federais nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015 (LBI). A acessibilidade espacial, por sua vez, não é mencionada em nenhum desses três documentos. A NBR 9050 não traz nenhuma das duas terminologias.

O conceito de acessibilidade espacial é amplo. Está diretamente relacionado com o direito de todo cidadão de ter acesso aos espaços e de poder participar efetivamente das atividades que neles ocorrem. Define-se então como espaço acessível [...] aquele de fácil compreensão, que permite ao usuário ir e vir, comunicar-se, assim como fazer parte de todas as atividades que esse espaço proporcione com segurança, conforto e autonomia independentemente de suas necessidades específicas (Dischinger; Bins Ely; Luz; Brandão, 2007, p. 25).

Dessa maneira, compreende-se que a acessibilidade espacial visa a garantir que todos os espaços sejam efetivamente acessíveis.

É sobre criar ambientes que atendam às necessidades de todas e todos que queiram estar ali, livremente e de forma independente.

[...] acessibilidade espacial significa muito mais do que apenas poder chegar ou entrar em um espaço institucional desejado: além do livre acesso, é também necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se e compreender o que acontece com a finalidade de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, conforme a sua vontade, com facilidade, sem precisar fazer perguntas ou ser sempre tutelada. Um lugar acessível deve permitir e possibilitar, através da maneira como está construído ou estruturado e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços ou equipamentos (incluindo o mobiliário) com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (Hoffmann, [2023]).

A acessibilidade espacial deve, assim, fornecer meios para o atendimento a todas e todos, possibilitando que os espaços sejam acessados e usados intuitivamente e com autonomia. Alguns elementos contribuem para que a acessibilidade espacial seja garantida, como, por exemplo, a instalação de placas e mapas informativos, incluindo os táteis, e em diversos idiomas; portas com sensores cujo manuseio não exija força física; sinalização sonora e auditiva, além das unicamente pictóricas; pisos podotáteis; sinalização em Braille; etc.

O DESENHO UNIVERSAL COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE SOCIAL

Criado em 1985 pelo arquiteto estadunidense Ronald Mace, o desenho universal (aqui grafado com iniciais minúsculas, de forma intencionalmente distinta do original) busca criar produtos, ambientes e serviços que possam ser utilizados por todas e todos,

sem alterações e modificações a longo prazo, beneficiando a diversidade de pessoas de forma igualitária, “independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020, p. 138).

No Brasil, o desenho universal é considerado nas supracitadas leis federais nº 10.098/2000, nº 13.146/2015 (LBI), bem como na NBR 9050. A LBI institui que o desenho universal “será sempre tomado como regra de caráter geral” na concepção e implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural”; os projetos “devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade” (Brasil, 2015).

O desenho universal, em seus sete princípios, busca o uso equitativo; a flexibilidade no uso; o uso simples e intuitivo; a informação de fácil percepção; a tolerância ao erro; o baixo esforço físico; e o dimensionamento adequado de espaços para aproximação, alcance, manipulação e uso (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020, p. 4). Quanto mais princípios o “desenho” consegue garantir, mais universal ele se torna.

“Universalizar” o desenho, tornando-o acessível, significa criar ambientes inclusivos e convidativos a todas e todos, cultivando o acolhimento e o sentimento de pertencimento nos diversos espaços. Ao considerá-lo na escala urbana, sobretudo no espaço público, temos cidades mais cordiais, empáticas e sustentáveis (no sentido estrito do termo), que respeitam a diversidade.

O desenho universal, associado à acessibilidade espacial, promove a inclusão, a diversidade arquitetônica, urbanística e fomenta a

equidade social. Estaria incorreto, no entanto, falar em “acessibilidade universal”; termo que se tem propagado correntemente; talvez não se trate apenas de questionar uma redundância lexical, ou da negação de uma palavra pela outra, mas da necessidade de não tê-las como sinônimas e, sobretudo, de não tirar a força que ambos os conceitos “acessibilidade espacial” e “desenho universal”, consagrados na luta pela inclusão espacial, conquistaram historicamente.

POSTSCRIPTUM

O título original deste texto, construído inicialmente pelos coautores estudantes como atividade discente conjunta das disciplinas Leitura e Produção Textual e Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II, do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras, e depois revisto pelo coautor docente, era “Acessibilidade como forma de projetar uma cidade para todos: inclusão na arquitetura e urbanismo”. Provocados a pensarem o Desenho Universal como algo mais amplo e inclusivo do que a “simples” acessibilidade espacial, os estudantes propuseram, num segundo momento, nomear o texto deste modo: “O desenho inclusivo como forma de projetar uma cidade para todos: integração na arquitetura e urbanismo”.

Para além da mera troca de palavras no subtítulo – de “inclusão” para “integração”, o que implicaria, sobremaneira, numa questão semântica –, a adoção da segunda tanto não seria apropriada quanto nem mesmo havia sido desenvolvida na versão preliminar do texto. Mas, mais do que isso, ela jamais daria conta, nos parece, de figurar como um sinônimo à primeira, e isso se dá não somente pela questão epistemológica, mas pela força que a expressão “inclusão” vem ganhando na luta contra o capacitismo – forma, muitas vezes velada, de preconceito e discriminação contra pessoas com

deficiência, baseada na ideia de que essas pessoas são inferiores ou menos capazes de desempenhar suas atividades cotidianas, ou mesmo de existir, por causa de suas deficiências. A ideia de inclusão expressa, adicionalmente, todo um movimento e, portanto, necessita ser sublinhada, ecoando num engajamento que deve ser de todas e todos, na garantia de que tenhamos espaços acessíveis e inclusivos, bem como uma arquitetura e urbanismo – na falta de expressão mais adequada – mais “consciente”.

Incluir a diversidade de pessoas na arquitetura e urbanismo, no projeto de cidades que visam ao bem-estar, ao uso confortável, à segurança e à autonomia de quem dela faz uso cotidianamente, requer, no entanto, que associemos diretamente a inclusão à acessibilidade espacial, e tanto melhor quando esse desenho “inclusivo” se dê a partir de um desenho “universal”. Ora, mas será que para ser “universal” o “desenho” de nossas cidades não deveria ser, antes de tudo, justamente “inclusivo”? Não faria mais sentido falar em desenho inclusivo, ao invés de desenho universal? Ou, ainda, considerando o termo original em inglês – Universal Design – e sua tradução mais condizente (e não literal, isto é, a tradução de design como “projeto”) no léxico brasileiro da prática da arquitetura e urbanismo, poderíamos falar em projetos “inclusivos” a partir de um “projeto universal”? Não “desenhamos” espaços, mas nos utilizamos do desenho (dentre outras ferramentas e métodos) para pensar, criar, projetar espaços. O desenho propriamente dito é o meio mais usual (ainda que jamais acessível, universal ou inclusivo) que arquitetas, arquitetos e urbanistas têm para expressar suas ideias, enfim, sua criatividade – a importância da visão, em detrimento dos demais sentidos, denunciada por Pallasmaa...

Recentemente, quando da revisão deste texto, distante cerca de oito meses de sua primeira escrita, em uma conversa informal acerca de atividades inclusivas no IFBA, Campus Barreiras, no semestre letivo 2025.1, no âmbito da disciplina Projeto de Arquitetura III, ministrada pelos professores Jessica Mayana Pereira Silva e Osnildo

Wan-Dall, a inspiradora professora Sandra Samara Pires de Farias, mãe de uma pessoa com surdocegueira congênita, especialista em acessibilidade, inclusão e militante contra o capacitismo, sugeriu o seguinte acerca do vocabulário sobre acessibilidade e inclusão:

“Inclusivo” e “acessível” são termos que se complementam, pois não há inclusão real sem acessibilidade. Ser inclusivo exige, necessariamente, ser acessível. Embora seja possível usar um ou outro termo, ambos estão corretos e têm seu valor. No entanto, é fundamental garantir que as práticas sejam, de fato, acessíveis – e, assim, verdadeiramente inclusivas (Farias, 2025).

Farias nos ajuda a pensar ambos os termos também em termos espaciais, o que contribui para pensarmos o lugar deles na arquitetura e urbanismo e, assim, no que acreditamos ser premissa em qualquer projeto de espaços, sejam eles novos ou reformas que visam à melhoria do ambiente construído. Sublinhamos: é possível haver acessibilidade sem inclusão, mas não há inclusão sem acessibilidade. Deveríamos, então, nesse sentido, lutar pela acessibilidade espacial ou pela inclusão espacial? Não seria o caso de falar em desenho inclusivo ao invés de universal?

“Inclusão espacial” é um conceito mais abrangente e social que “acessibilidade espacial”. O primeiro se refere à presença e participação plena de todas as pessoas em diferentes espaços da sociedade, combatendo barreiras físicas, sociais e atitudinais. O outro refere-se à possibilidade de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, circularem e utilizarem um espaço com segurança, autonomia e conforto. Está ligada à arquitetura, ao urbanismo e ao desenho universal. [...] Penso que o desenho universal pode sim ser substituído por desenho inclusivo, mas essa é uma escolha pessoal. O termo técnico consagrado na área de arquitetura e urbanismo é desenho universal, mas desenho inclusivo tem ganhado força em discursos sociais e educativos, por enfatizar a intenção de incluir todas as pessoas, especialmente aquelas historicamente excluídas (Farias, 2025).

É nesse sentido que propomos, muito despretensiosamente, que, para serem acessíveis, as cidades adotem desenhos (projetos?) universais inclusivos, isto é, que tenhamos cidades que sejam pensadas para todas as pessoas, que nos garantam acesso e inclusão como premissa, como pressuposto. Quem sabe, daqui a poucos anos, não precisaremos mais levantar essa bandeira, ou mesmo enrolarmo-nos nela, no sentido em que teremos incorporado, social e culturalmente, essa “lógica” de produção espacial; tanto a bandeira quanto nós mesmas e mesmos seremos uma coextensão umas e uns dos outros; teremos aprendido desde sempre, na escola e no seio familiar, não apenas noções anticapacitistas, ou a considerar a inclusão como postura fundamental, mas seremos pessoas que simplesmente reconhecem, compreendem e aceitam a diversidade que somos, acreditando que é isso que fará com quem sejamos pessoas melhores num mundo que deve, urgentemente, ser repensado para que sobreviva e continue re-existindo. Nesse momento, quiçá, a acessibilidade e a inclusão estarão a tal ponto incorporadas em nosso pensar-fazer, em nossos afetos, que já teremos esquecido da exclusão, que é exatamente quando a pessoa com deficiência *experimenta* a sua deficiência. Esse esquecimento não se daria, obviamente, enquanto apagamento histórico, pois, como sabemos, é preciso lembrar dos erros para que eles não se repitam, mas no sentido de que atitudes e projetos excludentes sequer serão uma possibilidade em nossos mundos diversos e inclusivos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 maio 2025.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; LUZ, G. K.; BRANDÃO, M. M. **Acessibilidade espacial e inclusão nas instalações do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina:** avaliação e propostas de projeto. Grupo PET Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: https://bu.ufsc.br/petarquitetura/Caderno_Acessibilidade_Espacial_Colegio_Aplicacao.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

FARIAS, S. S. P. Conversa com Osnilo Adão Wan-Dall Junior. **WhatsApp.** Barreiras, 3 maio 2025.

HOFFMANN, S. **Acessibilidade espacial.** Federação Espírita do Rio Grande do Sul, [2023]. Disponível em: <https://www.fergs.org.br/single-post/acessibilidade-espacial>. Acesso em: 16 maio 2025.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Original de 1996. Tradução técnica de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.



9

*Adalto Ferreira da Silva Júnior
Pedro Eduardo Oliveira Cunha de Souza
Mylane Bastos Santos
Delânia Santos Azevedo*

TERRITORIALIDADES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS AFRO-AMERÍNDIAS DO OESTE BAIANO

INTRODUÇÃO

No final do século XV, os povos europeus tornaram as terras americanas palco de uma colonização marcada pela modificação da realidade dessas regiões e dos povos nelas inseridos. A imposição de novas línguas e crenças, um novo modo de viver e se organizar socialmente, além da apropriação de terras ancestrais, são consequências causadas pela submissão forçada à cultura “civilizada” dos povos colonizadores, moldando, assim, uma grande era de dominação, exploração e violência. O genocídio, nas diferentes esferas que alcançou, é um termo que caracteriza bem o processo de colonização e define uma prática sistemática contra a população civil, incluindo assassinatos, estupros e outros tipos de profanação ou destruição das culturas locais, impedindo o povo de ser aquilo que ele é (Cançado Trindade, 2016).

No Brasil, os povos indígenas, por serem detentores de conhecimentos sobre a terra e demais elementos naturais, foram rapidamente subjugados e explorados como mão de obra nas atividades coloniais. Com o tempo, o colapso populacional indígena, devido às doenças, resistências e trabalhos forçados, levou os colonizadores a buscarem uma nova fonte de força de trabalho, através do sequestro de africanos escravizados. Essa transição redefiniu a estrutura demográfica e social, com a mistura e coexistência forçada de diferentes etnias sob o jugo da exploração europeia.

Nesse contexto, surge uma nova categoria social: os afro-ameríndios, resultado da miscigenação entre indígenas das américas e africanos, incluindo ainda os demais não brancos nascidos em terras brasileiras. Essa união desenvolveu identidades múltiplas, que se aproximavam de modo singular na resistência às tentativas coloniais de apagar suas raízes e tradições. Os afro-ameríndios passaram a reivindicar suas territorialidades, não apenas em termos de

posse de terra, mas também na preservação de seus modos de vida, tradições e vínculos com o ambiente natural. O passar do tempo marcado pela resistência territorial e cultural contribuiu para a formação das comunidades tradicionais, que até hoje lutam pela preservação de sua identidade e seus direitos.

Segundo o escritor indígena Daniel Munduruku (2017, p. 51), “um povo sem memória ancestral é um povo perdido no tempo e no espaço”. Conhecer a história da colonização e suas consequências genocidas, incluindo a exploração da mão de obra indígena e africana, e a resistência que as comunidades tradicionais formaram, é essencial para compreender as raízes das desigualdades e tensões sociais no Brasil e nas Américas. Ao mergulhar nesse passado, entendemos como o processo colonial moldou as estruturas de poder, consolidando privilégios e exclusões que ainda persistem nas sociedades atuais.

Em relação ao seu objetivo, este ensaio acadêmico, desenvolvido com base em um estudo exploratório, busca debater a interseccionalidade dos povos afro-ameríndios com comunidades tradicionais, explanando o conceito de territorialidade, intimamente ligado à importância desses grupos com suas identidades culturais, sociais e históricas enraizadas no território. Para isso, prosseguimos com um recorte geográfico do Oeste da Bahia, justificando essa escolha por meio das suas características territoriais e econômicas. Em seguida, problematizamos a expansão urbana baseada no desenvolvimento agrícola, apresentando em contrapartida as existências de comunidades tradicionais nesta região, e reforçando a necessidade de proteger suas territorialidades. Por fim, trazemos as considerações finais, pautadas na importância de decolonizar o saber, refletindo sobre a valorização da identidade territorial e cultural dessas populações.

PARA ALÉM DE ESPAÇO FÍSICO: TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA

Neste texto, designamos como afro-ameríndias aquelas pessoas pertencentes aos grupos étnicos nas américas que surgem da interação histórica entre populações africanas escravizadas e povos indígenas americanos, resultando em culturas e identidades híbridas.

John Manuel Monteiro (1994), no livro *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, acrescenta ainda que os ameríndios foram os primeiros a entrar na categoria social negro, mais especificamente negros da terra, para diferenciá-los das pessoas africanas escravizadas, conhecidos como negros guiné. O termo negro implicava a condição servil. Era comum, embora isso não se observasse sempre, usá-lo como sinônimo de “escravo”. Esses novos grupos e novas categorias sociais tornaram mais complexo o sistema de hierarquia racial produzida pelo sistema colonial escravocrata.

Partindo desse viés, se analisarmos as comunidades tradicionais que, segundo o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, podem ser definidos como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, art. 3º I).

Historicamente, compreendemos que a interseção entre os povos afro-ameríndios e as comunidades tradicionais se manifestou em formas de resistência compartilhadas e na cooperação mútua para a preservação de suas terras e culturas. Desse modo, a

interseccionalidade permite uma criticidade quanto às identidades de gênero, raça, classe e como estão impostas como dimensões estruturantes e subalternizadas (Akotirene, 2019).

A relação com o território é central na discussão sobre os povos afro-ameríndios e as comunidades tradicionais, influenciando tanto as suas identidades quanto as dinâmicas de exploração que enfrentam. Diante disso, é importante entender que território, dentro do conceito geográfico, está correlacionado a poder e dominação da terra, levantando a questão de quem domina e condiciona esses espaços, como o fazem, e quem passa a ser dominado e influenciado por quem.

Territorialidade foi usualmente entendida como princípio jurídico vinculado à base territorial dos Estados. No entanto, o geógrafo e escritor brasileiro Haesbaert propõe que território tem a ver com poder, mas não estritamente ao habitual "poder jurídico. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação." Para o autor, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está envolta dos modos como as pessoas se relacionam com a terra, como se organizam espacialmente e como criam laços afetivos, tornando-a um lugar (Haesbaert, 2007, p. 27).

Para as comunidades tradicionais afro-ameríndias, a territorialidade apresenta um significado muito mais profundo. O território não é apenas um espaço físico, mas um elemento fundamental de sua identidade e cosmovisão. A terra é vista como um ente sagrado e ancestral, essencial para a preservação de suas práticas culturais, tradições e formas de vida (Batista, 2015).

Essa compreensão da territorialidade ajuda a entender a relação desses indivíduos com a terra em que esses se inserem, e como ela reflete no que eles são. "Nós não somos donos da terra, nós

somos a terra”, afirma Casé Angatu Xukuru Tupinambá, em entrevista por telefone à IHU On-Line. A partir desta visão, o conceito de que o território não é só mais um espaço delimitado por dominação jurídica pública torna-se mais explícito, mostra que a territorialidade molda a identidade ancestral e sagrada das comunidades afro-ameríndias e, portanto, deve ser resguardada.

TERRA DE VALOR: A EXPANSÃO AGRÍCOLA NO OESTE DA BAHIA E INVIABILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

A região atualmente denominada como Oeste da Bahia situa-se à margem esquerda do Rio São Francisco, banhada pelas sub-bacias do Rio Grande, Corrente e Carinhanha. Para além das ricas características hidrográficas, também possui as características morfoclimáticas do cerrado, este que é o bioma com segunda maior formação vegetal brasileira e que ocupa 21% do território brasileiro (Klink; Machado, 2005). As fisionomias do cerrado têm sua distribuição condicionada principalmente pela precipitação sazonal (invernos secos e verões chuvosos), boa fertilidade e drenagem do solo, fatores esses que incluem o cerrado entre as savanas mundiais (Machado, B. *et al.*, 2008).

Até meados da década de 60, a região tinha uma ocupação lenta e escassa, sendo nesse período mais conhecida como região do *Além São Francisco*. De acordo com Brandão (2010), nesse tempo histórico, os governantes brasileiros estavam mais atentos ao litoral, isso garantia à área esquerda do rio São Francisco a permanência das populações rurais, com produção agropecuária e extrativista diversificada. Mesmo após 1865, com a criação da primeira companhia de navegação a vapor do Rio São Francisco, que impulsionou o

comércio no oeste baiano, pela chegada de novos produtos, novas máquinas e inclusive pelo surgimento e dinamização de assentamentos urbanos, as áreas rurais eram afetadas com morosidade, garantindo com isso a permanência e consolidação das territorialidades afro-ameríndias.

Entretanto, a partir de 1960, ano da inauguração de Brasília, os governantes passam a considerar a inserção do Oeste Baiano à rede urbana brasiliense. Desde então, foram executados investimentos públicos e privados, sob fomento governamental, para a ocupação das terras oestinas, a preços módicos, por grupos exógenos, especialmente sulistas (Brandão, 2010).

Assim, foi iniciado um processo em que a posse de terra é importante elemento da acumulação. Desde então a tensão sobre as comunidades tradicionais para expropriação de suas terras se acirrou, e segue cada vez mais alarmante nos dias atuais, pois a terra desta parte do país passou a se constituir como mercadoria.

Neste processo, as características tradicionais da região foram subvertidas ao histórico de dominação com conversão de vastas áreas de terras para a produção agrícola em larga escala, o que resultou na expansão e consolidação do agronegócio, crescente até os dias atuais. A ocupação de terras muitas vezes habitadas por comunidades tradicionais e a transformação de ecossistemas naturais em áreas de cultivo de grãos e pecuária são práticas de exploração herdadas do período colonial. O avanço do agronegócio na região não apenas altera a paisagem física, mas também impacta profundamente as dinâmicas sociais e culturais, criando tensões entre a modernização econômica e a preservação das práticas e modos de vida tradicionais.

Como exemplo, as comunidades tradicionais geraizeiras, encontradas principalmente no Oeste Baiano, ocupam há gerações vastas extensões de terras devolutas do Estado. Essas comunidades

vivem em sistemas coletivos organizados por vizinhanças, preservam modo de vida que gira em torno da criação de gado solto, alimentado pela pastagem nativa do cerrado, e além da pecuária, praticam o *extrativismo* de frutos e utilizam plantas medicinais para tratar diversas enfermidades. A principal luta destes tem sido a preservação de seus territórios, que enfrentam a ameaça da expropriação por grandes fazendas.

Nesse sentido, o Oeste Baiano tem vivenciado a anulação dos direitos das comunidades tradicionais sobre a terra, para fortalecer o agronegócio e toda a rede moderno-capitalista a que ele está conectado. Na perspectiva do intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, uma comunidade tradicional se organiza e reorganiza em suas (re)existências. Mesmo diante de dispositivos de poder que visam silenciar determinadas identidades, esses sujeitos empregam novas estratégias de contra-colonização contra os modelos hegemônicos de desenvolvimento (Santos, 2015, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos de colonização no Brasil e suas consequências genocidas nos permite compreender as dinâmicas de poder que moldam a sociedade e perpetuam desigualdades. A interseccionalidade entre os povos afro-ameríndios e as comunidades tradicionais no Oeste da Bahia evidencia a importância de suas identidades culturais e históricas em um contexto de exploração e resistência constante pela manutenção dos seus territórios.

A decolonização do saber-poder-ser busca reverter a hegemonia do conhecimento estabelecido, compreendendo os processos que geraram a invisibilização de diversos povos nos campos da história, cultura e patrimônios materiais e imateriais. Essa

naturalização do apagamento acarreta não apenas a morte física, mas também a morte cultural. Como destaca a filósofa indígena Sônia Guajajara: “Apoiar a causa indígena, hoje, é apoiar a sua própria existência”. Lutar pela causa dos povos afro-ameríndios é, conforme explica Nego Bispo (2015), um ato de contracolônização, um esforço para resgatar e preservar vidas, tradições e línguas, assegurando que esses legados sejam salvos e transmitidos às futuras gerações.

A defesa da territorialidade, enquanto expressão de pertencimento e identidade, coaduna com a preservação das culturas e modos de vida das comunidades tradicionais. Nesse sentido, é imprescindível que se promova uma decolonização do saber, valorizando as práticas culturais/produzidas tradicionais e os conhecimentos ancestrais, como forma de fortalecer os direitos dessas populações.

A luta pelo direito à posse da terra pelas comunidades tradicionais é vital para a construção de um futuro mais justo e equitativo, onde as identidades afro-ameríndias e suas histórias sejam valorizadas e respeitadas, contribuindo para um estado/país que reconhece e celebra sua diversidade cultural e territorial.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.

BATISTA, D. S. A. **Políticas urbanas e seus impactos na territorialidade do quilombo Laranjeira-BA**. 2015. 268f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BRANDÃO, P. R. B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, vol. 6, n. 1, jul. 2010. P. Brandão 35-50. Disponível em: <file:///C:/Users/delan/Downloads/4304-Texto%20do%20Artigo-10718-1-10-20100719.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 24 mai. 2025.

CANÇADO TRINDADE, A. A. Atos de genocídio e crimes contra a humanidade: reflexões sobre a complementaridade da responsabilidade internacional do indivíduo e do estado. Revista **IIDH**, vol. 67, A.A. Cançado Trindade 13-49, 2018. Disponível em: <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/rev-instituto-interamericano-dh/article/viewFile/35933/32861>. Acesso em: 24 mai. 2025.

FLAVIO, B. Natureza e socioambientalismo: As sociedades tradicionais do oeste baiano. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 4465-4482, 2020.

HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais**. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. *Geographia*, v. 9, n. 17, 2007.

KLINK, C. A., & MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, Vol.01, nº 01, 2005, p.147-155. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Cerrado_conservacao.pdf. Acesso em: 24 mai. 2025.

MACHADO, B., WALTER, T., Moreira De Carvalho, A., & RIBEIRO, J. F. O Conceito de Savana e de seu Componente Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. **Cerrado Ecologia e flora**, ed. Embrapa Cerrado, vol.01, 2008. Cap 01, p. 20-46.

MACHADO, R. **"Nós não somos donos da terra, nós somos a terra". Entrevista especial com Casé Angatu Xukuru Tupinambá**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-%20somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba>. Acesso em: 1 set. 2024.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

10

Luan Manfredini da Cunha Torres

Myrela Nunes de Souza

Sandy Leite Ribeiro

Jurema Moreira Cavalcanti

ARQUITETURA DE INTERESSE SOCIAL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:

**EFETIVIDADE, QUALIDADE
E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

INTRODUÇÃO

Historicamente, no Brasil, o acesso ao profissional arquiteto e urbanista foi circunscrito às elites, de tal forma que seu produto (o projeto) foi, durante muito tempo, tratado como artigo de luxo. Alguma mudança foi observada na década de 1980, quando muitos arquitetos estiveram envolvidos nas lutas por moradia, encabeçadas por diversas organizações sociais urbanas; foi intensificada nos anos mais recentes com a criação da Lei 11.888, de 2008, que assegura, às famílias de baixa renda, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (Brasil, 2008) e; com a criação das residências acadêmicas, vinculadas às universidades, desde 2013, com enfoque em assessoria técnica.

Com esse preâmbulo, buscamos mostrar, nesta escrita, a possibilidade da produção arquitetônica se tornar acessível a diferentes grupos sociais, incluindo as populações de baixa renda, ainda que esse acesso esteja longe de se tornar uma realidade generalizada. Mas então fica a pergunta: por que devemos discutir sobre esse tema? Em sua obra *“Brasil, cidades”*, a autora Ermínia Maricato apresenta sua percepção da problemática na atualidade, ao afirmar que “o acesso ao mercado privado é tão restrito e as políticas sociais tão irrelevantes que à maioria da população sobram apenas as alternativas ilegais ou informais” (Maricato, 2001, p. 132). O trecho citado nos faz perceber que, apesar do avanço na produção habitacional de interesse social, o acesso à terra urbana com infraestrutura adequada configura, ainda, uma realidade distante da grande maioria da população brasileira.

Segundo dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 2021, o déficit habitacional no Brasil é da ordem de 6,2 milhões de moradias, correspondendo a 8,3% do total de domicílios ocupados no país. Essas estatísticas apenas reforçam a crise habitacional existente (Mansur, 2024).

O *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), criado pelo governo federal, no ano de 2009, foi uma resposta à crise econômica de 2008, traduzido e divulgado como enfrentamento ao problema do déficit habitacional no Brasil. Ainda assim, diferente de programas habitacionais anteriores, o PMCMV abriu uma frente de investimentos para atender às demandas da população de menor renda (até 3 salários mínimos), destinando 40% da produção habitacional (Amore *et al*, 2015), na sua fase inicial, às famílias que compunham os percentuais do déficit habitacional. Além disso, ao logo dos anos e das várias reformulações do programa,

[...] incorporaram-se especificações mínimas para os projetos e para as construções, estabeleceram-se parâmetros para o trabalho social, e definiram-se metas e responsabilidades federativas para a implantação dos equipamentos públicos que deveriam acompanhar os empreendimentos. Organizaram-se critérios públicos para habilitação de entidades populares que tivessem interesse (experiência e condições técnicas) em produzir habitação, autorizaram-nas a comprar a terra antes que todo o empreendimento estivesse viabilizado e devidamente licenciado (*Ibid*, p. 18).

Com os ajustes produzidos ao longo dos anos, intensificou-se a busca por fornecer moradias dignas e acessíveis para as famílias de baixa renda, em seus diferentes níveis econômicos, melhorando a qualidade de vida das populações mais vulneráveis com a construção de milhares de unidades habitacionais. Entretanto, para considerar a plenitude do PMCMV, é necessário levar em conta não apenas a quantidade de moradias entregues, mas também a qualidade das construções.

Apesar dos avanços quantitativos, as críticas recaem sobre a relação com os espaços urbanos onde os projetos se inserem, na qualidade construtiva de alguns conjuntos implantados e, sobretudo, na padronização dos projetos arquitetônicos. A Caixa Econômica Federal (CEF), banco que opera os recursos financeiros do programa,

realiza constantes avaliações sobre o desempenho das obras e os desafios enfrentados pelos moradores, levantando questões sobre a qualidade das soluções adotadas e as expectativas criadas por eles.

Um aspecto relevante que pode influenciar a qualidade e a eficácia dos projetos habitacionais é a participação comunitária. A inclusão dos moradores no processo de planejamento pode garantir que as moradias sejam mais coerentes com suas necessidades e preferências. No entanto, sabe-se que é limitada, ou quase nula, a implementação de empreendimentos com efetiva participação comunitária no âmbito do PMCMV, com exceção de alguns projetos realizados através do PMCMV-Entidades.⁴

Este ensaio consiste em um estudo bibliográfico que investiga como a arquitetura de interesse social e o PMCMV podem ser aprimorados, destacando a importância de um equilíbrio entre efetividade, qualidade e participação dos residentes. Além disso, será apresentada uma breve discussão sobre os conjuntos habitacionais implantados pelo PMCMV em Barreiras e como a participação comunitária está ausente nesse processo, na cidade.

CONTEXTO, OBJETIVOS E EFETIVIDADE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Como dito, o *Programa Minha Casa Minha Vida*, desde sua primeira versão, ofertou incentivos e financiamentos para a construção de moradias e infraestrutura básica para famílias de baixa renda

4 Linha de atendimento do programa que tem por finalidade a “concessão de financiamento subsidiado a famílias organizadas por meio de entidades privadas sem fins lucrativos para produção de unidades habitacionais urbanas.” (Ministério das Cidades, 2025, n.p.). O seu diferencial está no fato de apoiar a produção social da moradia através da participação da população envolvida, como protagonista das soluções adotadas no projeto e em sua implantação.

que compunham 90% do déficit habitacional do país, em 2009, ano de implementação do programa. A proposta inicial era construir 1 milhão de moradias, sendo 60% de sua produção destinada a famílias com rendas de até dez salários mínimos e 40% para famílias com até três salários mínimos (Amore *et al*, 2015). Contudo, a implementação do programa enfrentou desafios que causaram impactos, tanto em sua efetividade, quanto na qualidade das construções.

A repercursão positiva relacionada ao PMCMV geralmente se baseia no número de moradias entregues e na capacidade quantitativa dessas unidades atenderem às necessidades das famílias beneficiadas, pois, desde o seu lançamento, milhares de moradias foram entregues. Ainda que se reconheça a importância do volume dessa produção, estudos apontam que a construção em larga escala gerou vários problemas, como o fato de que a qualidade das moradias nem sempre é uma questão prioritária, resultando em problemas estruturais após a conclusão da obra. Esses problemas indicam a necessidade de uma revisão mais aprofundada da efetividade do programa, considerando não apenas a quantidade, mas também a qualidade e durabilidade das habitações.

A padronização dos projetos do PMCMV, com foco no custo/benefício e rápida construção, na maioria das vezes, anula questões estéticas e funcionais que poderiam também fazer parte dessa construção. Santos (2019) observa que “a uniformidade dos projetos frequentemente ignora as necessidades específicas e as condições locais, resultando em moradias que não se adaptam bem ao contexto socioeconômico e ambiental”. Problemas como aproveitamento de luz e ventilação naturais; inadequação térmica e falta de ambientes integrados, são comuns na implantação dos projetos.

Ademais, a durabilidade e manutenção das construções têm sido motivo de preocupação por parte dos residentes. Ribeiro (2019) aponta que “a busca por soluções de baixo custo frequentemente compromete a qualidade dos materiais e técnicas de construção,

resultando em problemas estruturais e maior necessidade de manutenção ao longo do tempo.” Esses problemas não apenas afetam o conforto dos moradores, mas também a sustentabilidade das habitações a longo prazo.

Reconhecem-se as muitas melhorias efetuadas ao longo do tempo, com relação às premissas estabelecidas pelo programa. Na sua versão mais atual, por exemplo, as moradias estão sendo construídas com varanda, há a colocação de ganchos para redes nas paredes de imóveis construídos e estrutura prevista para instalação de ar-condicionado nos cômodos (Ministério das Cidades, 2023), mas ainda há muito a ser melhorado nos projetos, como a área máxima permitida para as habitações.

Além disso, a localização das moradias no espaço urbano, muitas vezes em áreas afastadas do centro das cidades, gera impacto na mobilidade dos residentes pois, frequentemente, as unidades são implantadas em áreas periféricas, longe dos centros de emprego e dos serviços essenciais, o que pode limitar o alcance da melhoria na qualidade de vida das pessoas beneficiárias (Silva, 2017). Portanto, a efetividade do PMCMV deve levar em conta os aspectos qualitativos de avaliação como, por exemplo, as características projetuais e construtivas, as questões de acessibilidade e a integração das moradias com o entorno urbano.

BREVE ANÁLISE DOS CONJUNTOS IMPLANTADOS EM BARREIRAS

A cidade de Barreiras, localizada na região oeste da Bahia, conta com quatro conjuntos habitacionais implantados através do PMCMV e muitos dos pontos discutidos de forma geral, ao longo desse texto, podem ser observados nas moradias produzidas. São

eles: Residencial Arboreto I e II, finalizados e entregues, em 2013; Residencial São Francisco, entregue às famílias beneficiárias em 2015; Residencial Boa Sorte, concluído em 2016 e Solar Barreiras, cuja obra foi iniciada em 2017, com previsão de entrega em 2025. (Silva, 2025)

Como pode ser percebido na figura abaixo, a localização dos conjuntos habitacionais se distancia da malha urbana mais densamente ocupada, resultando em dificuldades de mobilidade por parte da população residente. Dos quatro conjuntos elencados, apenas o Boa Sorte (marcado em roxo), está localizado mais próximo ao centro da cidade. Ainda assim, margeando uma rodovia, a BR135 que liga Barreiras à São Desidério (Ibid.). Os residenciais Arboreto I (ocre) e II (verde escuro) e São Francisco (verde claro), se localizam nas proximidade do anel viário que separa o tráfego de ônibus intermunicipais e caminhões do centro urbano, deixando-os à margem da cidade.

Já o conjunto Solar Barreiras, que teve a obra iniciada em 2017, precisou passar por reformas construtivas, antes mesmo da entrega aos beneficiários, pois a construção foi deteriorada ao longo dos anos. Os demais, já entregues, sofreram adaptações das mais diversas, o que responde à limitação dos projetos padronizados que não atendem às necessidades de seus moradores.

Sabe-se o quanto a participação comunitária é importante para o sucesso dos projetos de arquitetura de interesse social. Quando os moradores estão envolvidos no processo de criação/elaboração e planejamento, as edificações tendem a ser mais condizentes com suas necessidades e preferências. A participação comunitária não só melhora a aceitação dos projetos, mas também promove um senso de pertencimento e responsabilidade entre os residentes (Costa, 2015).

Muitos processos de consulta são superficiais e não influenciam significativamente as decisões de projeto. A falta de mecanismos eficazes de participação nas políticas públicas, incluindo programas de habitação, resulta em soluções que muitas vezes não atendem às

reais necessidades das comunidades. A comunicação deve ser um meio de integrar as vozes locais, promovendo um espaço onde as demandas da população sejam realmente consideradas nas decisões políticas (Ferreira, 1995).

Portanto, para melhorar a efetividade e a qualidade das moradias construídas pelo PMCMV, é necessário adotar uma abordagem que coloque a participação comunitária e a inovação arquitetônica em primeiro plano. Criar mecanismos mais certos para envolver os residentes no planejamento e projeto pode garantir que as moradias atendam melhor as suas necessidades e expectativas. Além disso, revisar os padrões arquitetônicos para incluir práticas sustentáveis e de alta qualidade pode contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida. Investir em materiais e técnicas de construção de qualidade pode, também, reduzir a necessidade de manutenção e melhorar a longevidade das moradias.

CONCLUSÃO

O *Programa Minha Casa Minha Vida* representa um marco importante na produção da habitação de interesse social no Brasil, proporcionando acesso à moradia para milhões de pessoas de baixa renda. Ao longo dos anos, a construção de milhares de moradias não só atingiu a faixa salarial de até três salários mínimos, como também alcançou famílias classificadas com renda de 0 salários mínimos, ao implantar projetos habitacionais a fundo perdido. Além disso, também promoveu a inclusão social e gerou empregos significativos na construção civil, impactando a economia local.

Entretanto, a qualidade arquitetônica dos projetos habitacionais gerou debates sobre sua efetividade, pois a padronização excessiva das construções, que buscava agilizar o processo e reduzir

custos, resultou em problemas estruturais e de infraestrutura, muitas vezes comprometendo a durabilidade e a qualidade das moradias. Isso levanta a questão de como as soluções adotadas nem sempre se alinham com as necessidades reais dos beneficiários.

A participação comunitária emerge como um fator essencial para reverter esses desafios. Incluir os/as moradores/as no planejamento e na execução dos projetos pode garantir que as habitações sejam mais adequadas ao seu contexto social e cultural, pois, quando os residentes têm voz no processo, é mais provável que as moradias sejam projetadas com características que atendam às suas expectativas e necessidades

Para promover uma verdadeira transformação social por meio da arquitetura de interesse social, é crucial adotar práticas que incentivem essa participação ativa. Isso não apenas melhora a qualidade das moradias, mas também fortalece o senso de comunidade e pertencimento entre os moradores. A revisão e o aprimoramento do PMCMV, com ênfase na personalização e na inclusão da comunidade, podem garantir que as moradias não sejam apenas espaços físicos, mas também promovam dignidade, inclusão e qualidade de vida.

Ao focar na melhoria da qualidade habitacional, o programa pode ir além de simplesmente construir casas, contribuindo para o desenvolvimento urbano integrado e para a promoção de um ambiente que favoreça a convivência social e o acesso a serviços essenciais. Assim, o PMCMV poderá se estabelecer como um programa que não só atende às necessidades imediatas, mas que também propõe um futuro mais justo e igualitário para todos.

REFERÊNCIAS

AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M (Orgs.). **Minha casa.. e a cidade?:** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BRASIL (2008). Lei n.º 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF.

COSTA, M **Participação comunitária na arquitetura de interesse social**. São Paulo: Editora da USP, 2015.

FERREIRA, M. N. **A comunicação (des) integradora na América Latina: os contrastes do neoliberalismo**. São Paulo: Edicon/Cebela, 1995

LIMA, R. **Estudos de caso sobre o impacto da participação comunitária no Programa Minha Casa Minha Vida**. São José dos Campos: Universidade Estadual Paulista, 2020.

MANSUR, R. Brasil tem déficit habitacional de mais de seis milhões de domicílios; veja ranking de estados. **G1 Minas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/06/21/brasil-tem-deficit-habitacional-de-mais-de-seis-milhoes-de-domicilios-veja-ranking-de-estados.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2024.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

MINISTÉRIO das Cidades. **Conheça o programa Minha Casa, Minha Vida**: o maior programa de habitação de interesse social do Brasil está de volta com novas regras. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 05 jun. 2025.

RIBEIRO, T. **Sustentabilidade e inovação na arquitetura de interesse social**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

SANTOS, C. **Desafios na arquitetura do Programa Minha Casa Minha Vida**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.

SILVA, J. **Qualidade arquitetônica e o Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

SILVA, J. M. P. **Por Políticas Urbanas Participativas**: Caminhos e Desafios à Assessoria Técnica em Barreiras-BA. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do Oeste da Bahia. Barreiras. 2025.



11

*Erick França Oliveira
Vinícius Araújo Costa
Delânia Santos Azevedo*

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

A habitação de interesse social (HIS) no Brasil se configura como uma questão central na política urbana, especialmente diante da intensa especulação imobiliária e da desigualdade no acesso à moradia. Essa problemática remete a uma longa história de exclusão social, na qual a população de baixa renda é sistematicamente empurrada para áreas periféricas das cidades, longe dos centros comerciais e culturais, das infraestruturas urbanas e das oportunidades de emprego.

Diante disso, documentos como o Estatuto da Cidade surgem como tentativas de regulamentar o uso do solo e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos urbanos. No entanto, essas políticas enfrentam entraves significativos em sua implementação, frequentemente esbarrando em interesses privados e na especulação imobiliária.

Ao recorrer à teoria do urbanismo crítico e à análise de instrumentos urbanísticos, este ensaio, de natureza exploratória, fundamentado em uma revisão bibliográfica, visa analisar a tensão entre o direito à moradia digna e as forças de mercado que moldam o espaço urbano brasileiro.

O texto está organizado da seguinte maneira: primeiro, será discutida a trajetória histórica das políticas habitacionais no Brasil; em seguida, serão analisados alguns instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade; por fim, será realizada uma reflexão sobre os desafios e as possibilidades de implementação de uma política habitacional inclusiva.

MODELOS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS

Com a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, as políticas de planejamento urbano e habitação no Brasil

passaram por várias fases de transformação. Conforme aponta Rolnik (2009), o BNH foi criado com o objetivo de unificar e coordenar as políticas habitacionais, atuando em parceria com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que estabelecia diretrizes e financiava Planos Diretores Municipais através de um fundo específico chamado Fundo de Financiamento ao Planejamento (Cymbalista, 2011). Contudo, o cenário político brasileiro sofreu uma mudança radical após o golpe militar de 1964, que levou à concentração de recursos e decisões nas mãos do governo autoritário.

Esse deslocamento de poder reduziu a capacidade de atuação dos governos locais (municipais), desviando do modelo inicial que promovia um sistema descentralizado de planejamento para apoiar intervenções urbanas. Durante a década de 70, enquanto se elaborava o *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND), emergiram duas abordagens conflitantes para o desenvolvimento urbano: uma visava a integração do espaço nacional como uma totalidade geográfica; e a outra defendia uma visão mais fragmentada, tratando setores como habitação, transporte e saneamento separadamente. A segunda abordagem acabou prevalecendo, direcionando o planejamento urbano a um modelo setorial que se tornou o foco do BNH, com uma forte ênfase em metas quantitativas para habitação e saneamento.

Em 1974, a dissolução do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) reforçou ainda mais essa visão setorial, fragmentando as estratégias de planejamento urbano. O BNH, então, assumiu o papel de principal banco de desenvolvimento urbano, gerindo os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e repassando-os a intermediários privados. Isso resultou em planos que muitas vezes serviam mais para justificar investimentos do que para orientar um desenvolvimento urbano coerente e integrado.

A combinação perversa de uma gestão local frágil, de uma enorme concentração de recursos em um banco, cuja atuação foi estruturada por uma visão setorialista e cuja implantação estava sob responsabilidade dos agentes intermediários, transformou a elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano em meros documentos acessórios de justificação de investimentos setoriais, paralelos e externos à própria gestão local, definidos e negociados em esferas e circuitos que pouco ou nada tinham que ver com esta (Rolnik, Cymbalista e Nakano, 2007, p. 2).

Nos anos 80, com o colapso do BNH, juntamente com o processo de redemocratização, novas mudanças ocorreram na política urbana brasileira. Os movimentos sociais e novos grupos políticos começaram a demandar reformas que reconhecessem o direito à moradia e ao espaço urbano, promovendo uma maior inclusão dos grupos marginalizados nas discussões sobre políticas públicas.

Vale destacar que, nessa época, a mobilização do Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) foi fundamental para o reconhecimento constitucional da questão habitacional, descentralização, democratização e participação popular pela aprovação da Emenda Popular pela Reforma Urbana, com a criação de um aparato institucional sólido na esfera federal sobre a chamada questão urbana (Poli; Santos, 2020). Apesar dessas conquistas, muitas administrações municipais continuaram a utilizar práticas herdadas do regime militar, mantendo os modelos de desenvolvimento que não atendiam às reais necessidades da população e acentuavam a segregação urbana.

Anos após a reafirmação do estado democrático de direito, o Brasil tenta a implantação de políticas urbanas que tratem a cidade como um organismo vivo, complexo e compartilhado. No ano de 2001, houve a promulgação da Lei-marco do Direito Urbanístico brasileiro, o Estatuto da Cidade (EC) - Lei Federal n. 10.257/2001. A intenção

dos autores desta lei era louvável e pretendia consolidar artigos importantes da política urbana presentes na vigente Constituição Federal de 1988, especialmente itens sobre cumprimento da função social da propriedade, compreendendo que os ônus e bônus obtidos durante o processo de urbanização devem ser compartilhados entre os diferentes setores que compõem a sociedade. Desde então, tem havido um enorme esforço de várias ordens para promover a implementação desse estatuto, sobretudo por meio da aprovação e da revisão de Planos Diretores Municipais e muitos têm sido os ganhos desse processo.

Entretanto, numerosos problemas também vêm sendo enfrentados pelos diversos atores envolvidos na implementação do estatuto das cidades. Os instrumentos de execução do EC, que deveriam servir de orientação geral para a ação pública dos gestores urbanos, esbarram no projeto neoliberal de política urbana; na integração do país aos circuitos globalizados do capitalismo e do mercado financeiro, que transforma tudo em mercadoria, inclusive o solo urbano; somado a isso, tem-se a realidade política eleitoral no país estruturada em um jogo de interesses onde a cidade se tornou moeda de troca, desvirtuando radicalmente a política urbana atual.

Sendo assim, os diferentes modelos de planejamento urbano adotados no Brasil, ao longo dos anos, mostram como abordagens centralizadas ou fragmentadas podem ser ineficazes para promover políticas habitacionais inclusivas e abrangentes. A alternância dessas estratégias de atuação sobre a cidade reflete tanto as mudanças no cenário político e econômico nacional, quanto as tensões entre diferentes visões de desenvolvimento urbano, que continuam a moldar as políticas públicas até hoje.

O MINISTÉRIO DAS CIDADES E OS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

Ao analisar as ações do Ministério das Cidades, nota-se um esforço significativo em integrar a política habitacional ao planejamento urbano, buscando superar os desafios históricos da desigualdade no acesso à terra e à moradia. Conforme destacado por Rolnik, Cymbalista e Nakano (2009), a criação do Ministério das Cidades, em 2003, desempenhou um papel central nesse processo, ao estabelecer políticas que promoviam uma maior coordenação entre habitação e desenvolvimento urbano. A Campanha Nacional dos Planos Diretores Participativos (PDPs), iniciada em 2004, surgiu como resposta a essa demanda, promovendo uma abordagem inclusiva na formulação das políticas urbanas.

A Constituição Federal sugeria um modelo de organização territorial que deveria começar com um Plano Nacional de Ordenamento Territorial, desdobrando-se em planos regionais. No entanto, o que se observou foi uma abordagem mais local, focada nos municípios através dos PDPs. Essa estratégia aplicada nos municípios, ainda que fragmentada, demonstrou a necessidade de uma nova concepção do planejamento urbano, onde o território não fosse apenas um espaço físico a ser organizado, mas um palco para a construção de pactos sociais e territoriais (Rolnik; Cymbalista; Nakano, 2009).

Os PDPs, ao exigir que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes elaborassem seus planos até 2006, iniciaram um processo de conscientização e capacitação que buscou envolver tanto os gestores municipais quanto a sociedade. A construção de Planos Diretores que priorizassem a inclusão territorial, a justiça social e a gestão democrática refletia um desejo de promover cidades mais igualitárias. Em um contexto onde a especulação imobiliária muitas vezes determina onde ocorrerá o desenvolvimento urbano. Essas

iniciativas representaram um avanço na busca por cidades mais justas, e com áreas dedicadas às habitações de interesse social.

ZONAS DE INTERESSE SOCIAL NAS CIDADES

Desde a aprovação do Estatuto da Cidade, os municípios brasileiros receberam novos instrumentos para regularização urbana, meios que possibilitariam a integração entre planejamento urbano e novas habitações. Dentre estes instrumentos está a possibilidade de criação de Zonas de Interesse Social (ZEIS). Estes instrumentos visam organizar o uso do solo e promover a participação cidadã na elaboração dos planos diretores dos municípios. Nesse sentido, o Ministério das Cidades desempenhou um papel crucial ao fornecer suporte financeiro, materiais e capacitação técnica para auxiliar os municípios no cumprimento das exigências do EC, que estabeleceu um prazo de cinco anos para a elaboração ou revisão dos planos.

A Pesquisa de Indicadores Municipais (MUNIC) de 2009 revelou avanços significativos no planejamento das cidades: 2.318 municípios afirmaram ter planos diretores, e 1.489 cidades possuíam legislação específica sobre ZEIS. No entanto, uma análise mais detalhada mostrou que, embora a ZEIS estivesse prevista em muitos planos, sua implementação efetiva era limitada. Muitos municípios não demarcaram as áreas de ZEIS em mapas ou utilizaram o instrumento predominantemente para regularizar localizações precárias nas cidades, em vez de promover novas áreas para habitação.

O estudo da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores (Santos Jr.; Montandon 2011) indicou que, dos 524 municípios analisados, 420 haviam previsto ZEIS, mas muitos não definiram parâmetros claros para a sua

aplicação. Isso sugere uma discrepância entre a teoria e a prática, com muitos municípios apenas reconhecendo a possibilidade de implementar ZEIS, sem efetivamente aplicá-lo.

Porém, é preciso verificar o modo como esses instrumentos foram formulados nos conteúdos dos PDPs. A exemplo das ZEIS, podem ter sido somente mencionados entre outros instrumentos, com poucas regras e critérios para a autoaplicação, ou baseados em definições territoriais de aplicação acompanhadas por normas básicas de aplicação e critérios claros para identificação dos imóveis sujeitos às penalidades previstas. Também no caso da Utilização, Edificação e Parcelamento Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação-sanção, percebem-se possibilidades de conflitos que, dependendo da correlação de forças políticas no processo de elaboração dos PDPs, pode-se ter maior ou menor autoaplicabilidade desses instrumentos (Rolnik, Cymbalista e Nakano, 2007, p. 10).

Diante dessa realidade, torna-se claro que a mera previsão legal de instrumentos urbanos, como as ZEIS ou o IPTU progressivo no tempo, embora seja um avanço, não garante a sua implementação efetiva. A ausência de parâmetros claros para a autoaplicação desses mecanismos, somada às disputas políticas locais, cria um ambiente onde as boas intenções expressas nos Planos Diretores nem sempre se convertem em ações concretas.

A DISPUTA PELO SOLO URBANO

A urbanização acelerada das cidades brasileiras nas últimas décadas intensificou a demanda por terrenos bem localizados. Esse processo está intrinsecamente ligado à valorização das áreas urbanas centrais e ao conseqüente deslocamento das populações de baixa renda para periferias cada vez mais distantes. As políticas públicas de habitação de interesse social (HIS) enfrentam esse

desafio: garantir o acesso a uma moradia digna de qualidade em regiões que oferecem infraestrutura e serviços públicos adequados, sem ceder às pressões do mercado imobiliário.

O arcabouço legal que rege o uso do solo urbano no Brasil, apesar de avanços significativos, ainda apresenta lacunas que permitem a especulação imobiliária. O Estatuto da Cidade, por exemplo, estabelece diretrizes importantes para a função social do solo, mas sua aplicação enfrenta resistência de setores com interesses econômico e manutenção do *status quo*. A implementação de zonas especiais de interesse social (ZEIS), que são destinadas a assegurar terrenos para a construção de HIS, muitas vezes se depara com obstáculos legais e econômicos que limitam sua eficiência.

A partir de uma leitura da incidência da regulação urbanística sobre o processo de exclusão socioterritorial (Rolnik 1997), a hipótese que alimentou o estabelecimento de ZEIS nos zoneamentos das cidades foi a de que intervir sobre as regras que definem uso e ocupação do solo poderia operar no sentido de ampliar o acesso à terra para populações que não encontram esta possibilidade no mercado e de acordo com as regras atuais do zoneamento. A possibilidade de utilização das ZEIS para reservar espaços para habitação de interesse social no ordenamento territorial das cidades invertendo a lógica predominante do zoneamento como reserva de terra e proteção de valores de solo para os mercados de média e alta renda deveria colaborar também, em tese, para uma boa utilização de áreas subutilizadas e vazias mais centrais, característica também apontada pela literatura como parte integrante do modelo socioespacial hegemônico nas cidades latino-americanas (Rolnik; Santoro. 2013, p. 1).

Em estudos de caso específicos, como o da cidade de São Paulo, os conflitos entre interesses públicos e privados se manifestam de forma extremamente visível. Em regiões centrais, áreas anteriormente ocupadas por casas populares, têm sido alvo de projetos de revitalização urbana que, sob a justificativa de modernização,

acabam por expulsar as populações mais pobres. Esse processo, conhecido como “gentrificação”, transforma bairros, que possuem muitas vezes grandes ligações históricas com os moradores, em zonas de interesse comercial, relegando os antigos moradores as áreas periféricas das cidades.

A especulação imobiliária, que ocorre em todas as cidades brasileiras, ao inflacionar os preços dos terrenos, dificulta a execução de projetos de HIS em locais onde a demanda por moradia é mais urgente. Muitas vezes a espera por valorização leva proprietários/as a manterem terrenos ociosos e vazios, agravando a escassez de solo urbanizável e ampliando a desigualdade social das cidades.

A disputa pelo solo urbano no Brasil revela um conflito entre o direito à cidade, comum a todos os cidadãos, e as forças do mercado imobiliário, que só privilegia quem pode pagar pelo espaço urbano. Nesse conflito, a necessidade de habitação digna é colocada em segundo plano pelos gestores municipais que, frente aos interesses econômicos, acabam cedendo áreas importantes para o mercado imobiliário em detrimento de sua população.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS HIS

A habitação de interesse social enfrenta o desafio de combinar qualidade arquitetônica e preço baixo. Muitos projetos têm orçamentos limitados, o que resulta em soluções ineficazes e desconfortáveis. Além disso, problemas como pressão política e corrupção podem dificultar o desenvolvimento de projetos de habitação social (Rolnik, 2019).

Vencedor do Prêmio Pritzker em 2016, o arquiteto chileno Alejandro Aravena criou uma alternativa intrigante com seu conceito de “meia casa”. As famílias em iniciativas como o Quinta Monroy, no

Chile, recebem uma moradia básica que pode ser ampliada de acordo com suas necessidades e possibilidades financeiras. Como afirmado por Aravena (2016), "o envolvimento das famílias no processo de construção de suas moradias aumenta o senso de pertencimento e cria soluções mais flexíveis e duradouras" (Aravena, 2016, p. 45).

O *Conjunto Habitacional Cingapura* em São Paulo, no Brasil, é um exemplo de uma tentativa de reintegrar as populações de baixa renda ao centro da cidade para evitar o isolamento delas em áreas periféricas. Embora haja limitações, o objetivo desse projeto é resolver a questão habitacional de forma mais inclusiva, aproximando os moradores de serviços essenciais e oportunidades de trabalho (Rolnik, 2019).

Na Holanda, a habitação social é integrada ao tecido urbano para evitar a segregação socioespacial. O *Bijlmermeer* em Amsterdã é um exemplo de um projeto que combina áreas verdes, transporte público eficiente e serviços urbanos. Apesar das críticas iniciais, o projeto foi melhorado e agora serve como um exemplo de arquitetura social inclusiva e sustentável (Leiva, 2017).

O *Housing and Development Board* (HDB), criado em 1960, teve um impacto significativo no sistema habitacional de Cingapura. Mais de 80% da população vive em moradias públicas de alta qualidade, o que eliminou as favelas e melhorou a qualidade de vida das pessoas. O HDB visa construir comunidades integradas com mercados, escolas e transporte público acessíveis. Como afirmado pelo primeiro-ministro de Cingapura, Lawrence Wong, no seu discurso como ministro do desenvolvimento nacional, em 2015, Cingapura mostra para o mundo que é possível conciliar densidade populacional com qualidade habitacional por meio de planejamento urbano eficaz.

A abordagem da HIS é muito diferente em cada parte do mundo, pois reflete uma variedade de realidades sociais, econômicas e políticas. Sendo assim, os fatores socio-econômico-políticos que definem os desafios e possibilidades na implementação das habitações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica das políticas de habitação de interesse social no Brasil revela uma relação complexa entre o direito à moradia e as forças do mercado imobiliário. Ao longo deste ensaio, ficou claro que, apesar dos avanços significativos provenientes do Estatuto das Cidades, como as Zonas Especiais de Interesse Social e os Planos Diretores, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta desafios.

Os modelos de planejamento urbano adotados no Brasil estão em luta constante, para equilibrar interesses públicos e privados. Os Ministério das Cidades e a introdução dos Planos Diretores Participativos foram passos importantes em direção a uma política mais inclusiva e democrática do planejamento urbano, no entanto, a realidade prática muitas vezes diverge da teoria, com muitos municípios encontrando dificuldades na aplicação efetiva das ZEIS e na promoção de uma gestão territorial socialmente integrada.

A disputa pelo solo urbano, exacerbada pela especulação imobiliária, continua a ser um obstáculo significativo para a efetivação das políticas de HIS. A valorização das áreas centrais e o deslocamento das populações de baixa renda para periferias demonstram a necessidade urgente de estratégias mais robustas.

Existem exemplos da aplicação da arquitetura social e do urbanismo sustentável no Brasil e em várias partes do mundo, que podem servir como referência para a concretização de políticas urbanas e habitacionais promissoras, com foco na justiça social e na melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. Basta que os gestores públicos, quando se depararem com a disputa pelo solo urbano, priorizem a população.

Portanto, a reflexão sobre os desafios da habitação de interesse social no Brasil aponta para a necessidade de uma abordagem

mais coerente e alinhada com os princípios da função social da propriedade. A execução das políticas habitacionais deve evoluir para alinhar a teoria das leis e regulamentações com a prática nas cidades.

REFERÊNCIAS

ARAVENA, A. **Elemental: Incremental Housing and Participatory Design**. Pritzker Prize, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Cidade (2001)**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

LEIVA, S. **deFlat / NL Architects + XVW architectuur**. *In: ArchDaily Brasil*. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/871159/deflat-nl-architects-plus-xvw-architectuur?auth=hadid>. Acesso em: 29 out. 2025.

POLLI, L. S.; SANTOS, E. A.. **DA UTOPIA À CONTINUIDADE: O Estatuto da Cidade e os Impasses Urbanos em Salvador (BA)**. *In: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo: XXII SIU*, 2020. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/server/api/core/bitstreams/ccce4377-0a7c-4822-9175-863a9bc97dea/content>. Acesso em: 30 set. 2025.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. [s.l.] Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF**, v. 7, n. 13, p. 123-158, nov. 2011. Disponível em: <https://revista.advocef.org.br/index.php/ra/article/view/148>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em cidades brasileiras: trajetória recente de implementação de um instrumento de política fundiária. **Documentos de Trabalho**, ago. 2014. Disponível em: <https://www.lincolninst.edu/pt-br/publications/working-papers/zonas-especiais-interesse-social-zeis-em-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 30 ago. 2024.



12

*Kauane de Souza Lessa
Sthefany Noronha de Farias
Jurema Moreira Cavalcanti*

**TERRITÓRIOS
TRADICIONAIS
E A DISPUTA COM
O AGRONEGÓCIO**

INTRODUÇÃO

Os processos de resistência enfrentados pelas comunidades tradicionais no Brasil tomam formas diversas em função da localização dos seus territórios e dos interesses econômicos que incidem sobre eles. No entanto, da invasão europeia, às grandes obras implantadas em nome do progresso, repete-se a violência contra essas populações que estabelecem com a terra os vínculos necessários para sua existência no mundo: seu habitat, a produção do alimento, a atualização de sua cultura e o contato com seus ancestrais.

Atualmente, nas regiões centrais e norte do país, o agronegócio, juntamente com o garimpo ilegal, tem tomado a frente na disputa pelos territórios tradicionais, provocando inúmeras ações violentas contra os povos que sempre ocuparam as terras objeto de seus interesses econômicos, como muito bem expressa a música de Chico César e Carlos Rennó: Reis do Agronegócio.

Vocês que enxotam o que luta por justiça;
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira.

(César; Rennó, 2015)

O trecho da música traz consigo uma forte crítica social e, apesar da forma poética, não deixa de ressaltar a opressão produzida por aqueles que se intitulam “donos do poder” e que, por isso mesmo, não se importam com o valor simbólico atribuído ao território pelas populações tradicionais, querendo apenas, por uma questão de soberania, destruí-lo e expulsar seus ocupantes.

Intencionamos com esse texto, abordar alguns aspectos das comunidades tradicionais: a importância do território para o seu modo de vida e a arquitetura por elas produzida – em relação intrínseca com o lugar e a cultura em que está inserida – frente ao forte impacto provocado no confronto com o agronegócio e suas estratégias de disseminação que, onde se estabelece, deixa marcas de violência e destruição.

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

De acordo com Souza Filho *et al.* (2013, p. 17), “a Constituição brasileira de 1988, além de ser a primeira a incluir os direitos dos povos indígenas continuarem a sê-lo, estabeleceu com muita propriedade e talento os seus direitos sociais e territoriais”. Desse modo, podemos perceber quanto tempo se passou sem que essas comunidades fossem legalmente reconhecidas e que, mesmo a promulgação da Constituição, não deu conta de garantir a efetividade da garantia dos seus direitos.

O Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, estabeleceu que povos e comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...]” (Brasil, 2007, n.p.), cujos costumes são transmitidos de geração em geração, deixando vivas sua ancestralidade e tradição.

Os territórios, citados no decreto, podem ser entendidos como o espaço geográfico onde suas práticas incidem, não sendo possível limitar-se às fronteiras demarcadas por cercas de arame que

caracterizam a sociedade ocidental capitalista ainda que, na prática, sejam constantemente forçados a conter-se nos espaços residuais limitados entre elas.

Vemos que a exclusão enfrentada por essas populações remonta a tempos históricos distantes em que, independentemente dos interesses econômicos ou religiosos vigentes, foi sempre necessário empreender esforços de resistência para continuar existindo. Ainda assim, é possível afirmar, de acordo com Edilene Batista Kiriri, líder indígena e coordenadora da articulação dos povos indígenas do Brasil (APIB), que “enquanto existir uma erva, uma árvore ou um rio no planeta, nós, povos indígenas, existiremos” (FUNDO, 2022, n.p.). Uma declaração significativa que nos faz refletir sobre essa perseguição.

Nós, seres ocidentais-urbanos-capitalistas, estamos acabando com nossos recursos naturais: são queimadas criminosas, garimpo ilegal, desmatamento, poluição do solo e das águas e tantos outros fatores. Como consequência disso, muitas comunidades acabam perdendo seus locais de origem e, portanto, a relação com sua cultura e ancestralidade. Um exemplo disso foi o caso do povo Krenak:

O Estado de Minas Gerais, apoiado pelo governo federal, retirou o povo Krenak do Vale do Rio Doce e o dispersou por outras áreas indígenas, cedendo suas terras para produtores privados. Em uma ação judicial que foi iniciada antes da Constituição de 1988, mas julgada definitivamente em 1994, foram anulados todos os títulos de domínio expedidos pelo Estado de Minas Gerais e determinado o retorno dos índios à terra (Souza Filho *et al.*, 2013, p. 22).

Um caso infeliz e não isolado no Brasil, que já ocorreu tantas outras vezes: o povo Krenak foi mantido afastado de suas terras por décadas; terras onde era estabelecida toda uma rede de relações simbólicas e rituais e que precisam ser compreendidas como território único impossível de ser substituído por qualquer outro.

Para aproximar essa discussão da região em que estamos inseridas, qual seja, a região oeste da Bahia, é possível identificar uma série de comunidades tradicionais, “[...] povos que lutam pelo seu espaço no Cerrado do oeste baiano, comunidades geraizeiras, quilombolas, extrativistas, indígenas, ribeirinhas, que vivem principalmente nos fundos de vale na Bacia do Rio Grande” (Bomfim, 2017, p. 8) e que são constantemente pressionados, de forma direta e indireta, para que abandonem seus lares, como consequência do interesse de grandes fazendeiros que ameaçam e invalidam a população tradicional e seus territórios, ao passo em que destroem o bioma local, visando seu próprio lucro.

A ARQUITETURA VERNÁCULA PRESENTE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

Da mesma forma que o sentido subjetivo de território nem sempre é reconhecido pela nossa sociedade ocidental, observa-se que transcorreu muito tempo até que a arquitetura produzida pelas populações tradicionais fosse reconhecida como tal, pelos/as pesquisadores/as do nosso campo disciplinar. De construção comum (e não arquitetura) à definição de arquitetura vernacular, foram muitas as acepções adotadas na história da arquitetura brasileira, mas que, ainda hoje, não encontra consenso e levanta discussões.

[A arquitetura vernácula] possui um grande significado, “valorizando a coisa legítima da terra”, e era [sic] tão importante quanto a erudita. Além disso, os arquitetos deveriam aprender as lições dos antigos mestres e pedreiros, pois acumulavam uma experiência de trezentos anos (Costa, 1937, p. 91 *apud* Teixeira, 2008, p. 4).

Tem-se, já na década de 1930, a tentativa de reconhecer a arquitetura vernácula como importante referencial construtivo

produzido pelas populações tradicionais, entretanto ainda se faz necessário distingui-la da “arquitetura erudita”, produzida por profissionais técnicos habilitados, daquela feita por pessoas comuns. Apesar da arquitetura vernácula ainda ser relacionada, pelo senso comum, com a pobreza e a falta de recursos, muitos autores brasileiros passaram a reconhecê-la como aquela que faz uso dos recursos e materiais disponíveis em determinado local, através das formas construtivas diretamente relacionadas com a cultura em que está inserida.

Esse reconhecimento é importante por considerar as especificidades, nuances e variedades culturais presentes na conceituação. Por exemplo, em algumas comunidades indígenas é possível observar, para além das técnicas e materiais utilizados, que a disposição espacial das moradias pode indicar diferenças sutis, mas importantes, para identificar a forma de organização social que permeia um determinado povo. Por outro lado, em outras comunidades também indígenas, uma casa de tijolos com telhado cerâmico de duas águas, construída para abrigar cada um dos núcleos familiares, pode igualmente indicar a transformação cultural vivida por esse povo sem, contudo, constituir elemento de sua deslegitimação identitária.

A imagem abaixo apresenta a planta baixa de uma maloca típica do Alto Rio Negro, terra indígena localizada no Amazonas. Nela, vemos a disposição de um espaço sem muitas divisões, onde coabitam diferentes famílias. Ainda que esse tipo de moradia possa caracterizar, até os dias de hoje, esse povo, reconhecemos a legitimidade de que novas formas construtivas e atualizações sejam feitas sem que a sua identidade seja questionada.

É possível encaixar também, neste termo, as construções dos povos ribeirinhos de algumas regiões brasileiras, caracterizadas por casas de palafitas, que são edificadas sobre as águas, já que sobrevivem da pesca, o meio inserido se torna um prolongamento de sua habitação, tornando a natureza parte de suas casas, assim

como consideramos as casas de alvenaria produzidas por ribeirinhos inseridos em outros contextos histórico, cultural, econômico.

O AGRO É TUDO, MENOS POP

É notório para a sociedade que o agronegócio é uma das principais fontes de renda do mercado financeiro brasileiro. Em 2020, teve a maior participação no PIB (Produto Interno Bruto) da sua história, com 26,6% do total, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2021). Trata-se de um setor produtivo que movimenta a economia nacional, estabelecendo uma relação de poder que beneficia o seleto grupo de empresas e indivíduos que desejam aumentar os seus lucros.

O “agro” se expandiu na sociedade ao longo dos anos e, embora seja composto por pequenos, médios e grandes produtores, sabemos que as fortunas oriundas de sua produção estão concentradas no último grupo, responsável pela produção de alimentos para exportação e ração animal; ao passo em que boa parte dos alimentos que chegam até as mesas da população é produzida pela agricultura familiar.

Há estreita relação desse setor produtivo com a mídia e é bem provável que todos já tenham se deparado com uma propaganda do “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, slogan que só reforça o argumento de que esse sistema mascara as suas faces. Números não faltam para comprovar que o agronegócio impacta o comércio brasileiro positivamente, mas é válido ressaltar que ele também traz consigo um outro tipo de impacto negativo encoberto pela mídia: a destruição de biomas como o cerrado, a Amazônia e o pantanal, ricos em flora e fauna nativas e culturas diversas, pertencentes a diferentes povos tradicionais ocupantes desses territórios.

Por fim, essa grande movimentação de dinheiro é importante, mas para quem? Talvez alguns conceitos devam ser revistos, considerando os ganhos sociais em detrimento dos econômicos. Os recursos naturais deveriam ser distribuídos para todos e não capturados por uma pequena parcela que produz a sua destruição. O agro pode ser tudo, menos pop (popular).

COMO ACONTECE ESSA DISPUTA?

As disputas pelos territórios ocorrem das mais diversas formas; por vezes, sutis, através da proximidade física que estabelece relações de vizinhança, quase nunca amistosas; outras vezes, de formas violentas, acompanhadas através de denúncias ou noticiários jornalísticos e, não raro, apagadas da discussão pública.

Diante do grande avanço do agronegócio sobre as comunidades tradicionais, muitos povos perdem seus territórios, moradias, formas de produção e existência através da prevalência das relações de poder instituídas e pela conquista do apoio da sociedade reforçada pela mídia. As perdas, entretanto, geram impactos incalculáveis, não somente para a história de um povo, mas também para o meio ambiente como um todo.

No oeste baiano, o principal conflito é com o condomínio cachoeira do estrondo, pois é um conjunto de fazenda responsável por um grande cultivo de soja, que foi apontado pelo INCRA como a maior área grilada da Bahia, esse empreendimento se instalou sobre uma área de mais de 440 mil hectares [...] (Girardi, 2023, p. 1).

Nesse contexto, é evidente que os grandes produtores rurais utilizam do seu capital simbólico para ganhar vantagens em relação às comunidades tradicionais, devastando o cerrado, predominante na região oeste baiana, deslocando as comunidades

geraizeiras (ou impedindo o desenvolvimento de suas atividades cotidianas) e produzindo perdas que envolvem toda a sociedade, afinal, já estamos vivenciando as crises ambientais provocadas pela ambição do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios é como proteger esses territórios tradicionais. Afinal, a legislação é feita para ser seguida e tais comunidades têm direito aos seus territórios. É preciso reforçar a importância dessas comunidades e suas contribuições para manter a cultura e tradição vivas em nosso país.

No artigo 216, a Constituição Federal determina que deve ser promovido e protegido pelo Poder Público o patrimônio cultural brasileiro, considerando bens de natureza material e imaterial - o jeito de se expressar, ser e viver - dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Costa; Mendes, 2014, p. 18).

Tendo isso em vista, faz-se necessária a reestruturação e cumprimento das políticas públicas já existentes para que os direitos das minoria sejam respeitados e atendidos de forma a solucionar os problemas coletivos de nossa sociedade.

No cotidiano, em sociedade, devemos incorporar a ideia de que as culturas europeias não são as únicas existentes e belas. A mudança não pode apenas ser feita em papel, com criação de leis, ela parte de cada um de nós, a partir do discernimento entre as diferentes narrativas históricas que estruturam a nossa sociedade, cidades e a cultura que produzimos e consumimos. Tendo conhecimento disso, é possível compreender o retrocesso existente e, com isso, defender a luta de uma comunidade, entender e preservar sua

essência e ancestralidade, que, de alguma maneira, fazem parte da construção de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, M. Territorialidade das comunidades tradicionais na bacia do Rio Grande nos municípios de Cotegipe e Wanderley no oeste da Bahia. **Revista Coletivo SECONBA**. Volume I, Ano I, 2017, Nº 01. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/seconba/article/view/4153>. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 19 out 2025.

CÉSAR, C; RENNÓ, C. Reis do Agronegócio. **Canção**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-cesar/reis-do-agronegocio/> Acesso em: 06 set. 2024.

CNA. PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. **CNABrasil**. 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020>. Acesso em: 06 set. 2024.

COSTA, A; MENDES A. **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. 2014. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

EXTERMINADOR do futuro: Estrondo inicia desmatamento gigante no Cerrado. **Greenpeace Brasil**, 2 set. 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/exterminador-do-futuro-condominio-estrondo-inicia-desmatamento-gigante-no-cerrado/>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERREIRA, M. Assédio do agronegócio é o maior desafio para as comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul. **Brasil de Fato**, Porto Alegre (RS), 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/assedio-do-agronegocio-e-o-maior-desafio-para-as-comunidades-indigenas-no-mato-grosso-do-sul-diz-lideranca-da-cpt>. Acesso em: 06 set. 2024.

FUNDO Brasil. Direito à terra: "Nós, povos indígenas, (r)existiremos. 2022. **Fundo Brasil**. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/direito-a-terra-nos-povos-indigenas-rexistiremos/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

GIRARDI, G. Comunidades tradicionais 'invisíveis' e ameaçadas pelo avanço do agronegócio são colocadas no mapa. **Folha de São Paulo**, 3 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/01/comunidades-tradicionais-invisiveis-e-ameacadas-pelo-avanco-do-agronegocio-sao-colocadas-no-mapa.shtml>. Acesso em: 06 set. 2024.

SOUZA FILHO, C.; BERGOLD, R. (orgs). **Os direitos dos poucos indígenas no Brasil: Desafios no século XXI**. Letra da lei, Curitiba, 2013.

TEIXEIRA, C. Considerações sobre a Arquitetura vernácula. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 15, n. 17, 2º sem. 2008.

The background is a dark, textured collage. It features various elements: a large, stylized number '3' in white, a quill pen with a blue inkwell, several pieces of aged, yellowed paper with faint text and drawings, and a small, detailed illustration of a plant or insect. The overall aesthetic is historical and academic.

Parte

3

**PRODUÇÕES
EPISTOLARES
NO ENSINO MÉDIO**

*Maria Eduarda Almeida da Silva
Kátia Luzia Soares Oliveira*

EU SOU DA BAGAÇA!

Prezado/a leitor/a,

Aqui quem vos fala é uma moradora da Bagaça. A Bagaça - esse é o nome comum atrelado a uma zona de um bairro simples, atribuído pelo caos que já foi anteriormente. Um lugar de violência que recebe maus olhos, que colocam um estereótipo em seus moradores. Tive boas notas no fundamental e era considerada *nerd* por colegas de classe, mas o ambiente de estudo brasileiro não é doce, é complexo, uma área social que todos devem conhecer. Tive muitos "motivos" para sofrer bullying, os óculos, o peso, o cabelo cacheado e minha casa, embora próxima da escola, era na Bagaça.

Na primeira vez que ouvi "como assim você é da Bagaça?", eu não havia entendido, mas com o tempo começou a ser levado como ofensa, pelo tom, pelos rostos de surpresa e as "piadas" desagradáveis a mim dirigidas anteriormente, citando "Bagaça," virou um motivo de desgosto.

Sexto ano, nova escola, novas dificuldades, novas formas de fazer piadas sobre a "Bagaça". Foi a primeira vez que me perguntaram se já usei drogas ou se já me assaltaram; pessoas desconhecidas que apenas sabiam onde eu morava e que demonstraram decepção por minha aparência não ser a esperada. Me lembro de momentos online, em jogos, redes sociais, aulas online, e outros, que me perguntaram se eu sabia lutar capoeira por ser da Bahia, se eu era preguiçosa e até surpresa porque tenho internet e não sou "estúpida", mesmo morando na Bagaça.

Não é o melhor lugar do mundo, mas não deveria ser associado a um traço de personalidade, muito menos um traço a definir minha pessoa; de repente, me vi ligada a um espaço que, numa perspectiva estereotipada, está preso no tempo, sem grandes mudanças, sem reais mudanças.

Mudar a Bagaça... seria possível?

Acredito que essa é uma obrigação de todas as pessoas, sendo elas desejosas ou não deste poder de mudar a sua terra natal para melhor. Mas quem se juntaria a isso? Quais pessoas da Bagaça querem melhorar a Bagaça? Como descobrir quem tem força para lutar e quem desacredita de disputas? Afinal, "pode vir algo de bom da Bagaça"?

Tenho consciência de que as pessoas da Bagaça são diversas. Pessoas "boas" e pessoas "ruins", como em qualquer lugar. Mas estão embolados, misturados, acostumados, abraçados, querendo ou não. Como se ajuda alguém que não quer ajuda, sem perspectivas de mudanças? Como se acalma o ódio e a raiva dos desfavorecidos? Como se cura a pobreza da alma? O vício do indevido?

Eu não tenho respostas. Mas, sei que apenas ter o desejo e o pensamento não muda o mundo real; embora seja preciso sonhar antes de se realizar, é preciso alguma ação. Então, lanço outras perguntas: porque não começar comigo? Não vai acabar todo o problema com um indivíduo, mas definitivamente começa de alguém. É minha obrigação participar disso, querendo ou não. Mas como começar?

Certa vez, Antônio Bispo dos Santos disse que,

Para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos 'precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa' (...). Então, para transformar a arte de denominar em uma arte de defesa, resolvemos denominar também. (...) É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como

modo de enfraquecê-las.(...) Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las (2023, p. 3)

Para contracolonizar a “Bagaça” e ressignificar o lugar que carrega tanto peso negativo no nome, tantos atributos ruins atrelados, decidi que é justo “semear a palavra” Bagaça. Mais que isso, decidi tomar esse título para mim. Não posso revogá-lo, decidi abraçar este nome e ressignificá-lo para melhor.

Assim, o que enxergo é que a Bagaça que habito e a Bagaça que habita em mim já tem o que é preciso para evoluir, que é bagunça e baderna. Nesse sentido, acredito que a mudança mencionada já está ocorrendo. Lenta e continuamente. Primeiramente em mim, pois agora, como fez Antônio Bispo dos Santos, “compreendo o ambiente onde dei os meus primeiros passos como uma das bases de lançamento da minha trajetória” (2023, p. 1).

Dito isso, hoje estou confiante em dizer que vim de cá, da Bagaça. Entendo que viemos da Bagaça. Somos diferentes entre nós, somos além de bagaceiros, é apenas uma das milhares de identidades que temos, um dos vários eus que somos e que devemos aceitar com orgulho.

REFERÊNCIAS

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Geovanna Fernanda Barbosa Sousa

Kátia Luzia Soares Oliveira

CARTA PARA UM MUNDO MAIS AMOROSO COM TODAS AS PESSOAS

O sangue negro
Corpos negros sangram
Mulheres negras sangram
Mulheres negras, gordas, com deficiência, sangram
Sangram pela ausência de seus amores
Pela redução de suas dores.

E choram
Choram a dor da morte
Morte de suas ancestrais
Vozes silenciadas
Verdades e sentimentos oprimidos
Daquelas que vieram antes
Que sangraram antes

Para que no agora mulheres negras e com deficiência
pudessem erguer a voz, mostrar sua potência
Romper a bolha e viver a própria verdade
Sem lágrimas derramadas na madrugada fria
Sem ter apoio, sem aconchego
Agora sem sangrar

(Geovanna Fernanda Barbosa Sousa)

Talvez você não entenda o porquê de eu estar falando sobre amor e capacitismo ou o que um tem a ver com o outro, mas vou tentar resgatar situações que aconteceram comigo para explicar isso tudo e o perigo da história única na prática. Esse texto é, então, um relato pessoal muito doloroso para quem escreve. Mas, uma pessoa

muito especial, que me incentivou a escrevê-lo de corpo e alma, com experiências próprias, me disse uma vez que a escrita cura. Hoje eu escrevo para curar a dor de atitudes capacitistas enraizadas no meu ser. E quero que você aí do outro lado leia este relato de coração aberto e disposto a aprender a fim de não cair no perigo da história única; para que outras pessoas não sintam a dor que eu sinto e que o capacitismo, a opinião infundada e desnecessária do outro sobre algo que ele não vive não venha machucá-la.

Como disse bell hooks (2019), fazer a transformação do silêncio para a fala é um desafio que cura e possibilita o crescimento. Trata-se do exercício de “erguer a voz”, uma forma de autotransformação onde deixamos de ser objeto e passamos a ser sujeitos, pois é apenas como sujeito que tomamos o poder de fala. Então, deixe-me falar sobre o capacitismo, esse é meu primeiro ato, nesse texto, para “erguer a voz”.

O capacitismo é um fenômeno que permeia as relações sociais discriminando pessoas com deficiência. Essa discriminação, muitas vezes “sutil”, se baseia na construção social de um corpo “normal”, sem deficiência, subestimando a aptidão das pessoas com deficiência para atividades de rotina e até mesmo a capacidade delas em manter ou estar em relações amorosas, por exemplo. O capacitismo se manifesta em diferentes esferas e instituições sociais e posso dizer que “o resultado pretendido é o mesmo: fazer essa pessoa sentir vergonha de suas características físicas. Isso fere o espírito” (hooks, 2024, p. 86).

Ao pensar sobre isso, ou seja, sobre amor e capacitismo, me vêm à memória várias situações que aconteceram comigo, uma mulher negra, adolescente, com deficiência física. Agora sei que essas situações são fruto de opressões que estruturam nossa sociedade e que atravessam nossos corpos, nossas almas, nosso viver. Uma dessas situações em especial geralmente me vem à mente

e compartilho aqui, como já disse, porque quero ressignificá-la, e assim lembrar sem doer.

Bem, palavras que nos machucam podem vir de quem menos esperamos, independentemente da idade que elas tenham. Um dia subindo a escada para atender minha mãe, uma prima de cinco anos olhou a minha mãe de baixo para cima e perguntou “tia, porque você não compra uma cadeira de rodas para ela já que ela não sabe andar direito?” Aquilo acabou comigo e só conseguia pensar como uma criança poderia ter agido daquela forma.

Sinto que o que aconteceu comigo foi o que bell hooks (2024) discute em *Salvação: pessoas negras e o amor* ao falar sobre o que psicanalistas denominam como “assassinato da alma”, uma metáfora usada para descrever como o racismo e a opressão podem destruir a dignidade, afetar o bem-estar físico e ter um impacto devastador em sua identidade e valor pessoal. Portanto, me aproprio dessa discussão e utilizo suas palavras adaptadas às minhas vivências enquanto mulher negra com deficiência.

Eu sempre tive olhares de estranheza apontados para mim, e essa era minha história única. Até que eu pudesse entrar em processo de desconstrução e aceitação de mim mesma como pessoa com deficiência, era muito difícil praticar o amor próprio. Como não havia aceitação, era doloroso não conseguir mudar algo inerente a mim. Suas palavras me fizeram reviver momentos parecidos e desconfortáveis anteriores a esse, o que querendo ou não me fez tropeçar em meus próprios pés e dar passinhos amedrontados e inseguros para trás em meu processo de autoaceitação

Revisitando tudo que vivi para escrever esse texto, estou aprendendo que essas feridas podem ser curadas e também que sou e sempre serei mais do que minha dor me fez acreditar que posso ser e, sobretudo, aprendendo a entender que minha deficiência

vai ser parte do meu eu até o fim de minha vida e que ela representa muito de quem sou.

Outra situação de violência que me causou um trauma que eu não esperava e só consegui entender isso anos depois justifica meu recorte sobre amor que trago nesse texto. Uma vez alguém me disse que eu nunca teria um namorado porque homem nenhum ficaria com uma menina deficiente. Bom, primeiramente, o que será que passou na cabeça desse ser humano de que eu nunca seria amada por um homem? Porque num contexto histórico e social mulheres só podem ser amadas por outras pessoas ou especificamente por homens? Posso imaginar que esse pensamento vem de uma pessoa que não busca praticar o autoamor, buscando sempre o amor que precisa em outro alguém e, como consequência, deduz que pessoas próximas a ela devem fazer o mesmo.

Ainda assim, não tenho respostas para essas perguntas, mas naquele momento aquelas palavras tiveram um grande impacto negativo sobre minha vida. Me senti como descrito por bell hooks quando ela nos diz sobre como pessoas traumatizadas sentem-se: abandonadas, expulsas do sistema humano de cuidado e sem a proteção que sustentam a vida. E foi exatamente assim que me senti por muito tempo: deslocada da realidade, perdida, vulnerável aos seus insultos, sem confiança no amor que vem dos laços familiares mais íntimos e mais ainda no amor que pode vir das afiliações mais abstratas de comunidade e religião. Assim, senti-me alienada, como se pertencesse mais aos mortos do que aos vivos (hooks, 2024).

Desconstruir esses preconceitos e superar essas violências que me atingiram em contextos de capacitismo e racismo tem exigido um processo profundo de autoconhecimento e transformação pessoal. O desafio tem sido desenvolver uma autoestima positiva em relação ao corpo e à personalidade; sem dúvida, uma tarefa árdua para pessoas negras e com deficiência em uma sociedade que ainda hoje se baseia na construção social de um corpo "normal", sem deficiência,

em que constantemente nos representa de forma negativa e nos enxerga como a personificação desses estereótipos.

Contudo, como bell hooks enfatiza em seu livro *Salvação: Pessoas Negras e o Amor*, o amor próprio e a autoaceitação são fundamentais para enfrentar e desconstruir preconceitos. Isso envolve, em primeira instância, reconhecer e curar traumas passados. E, em seguida, se engajar na luta por transformações sociais através da crítica ao *status quo* e às normas que promovem uma visão excludente e opressiva para com as mulheres negras e com deficiência.

Assim, para superar essas violências, aprendi que é crucial fortalecer redes de apoio que validem e celebrem a nossa própria identidade, bem como transformar a dor em ação e resistência. Ao integrar o amor próprio com a resistência ativa, podemos não apenas curar as feridas pessoais, mas também contribuir para a mudança social e a inclusão, quebrando a história única que perpetua o capacitismo e o racismo.

Ao escrever essa carta, estou me engajando na luta contra o capacitismo bem como na luta por relações amorosas autênticas, e não estou sozinha, pois esse texto é fruto do esforço coletivo de professores, professoras e estudantes que se uniram nesse projeto de cartas para contribuirmos para uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Que possamos aprender com as histórias diversas e complexas que nos rodeiam, evitando a armadilha da "única história" e celebrando a multiplicidade de experiências.

Por fim, ao escrever esse texto, abro um caminho para a percepção de que precisamos constantemente afirmar nossa plena humanidade para combater o impacto das forças desumanas. Isso implica, entre outros aspectos, em poder expressar toda a nossa gama de emoções e deixar que isso nos cure o espírito e nos envolva na prática da autoaceitação, tão essencial ao amor próprio. Para tanto, temos que nos desapegar do medo, sentimento que esteve

muito presente em mim antes e durante a minha escrita. Medo do que iam pensar de mim e de tudo aquilo que aqui está escrito, mas a verdade é que a opinião alheia desnecessária sobre essa parte da minha história não me importa mais, pois descobri algo maravilhoso: Eu sou importante! A minha história importa. Senão para os outros, então para mim. Então, que meu texto seja usado para capacitar e humanizar. Histórias destruíram minha dignidade, mas escrevo esse texto na intenção de recuperar minha dignidade perdida.

E se alguém, independentemente da idade, me disser novamente que “eu nunca terei um amor”, afirmarei amorosamente: “Eu mereço ser amada!” por outros e outras, e, sobretudo, por mim, pois, “mesmo quando não podemos mudar a exploração e a dominação em curso, o amor dá significado, propósito e direção à vida. (...) O amor é nossa esperança e nossa salvação (hooks, 2024, p. 29).

REFERÊNCIAS

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. **Salvação**: pessoas negras e o amor. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2024.

Arthur Montalvão Oliveira
Kátia Luzia Soares Oliveira

RESPOSTA A UMA CARTA EM NOME DA LUTA POR UM MUNDO MAIS AMOROSO

Assim falava Nietzsche através de seu Zaratustra a respeito da escrita e literatura: “De tudo escrito, amo apenas o que se escreve com o próprio sangue. Escreve com sangue: e verás que sangue é espírito”. (Nietzsche, 2011. p. 40-41). Após ler sua carta, Geovanna, percebo que o sangue usado para escrever também é sangue negro. Sangue de mulheres negras com deficiência.

A carta que li foi escrita com o sangue de um ferimento que busca cicatrizar, sem que deixe escapar a memória de mulheres negras e com deficiência que tiveram seu sangue derramado. “Não é coisa fácil compreender o sangue alheio”, destacou Nietzsche. Mas é um exercício de empatia necessário caso realmente ansiemos por um mundo mais amoroso. Compreender sangue alheio é ler de coração aberto e deixar-se afetar pelo mesmo. Nesse caso, busco conceber meus sentimentos e afetos em forma de palavras inspiradas por sua carta, Geovanna Fernanda Barbosa Sousa.

Os recortes de violência narrados são muito impactantes para mim, homem, adolescente, branco e neurodivergente. Isso por conta de questões pessoais envolvendo ansiedade e amor-próprio.

Assim como você, também precisei de ajuda e tempo para entender minha importância, e por isso compreendo que situações como as descritas acabam por machucar muito.

Visto isso, também tenho a necessidade de reconhecer minha posição: como homem branco, mesmo podendo sentir empatia, devo discernir como não poderia passar por uma situação de mesmo impacto devido a meus privilégios. Isto posto, posso mencionar a Grada Kilomba (2019) e seu livro *Memórias da plantação*, no qual a mesma explica os cinco mecanismos de defesa do ego pelos quais o sujeito branco torna-se capaz de “ouvir”, conscientizar-se a respeito de sua própria branquitude. Após os processos de negação, culpa e vergonha, o sujeito branco pode admitir sua branquitude e aceitar a realidade do outro. Após este reconhecimento, resta a reparação, na qual o sujeito branco abandona seus privilégios. Dessa forma, assim como a autora, devo ressaltar como a questão a ser feita não é “Eu sou racista?”, mas sim “Como eu posso desmantelar meu próprio racismo?”, para que não apenas eu, mas qualquer sujeito branco possa renunciar seus privilégios e engajar-se na luta contra o preconceito.

Ao prosseguir com a postura do sujeito que identifica seus privilégios, desejo retornar aos recortes de violência e ressaltar o perigo de uma história única. Como desenvolvido pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie: “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum”. Existe, então, um processo de perda de humanidade devido à história única, impossibilitando o amor-próprio e aceitação da realidade do outro. Mas é através desse processo de desconstrução e aceitação que vejo essa humanidade ser resgatada no seu texto. Isto porque representa a construção de uma nova história, não uma história única, mas uma história de amor e empoderamento.

Como você menciona, citando bell hooks (2024), “o amor é nossa esperança e nossa salvação”, pois é com amor que nossa humanidade em comum é resgatada, e anseio para que também seja resgatada em todos que leiam sua carta, como foi para mim, por meio dessa reafirmação de amor. E se falo de amor e esperança, quero poeticamente insinuar a superação do ódio, do preconceito e do capacitismo e reiterar que o amor é nossa forma de lutar pelo futuro, pois, como dito em Pluto, do autor Naoki Urasawa: “Nada nascerá do ódio, exceto mais ódio”.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOOKS, B. **Salvação**: pessoas negras e o amor. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PLUTO. **Criação de Naoki Urasawa**. Direção de Toshio Kawaguchi. Japão: Netflix, 2023. Série exibida pela Netflix. Acesso em: 25 mar. 2025.

Douglas Silva de Lima Júnior

Gustavo Oliveira de Almeida

Kátia Luzia Soares Oliveira

A IGUALDADE RACIAL E SOCIAL: HORIZONTE DE POSSIBILIDADES E TRANSFORMAÇÕES

Prezada Ana Beatriz

Somos Douglas e Gustavo, estudantes do curso de Edificações no IFBA, campus Barreiras, e fomos provocados a pensar a respeito do futuro que gostaríamos que as futuras gerações herdassem e gostaríamos de expressar como seu trabalho nos inspirou na nossa proposição.

Olhando para o passado, vemos um “espaço de experiência” fortemente marcado pelo racismo de forma que ainda hoje enfrentamos desafios significativos quanto ao enfrentamento do preconceito e da discriminação étnico-raciais. O nosso passado recente é ainda de uma sociedade extremamente excludente e desigual, o que atinge com maior força as pessoas negras. Assim, esperamos que o nosso futuro, de horizonte ainda incerto, seja o melhor possível, excluindo a prática do racismo e seus efeitos da sociedade brasileira. Ou seja, o que desejamos para as próximas gerações é que a igualdade racial e social se consolide como um princípio fundamental e inalienável, de forma que todas as pessoas, independentemente da sua etnia, nacionalidade e situação social tenham os mesmos direitos e oportunidades.

Como você não nos conhece pessoalmente, faremos nossa autodescrição: nós somos garotos brancos. Então nos sentimos motivados a justificar nosso interesse por essas questões: como nos explica Djamila Ribeiro (2019), em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, “as pessoas brancas também podem se engajar na luta antirracista”, na verdade, as pessoas brancas devem se engajar na luta antirracista.

Pessoas brancas não costumam pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo [branquitude], pois o debate racial é quase sempre focado na negritude. A ausência ou a baixa incidência de pessoas negras em espaços de poder não costuma causar incômodo ou surpresa em pessoas brancas. Para desnaturalizar isso, todos devem questionar a ausência de pessoas negras em posições de gerência, autores/as negros/as em antologias, pensadores/as negros/as na bibliografia de cursos universitários, protagonistas negros no audiovisual. E, para além disso, é preciso pensar em ações que mudem essa realidade (Ribeiro, 2019, s/p).

Então, como a autora deixa claro, o compromisso de engajar-se na luta antirracista é de todos/as. E na luta para a construção dessa sociedade mais justa no futuro, algumas permanências históricas ainda se fazem necessárias. Uma delas é o enfrentamento constante desses preconceitos por meio de “ações que mudem essa realidade”.

Como vimos nas aulas de história, o passado tem importância crucial na reflexão sobre o futuro. Se por um lado temos um passado (espaço de experiência) marcado pelo racismo, temos também um espaço de experiência ainda maior de lutas e resistências. Ou seja, mesmo o preconceito e o racismo ainda estando presentes na sociedade atual, é perceptível que houve mudanças. Para chegarmos no ponto em que estamos atualmente, surgiram diversas pessoas que mudaram a história e merecem o devido reconhecimento.

Recentemente, nos deparamos com o trabalho *A jornada do herói na vida de Rosa Parks*, a partir das obras de Joseph Campbell, Carl Jung e Christopher Vogler, apresentado em forma de banner na 15ª Jornada Científica do nosso campus. Nele conhecemos a trajetória de Rosa Parks, uma mulher negra, que morou no Alabama, um lugar predominantemente racista nos Estados Unidos.

O histórico de lutas apresentado por você nesse trabalho nos tocou e nos mostrou a influência que a Rosa Parks causou em nosso presente, tornando-o menos preconceituoso e racista. Quando garota, Rosa Parks por diversas vezes foi impedida de estudar e utilizar transporte coletivo com pessoas brancas. Mesmo diante de todas as dificuldades, ela demonstrou resistência, sendo, então, uma importante referência para o processo de construção de uma consciência histórica crítica capaz de influenciar no horizonte de possibilidade do futuro que desejamos, qual seja, um presente em que os referenciais das histórias e culturas negras sejam conhecidas e contribuam para que seus direitos possam tornar-se ainda maiores e melhores.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Ana Beatriz Soares Fraga
Igor Alexandre de Carvalho Santos

ROSA PARKS: JORNADAS INSURGENTES

Caros Douglas e Gustavo,

Li a carta que escreveram sobre a urgência do combate ao racismo no presente para termos um futuro mais justo. Ficamos felizes pela menção que fizeram sobre meu trabalho na XV Jornada Científica do Oeste da Bahia, a JCTOB, e resolvi escrever mais sobre esse maravilhoso trabalho que tive a honra de realizar explicando alguns pontos interessantes.

Bom, para começo de conversa, quando realizei esse trabalho, eu nem sonhava em submetê-lo na JCTOB, evento promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA/Campus Barreiras, no contexto da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que acontece em todo o Brasil. Nesse importante evento, o nosso *campus* promove o encontro de servidores, estudantes internos e externos (escolas de toda a região são convidadas a participarem do evento e conhecerem todo o *campus* na atividade IFBA de Portas Abertas) e toda comunidade do oeste baiano, para compartilharem as aprendizagens, a pesquisa e a produção de conhecimento.

No ano de 2024, fiz um trabalho para a disciplina de Filosofia e, ao final, fui incentivada a submetê-lo na JCTOB na categoria apresentação em Banner. Fiquei grata pela aprovação do trabalho e, mais ainda, por terem lido e lembrado dele.

A proposta do trabalho consistia na análise da jornada do herói de Campbell, com base na adaptação de Christopher Vogler, em uma história. Mas eu queria fazer algo diferente para romper com a padronização da representatividade hegemônica do herói (homem e branco). Com isso em mente, poderia ter trazido uma análise focada apenas na mulher, por exemplo, na personagem da Mulher Maravilha. Mas, meu objetivo era trazer um rompimento ainda maior, por isso escolhi analisar a vida de uma mulher negra e real, na qual pudéssemos ver ativo o arquétipo do herói, ou melhor, da heroína. Escolhi, então, a ativista dos direitos civis nos Estados Unidos, Rosa Parks.

Inicialmente, realizei uma pesquisa bibliográfica sobre o tema “mito e psicanálise” a partir das obras de Sigmund Freud e Carl Jung; em seguida, fiz uma outra pesquisa sobre o Monomito do herói/ Jornada do Herói de Campbell e do roteirista Christopher Vogler. Depois, fui atrás de documentários e artigos que contassem a história de Rosa Parks para, assim, identificar as etapas da Jornada do Herói na vida de Rosa Parks, segundo Campbell e Christopher Vogler.

Quanto a primeira pesquisa, aprendi que Carl Gustav Jung, um dos principais fundadores da psicologia analítica, amplia o conceito de inconsciente de Sigmund Freud. Este apenas considerava a camada pessoal do inconsciente, mas, para Jung, o inconsciente inclui uma camada de estruturas e imagens comuns a toda humanidade, compondo assim o inconsciente coletivo.

Para Jung (1974, p. 20), a psique em sua parte inconsciente abriga imagens primordiais, universais e a-históricas que operam na psique e resultam em padrões inconscientes (...) independentemente das experiências de cada indivíduo”. Assim, de acordo com Jung, o inconsciente coletivo é composto por arquétipos que afetam continuamente nossas ações. Eles se manifestam nos sonhos, mitos, religiões e contos de fadas e apontam para situações e temas típicos e recorrentes da existência humana, tais como nascimento, morte, casamento e luta pela sobrevivência humana.

Já em 1945, Joseph Campbell apresenta em seu livro *Herói de mil faces* a noção de que todas as histórias estão ligadas por um fio condutor comum que é a Jornada do Herói (arquetipo do Herói). Assim, fábulas, mitos e até mesmo filmes recentes vêm contando quase sempre a mesma história.

Diante desse entendimento sobre a importância das histórias na formação do nosso inconsciente, destaquei a importância de contar histórias de luta de mulheres e homens negros como uma ação importante no combate ao racismo que se manifesta tanto consciente quanto inconscientemente.

Embora seja preciso reconhecer a profundidade do problema e a forma como a discriminação racial está arraigada nas estruturas de poder e nos processos históricos, de forma que desafiar o racismo não significa apenas reconhecer a necessidade da igualdade de tratamento, mas sim repensar as estruturas sociais que perpetuam a sua existência, no trabalho apresentado, reforcei o que acredito, ou seja, que além de suas expressões institucionais, é necessário considerar as múltiplas dimensões do racismo, incluindo suas expressões simbólicas e relacionais. Nesse mesmo sentido, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi alerta para a importância das histórias por influenciar mentes e corações, ressaltando o “quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância” (Adichie, 2019).

Como ressalta Chimamanda, “histórias importam”; “muitas histórias importam”, por isso, é crucial ouvir as vozes das pessoas negras e garantir que elas tenham espaço para contar suas próprias histórias de luta e resistência, oferecendo uma perspectiva genuína e multifacetada da diversidade e complexidade das experiências negras, evitando-se assim que caiamos no que a escritora chama de “O perigo da história única”. Para ela, a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne

a única história (...) A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos (Adichie, 2019).

Em meu trabalho sobre “a trajetória do herói”, escolhi analisar a história de Rosa Parks. A seguir trago parte da análise que apresentei na JCTOB, na modalidade *Banner*.

MUNDO COMUM

No mundo comum, conhecemos o herói em seu mundo cotidiano.

Rosa Parks nasceu no estado do Alabama. Filha de James McCauley e Leona McCauley, foi criada numa fazenda. Por motivos de saúde na família, abandonou os estudos e começou a trabalhar como costureira. Em sua infância, já presenciava a segregação existente nos EUA. Para ir ao colégio, Rosa não podia usar o ônibus escolar.

CHAMADO A AVENTURA

Ao herói é apresentado um chamado à aventura, um desafio de grande risco. Uma vez apresentado esse chamado, o herói não pode mais permanecer indefinidamente em seu mundo comum.

Em 1 de dezembro do 1955, Rosa, em sua rotina, voltava de um dia de trabalho quando foi solicitada a se retirar de seu assento. Imbuída do arquétipo de herói, em um ato de desobediência civil, ela se recusou a ceder seu lugar para um homem branco.

RECUSA DO CHAMADO

É normal o herói sentir medo após ser chamado à aventura (...). É necessário que surja alguma influência para que ele vença esse medo.

O motorista tenta intimidá-la a sair e chama a polícia. “Pensei em tudo o que meu avô fazia para nos proteger da Ku Klux Klan. Já tinha sido muito maltratada e decidi que não iria me levantar. As pessoas dizem que era porque eu estava muito cansada, mas isto não era verdade, (...) O único cansaço que eu tinha era o cansaço de desistir.” “Quando tomei essa decisão, sabia que tinha a força dos meus ancestrais comigo (...). Era o momento em que eu tinha sido empurrada o mais longe possível. Decidi que teria que saber, de uma vez por todas, quais direitos eu tinha como ser humano e como cidadão.”

DESAFIOS ALIADOS E INIMIGOS

No momento em que o herói entra no mundo especial, encontra novos desafios e testes, faz aliados e luta contra inimigos.

Após quatro dias presa, Rosa foi levada ao tribunal e condenada a pagar uma fiança de 10 dólares por violar a lei de segregação racial do Alabama. Seus amigos Edgar Nixon e Clifford, presidentes da associação nacional para o progresso da pessoa de cor, pagaram sua fiança. Ao sair da cadeia, a vida de Rosa Parks tornou-se ainda mais difícil. Ela perdeu seu emprego e passou a ser ameaçada de morte.

TRAVESSIA DO PRIMEIRO LIMAR

Finalmente o herói se compromete com sua aventura e entra plenamente no mundo especial ao efetuar a travessia do primeiro limite. Esse é o momento em que a aventura tem início.

Rosa começou a lutar oficialmente pela causa. Ela pertencia à igreja onde o pastor Martin Luther King congregava. Ao saber o que Rosa estava passando, Martin e outros líderes negros da cidade organizaram um boicote aos ônibus: negros e simpatizantes da causa passaram a ir e voltar a pé para o trabalho.

PROVAÇÃO SUPREMA

Embate com o antagonista.

Durante o tempo em que duraram os protestos, alguns atentados aconteceram nas casas dos negros, inclusive jogaram dinamite na igreja e na casa de Martin L. King e de Rosa Parks. A comunidade continuou o protesto em paz, sem revidar a nenhuma violência, para que nenhum negro acabasse sendo vítima dessa violência.

RECOMPENSA

O herói conquista sua vitória e o “prêmio”.

Após 382 dias de protestos, em 13 de novembro de 1956, a Suprema Corte Americana decretou o fim da segregação racial nos ônibus, não só nos Estados do Sul mas em toda nação norte-americana.

CONCLUSÃO

A ativista Rosa Parks é uma dessas potentes mulheres negras, pois tem uma heroica trajetória de luta. Seu ato de desobediência civil em primeiro de dezembro de 1955, em Montgomery, no estado do Alabama, marcou não apenas a história pelos direitos civis nos Estados Unidos, mas no mundo. Sua trajetória de heroína até

hoje mobiliza e incentiva a luta contra o racismo. A visibilidade dessa trajetória também pode contribuir para um arquétipo sociopositivo de representatividade para as pessoas negras e não-negras.

PS. Gostaria ainda, meninos, de tecer alguns comentários sobre a carta de vocês, que também me provocou e justifico, desde já, minha digressão que uma epístola pode proporcionar. Inclusive chamando de multiplicidade o que parece fragmentário. O que me incomoda e me assusta é que pouco se fala sobre as causas genuínas do que separa a nossa vida do que ela pode, isto é, de sua potência imanente de composição e inventividade.

As metanarrativas são histórias de pontos de vista impotentes, já que precisam subjugar os outros para se sentirem melhores ou para terem sua identidade fundada. Nada mais aderente à dialética do senhor e do escravo em Hegel. Há um certo mito fulcral da identidade ensimesmada que precisa ser, pelo menos, repensada ou que se torne motivo de riso como boa parte da fixação social ou estrutural. Bom, não quero parecer muito filosófica, tampouco esnobe, mas sou tomada como se estivesse sobre uma vassoura de bruxa. Quem sabe não seja uma. Preciso pensar mais sobre isso. Enfim, o que quero dizer através desta carta é que se faz necessário, para sair da condição de tutela generalizada, (re)pensar e incorporar conceitos.

Estou lembrando do conceito de devir. Por mais que um grande intelectual e ativista indígena tenha dito que parece coisa de bobões (e às vezes até concordo com ele), consiste numa linha de fuga que escapa à identidade e a certos pertencimentos que, ao invés de cativar, se tornam cativo. Se os conceitos devir-negro, devir-indígena, devir-mulher, devir-criança, dentre outros, não vos satisfazem, ache outros. Não tem problema. Não precisamos brigar por isso. Já há muita impotência e violência no campo social. Não obstante, o que nos cabe nessa com-versação é tudo aquilo que não

se enquadra ou adere a toda ordem de violências, mas que também não se deixa morder pelo mosquito do “mais do mesmo”

Com afeto e reflexão

REFERÊNCIAS

ÁVILA, D. S. G. Direitos civis e ativismo negro feminino nas escritas de si de Rosa Parks e Nina Simone (1950s – 1960s). **Dissertação** (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, 2022, 247 folhas.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

RINCÓN, L. E. A Jornada do Herói Mitológico. *In: II Simpósio de. RPG & Educação*. São Paulo: Uninove, 22 à 24/09/2006. Disponível em: <http://portalavatares.com.br/?p=285>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SERBENA, C. A. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na psicologia analítica. **Rev. abordagem gestalt**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 76-82, jun. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2023.

ANDRÉ, T. **Podcast. Histórias Negras**. Temporada Malcolm e Martin. Episódio 2. O Pastor e o Chamado. Disponível em: <https://spotify.link/C6yuYxS02Cb>. Acesso em: 1 ago. 2023.

DOCUMENTÁRIO Rosa Parks. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=X77JIUhnZaw>. Acesso em 13 ago. 2023.

BIOGRAFIA Rosa Parks Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0UW5DR8s3w>. Acesso em 13 ago. 2023.

PARKS, Rosa, a mulher que mudou a história negra. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BMim835gcN4>. Acesso em 1 ago.2023.

*Luiz Miguel Gomes Gonzaga
Igor Alexandre de Carvalho Santos
Kátia Luzia Soares Oliveira*

ENTRE O TEMPO E O CORAÇÃO: CARTOGRAFIAS DE NOVAS MASCULINIDADES

O amor faz o ser desejar o agora com muito mais intensidade que o passado ou futuro; o ser humano consegue ver e sentir as facetas do tempo e da história de tais formas que é indispensável aceitar que, para contar uma história não olhe para o quê e sim quem se vê, a magnífica experiência de amar e ser amado.

Prezados/as,

Para que possa se ter futuro, é necessário conhecer o passado. Muitos/as historiadores/as usam desta afirmação para pensar o tempo histórico. Nessa perspectiva, basear-se em evidências reportadas pelas escolhas, resultados e consequências de nossos antepassados se torna um método para se visualizar um futuro.

Essa premissa historiográfica ganha mais potência quando a conectamos com uma ideia-força da filosofia bergsoniana que afirma que o passado não passa, mas se acumula. Em grande medida somos o nosso passado. Aquilo que nos constituiu enquanto subjetividades se pautou em experiências das mais diversas ordens e desordens. Nós somos envolvidos/as pelas contingências e necessidades da nervura do real, do eã vital que nos faz perseverar na existência.

É inegável, considerando os avanços, sejam tecnológicos, artísticos, políticos e até dentro dos próprios estudos da história, que os seres humanos foram e são movidos pelo desejo da “previsão”.

Como ressalta o historiador Eric Hobsbawm (2000), “todos nós, na medida do possível, tentamos prever o futuro. Faz parte da vida, dos negócios, nos perguntarmos sobre o que ele nos reserva”. Assim, a preocupação com o amanhã e a cobiça do “melhor” e “maior” faz o questionamento: Devemos sempre olhar para o passado para responder ao futuro?

Ainda segundo Eric Hobsbawm (2000), “a previsão do futuro deve necessariamente basear-se no conhecimento do passado. Os acontecimentos futuros precisam ter alguma relação com os do passado”. E diante desse entrelaçamento passado e futuro, almas, coletivas ou individuais em que nos vemos frente a frente com temporalidades implicadas que regurgitam no instante presente - efetuação e atualização de virtualidades que nos cerceiam -, respondemos ao convite do historiador atentando no nosso presente, qual seja, nosso passado atual, um fenômeno, o amor. Pensemos qual tem sido a permanência discursiva que vem se constituindo, ao longo da estrutura temporal, em uma “história única”, a respeito de como experienciamos na contemporaneidade o amor em suas diferentes facetas para, em seguida, propormos outras perspectivas sobre o amor.

Todos temos ânsia pelo amor. Sensação, desejo, paixão, afeto, essas palavras procuram definir o que é o amor e como ele deve ser “aplicado”. Amar seria um verbo transitivo ou intransitivo? Será que é possível amar na atualidade? As narrativas e experiências nos mostram uma mudança de perspectiva. Algumas pessoas não acreditam na possibilidade de amar e/ou veem o amor como algo “ingênuo”, sendo abusivamente mencionado o seu fim. O outro emerge enquanto ameaça, aquele que pode nos tirar algo, nos deixar uma cicatriz. Medo do abandono, da traição, da expropriação econômica, medo do trauma e das dores sem corpo que podem nos acometer. Esses são alguns dos motivos que fazem com que as pessoas desacreditem na capacidade de amar. Em muitos casos, perdemos a capacidade de ter empatia para com o outro. Perdemos

a capacidade de se afetar e a buscar no outro a riqueza do encontro que aumenta nossas faculdades.

Nesse viés, parece que se abre ainda mais esse fosso, cresce esse muro que separa os sexos. O discurso do senso comum afirma, como é de praxe, alguns clichés: “homem não presta”, “mulher é interesseira”, e isso só faz aumentar ainda mais as contradições que nos compõem e que arrastam consigo muitos afetos tristes como por exemplo: o ódio, a tristeza, a raiva, a decepção, a frustração, o medo, dentre outros.

Deste modo, as subjetividades masculinas e femininas, hegemonicamente, se produzem e reproduzem a partir da mórbida simbiose da imagem padrão de quem quer prender o outro e daquele que não admite qualquer tipo de compromisso porque acredita que o envolvimento e a entrega constituem uma prisão.

É comumente colocado para as meninas que o tornar-se mulher provém do torna-se mãe. Já os homens, desde meninos, crescem buscando a eficácia (Zanello, 2024). O ensinamento dado às meninas as encoraja a crerem que devem ser sempre amorosas e acolhedoras. Desta forma, historicamente, se é pressuposto que a função de afeto e atenção vem de parte exclusivamente das mulheres.

A autora Chimamanda Adichie fala em seu texto *O perigo da história única* o quanto histórias e práticas podem ser corrosivas para a constituição cultural e emocional das pessoas. Assim, esta definição de amar, enraizada e ensinada desde a infância como uma história única, possui equívocos e incoerências que se agravam com o passar dos séculos. As mulheres são vistas como somente a figura materna, sentimentais e provedoras do bem-estar sentimental para com seus filhos e dentro do relacionamento.

O que ainda não é visto por todos é como os casos de violência de homens para com mulheres está ligado a um sentimento específico, ao sentimento que o patriarcado mais valoriza nos

homens, a raiva: “Homens de verdade sentem raiva. E não importa quão violenta ou violadora, é tida como natural. (...). A raiva é o melhor esconderijo para qualquer um que procura dissimular dor ou angústia espiritual” (hooks, 2004, p. 19).

Tudo está enraizado em como construímos nossos homens: eles são ensinados e avaliados com base em fisicalidade, moralidade e sexualidade. Além disso, é impregnado neles, desde a infância, que “ser homem é nunca agir como uma “mulherzinha”, ou seja, para alcançar a “verdadeira masculinidade”, é necessário rejeitar as mulheres e ao universo culturalmente a elas ligado” (Zanello, 2024). Para ser homem, é também necessário possuir a “firmeza”, isto é, não ter escrúpulo sentimental algum. Tal ideia é aplicada seja entre eles próprios ou em seus relacionamentos. Muitas das situações da vida dos homens são colocadas, pela sociedade, como uma provação de sua macheza e virilidade, e que ser trabalhador/provedor/o sustento/ e ser um “comedor sexual” (Zanello, 2024) são características de um “verdadeiro” homem.

Esta é nossa realidade, nossa unilateral versão de como que as relações de homens e mulheres são e tem que ser. Ensinados a ver o amor como um objeto de fraqueza e irracionalidade, a dinâmica de “homem de verdade não ama”, significa ser fechado, controlador, autoritário e violento com as mulheres. Somente assim alcançará o reconhecimento social. Há quem diga que os homens não sofrem com essa forma de história única, um discurso opressor e dominador que é confusamente ensinado e absorvido pelos meninos. Nessa construção, os homens são proibidos de falar de seus sentimentos e de como a cobrança, e o processo de formação masculina machuca: “A realidade é que homens estão machucados e a cultura, por completo, os responde ‘Por favor, não nos digam o que vocês sentem’” (hooks, 2004, p. 17).

Embora usufruam de privilégios sociais decorrentes desse processo de subjetivação pautado na desigualdade entre os gêneros,

a realidade é que os homens estão presos às misérias ou ao lado perverso desses privilégios. Uma prisão que mais os machuca do que os ajuda a saber como viver.

Usar o amor como modo de mudar isso, de libertar essas amarras que edifica essa prisão de sentimentos e de vida é o caminho: o amor que tanto é negado aos meninos e homens sentirem e expressarem pode ser o antídoto. E, como nos provoca bell hooks, *"a verdade que nós não dizemos é que os homens desejam o amor"* (2004, p. 25). Podemos, então, recusar-nos a aceitar esse discurso único sobre as relações amorosas entre as pessoas, sobretudo dos homens para com as mulheres. Podemos aprender a amar.

O principal ponto disso tudo é visualizar a sociedade e nós mesmos como um horizonte prenhe de novas possibilidades, o que nos permite sentir e desejar um tipo diferente de futuro, sobretudo para os homens, em que o amor não lhes sejam mais negados como uma ação que lhe é própria. Que o amor como uma prática social não seja por eles esquecido ou desvalorizado, mas que seja uma prioridade relevante em suas vidas. Como nos lembra bell hooks, *"Falar de amor pode ser revolucionário"* (hooks, 2021, p. 10). E quando homens trilharem os caminhos do amor, não mais como um sentimento momentâneo, quando se atrevem "a transgredir os limites patriarcais para amar, a vida das mulheres, homens e crianças são fundamentalmente mudadas para melhor" (hooks, 2004, p. 22). Aí o amor ganha espaço para se manifestar como um instrumento de justiça (e quem sabe não possa ser um instrumento universal de justiça?).

Essa é uma possibilidade real, mas que nos coloca frente à questão da nossa responsabilidade individual e coletiva, enquanto sujeitos de ação, na construção, no nosso passado apropriado, isto é, nosso presente, de um projeto de futuro aberto a relações sociais, pessoais e interpessoais mais amorosas. Trata-se de compreender que a história não é única e irrepetível, mas que ela está sempre aberta a outras possibilidades, a outras práticas sociais.

Isso significa, no caso específico do amor, entender que o amor é mais que um sentimento, é um compromisso com a valorização da vida de modo geral, e ele pode ser construído através de tipos de ações tomadas por nós. Ações que podem deliberar novos sentimentos, sensações, memórias, que se contraponham a essa performance de masculinidade centrada em relações de poder que hierarquizam, inferiorizam, excluem, oprimem, violentam e, assim, marcam negativamente a vida das mulheres desde tempos longínquos (Oliveira, 2024).

Contudo, se contamos com um passado em que a desvalorização do amor era projetada, e ainda é, então como podemos visualizar um presente e um futuro diferente a partir desse passado em que o amor foi perdido, sufocado ou descuidado sobretudo pelos homens?

Para responder a essa indagação, pode-se utilizar da metáfora de um espelho, um que esteja estilhaçado, mas unido por uma linha que nós tanto queremos amarrar. E para isso vemos os nós que usamos ao longo do percurso e tentamos reutilizá-los e aprender com eles, porém, nos momentos que vamos fazer, os fragmentos estilhaçados são grandes ou pequenos demais, e ficamos travados sem saber como continuar.

Nessa metáfora, no presente vemos o amor como um espelho fragmentado, um espelho deformante, cujas partes nos apresentam reflexos obscuros do passado que exigem intervenções no presente. O que leva a esta estagnação é que as linhas e os fragmentos desse passado precisam de algum modo se encaixar, se comunicar e “fazer sentido”, ou melhor, um novo sentido, no qual esses resquícios passados de sombras juntem-se às partes luminosas e formem um novo espelho no presente.

Sentimentos podem realizar fortes uniões e grandes realizações, mas também podem causar devaneios igualmente fortes. E o medo é um destes devaneios. Pode surgir como resultado de

muitas situações em vida, e sentir medo em relação ao amor/amar ocorre por essas padronizações e consolidações históricas como o patriarcado. Assim, o medo de amar, ou o medo de mudar e passar a amar, pode paralisar os homens quando do desafio da construção desse novo espelho. Isso porque, como já dissemos, temos um passado de desvalorização do amor às mulheres onde desde a infância ouvimos e aprendemos virtudes de um “modelo de masculinidade hegemônica [branca, heterossexual, viril, superior, agressiva e dominante (Oliveira, 2024), cujas “verdades” devem ser levadas conosco para toda a existência.

Assim, ao nos depararmos com a vida adulta, esse modelo nos é introduzido, como instrumento de poder e escape de dores e aflições. Diante disso, podemos entender como para os homens abrir mão desse modelo é também assustador, embora sejam também os principais prejudicados nessa relação, já que é aplicado a eles desde a juventude que devem esconder, reprimir e mentir sobre seus sentimentos e com isso obter a dominação dentro das relações sociais.

Com a banalização do amor como instrumento de justiça e paz, torna-se facilmente aceitável este cenário do medo. O medo constrói impulsos, artilharias e armadilhas, empecilhos para que aquilo que há tanto é “temido” não possa se aproximar. Afinal, uma mentira, tantas vezes ditas, torna-se verdade... Não, não se torna. Passamos milênios superando dilemas e fraquezas, seja por sobrevivência ou por fatores sociais, e a fórmula que nos é igualmente passada é que, para haver uma harmonia, é necessário opressão, onde há somente dois lados, oprimido e opressor, vencedor e perdedor.

Controle, esta é a síntese da fórmula. É facilmente passado em nossas mentes a ideia de quem o possui é colocado como forte, como “dono de si mesmo”. Tal tema vem há tempos sendo tratado em nosso meio. Porém, aqui, o controle possui efeitos no amor que só reverberam ainda mais dentro do cenário do medo. Controlador

e controlado. Dominação e controle. Todos estes pontos regedores de grande parte das relações humanas ao redor do mundo é o que coloca em "Xeque" o amor que edifica, que é dinâmico, ágil e que traça equilíbrio e libertação. Em análise, podemos ver e entender que diante de quão longínquo e predominante é este cenário do medo, de controle, de dominante, e nada mais, ocorre que isso no fim só se torna uma reaplicação. O pensamento de que dentro de um relacionamento só pode existir dominado e dominador onde estes não passam de escravos desta replicação, o amor aniquila tal conjectura. Se o amor traz a união, a comunhão, logo isto o faz capaz de libertar a nós e as grandes e dolorosas raízes que jazem como correntes aos sentimentos e à ligação interpessoal para com nós mesmos.

O medo desses reflexos não precisa nos dominar, pois, então, conheceremos o amor e seremos por ele conhecido, face a face. Todos conhecemos o medo, mas se conhecermos o amor, e dele formos conhecidos, viveremos libertos.

Portanto, "não nos cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas" (Deleuze, 1992, p. 220), isto é, inventar uma nova imagem do amor e novas memórias de futuro (Nietzsche, 1998). Nessa interface entre amor e história, o que vale é amar o passado, presente e futuro com tudo aquilo que a história nos traz e ensina. O sentido de amar o passado não significa, em absoluto, se conformar com o que aconteceu, principalmente quando o passado é marcado por opressões, violências e dominações, dentre outras tantas mazelas e tiranias. Por outro lado, consiste em tê-lo sempre sob suspeita, "lançar um clarão de luz", de forma a expor e enfrentá-lo criticamente. O mesmo cabe para as relações amorosas. É preciso entrar em devires-femininos para parir novos modos de existência. Reconhecer que somos N-sexos. Acabar com o juízo transcendente que imprime em nossos corpos e corações maneiras de amar preestabelecidas a partir de subjetividades produzidas.

O que há em comum entre a história e o amor, nesse caso, é que o mais interessante ao entrarmos neles é a possibilidade e disponibilidade para sermos modificados, bem como para modificar as relações tanto históricas quanto amorosas em seu sentido mais amplo. Isso é fazer do amor e da história um acontecimento. Afirmar o amor e nossa efetuação na história (micro-histórias) não acontece de qualquer maneira. Faz-se necessário inventar um estilo. Modificar e ser modificado tanto na história quanto no amor depende de uma postura ativa e afirmativa. Viver onde o amor possa ser usado como esta força que nos capacita para que tenhamos então a paz e reciprocidade, para com nossos próximos, não se dá por decreto, imposição ou assimilação e redutibilidade do outro.

O amor pode nos fazer sair de zonas até então circuladas pelo desconhecido, pelo preconceito e pelo medo, mas para amar é necessário coragem, a mesma coragem que devemos ter para viver. Trata-se de uma vida pautada na autonomia e autenticidade, aumentando a potência na abertura dos encontros com as forças do cosmos, num plano de consistência de respeito e confiança e que se realiza através do cuidado de si e do cuidado com o outro.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed.334, 1992.

HOBBSAWM, E. **O novo século**: entrevista a Antonio Polito. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, p. 7-9, 2000.

HOOKS, B. Procura-se: homens que amam. *In*: **A disposição para mudar**: homens, masculinidade e amor. Clube de Leitura Trem da Ângela. Tradução de Milena. M. Moretin. 2004. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/656882496-a-disposicao-para-mudar-bell-hooks-pdf/270425551>. Acesso em: 11/04/2025.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HOOKS, B. **Salvação: pessoas negras e o amor**. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, S. R. Ensino de histórias do possível sobre as mulheres na “pré-história”: livro didático, representações de gênero e modos de subjetivação. **Revista História Hoje**, v. 13, nº 27, São Paulo: 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v13i271081>. Acesso em 26/03/2025.

ZANELLO, V. Letramento de gênero nas escolas: quebrando elos machistas, promovendo transformação. **Revista Matria**: a emancipação da mulher/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ano 22 (mar.2024/mar-2023-Brasília: CNTE, 2023), p. 70-71, Brasília: 2024.

Nádia Castro Santos
Kátia Luzia Soares Oliveira

DO TEMPO AOS AFETOS: A CORAGEM DE RECOMEÇAR

Prezado Luiz Miguel,

Gostaríamos de começar a pensar sua carta aos homens das turmas 731 e 732, seus colegas de curso, a partir de Drummond, quando ele diz: “O primeiro amor passou. O segundo amor passou. O terceiro amor passou. Mas o coração continua” (Andrade, 2002). Nesse sentido, você nos inspirou a refletir sobre o lugar que o coração ocupa numa sociedade em que o compasso da lógica, da técnica e da racionalidade se sobressaem sobre outras formas de viver.

No entanto, como diz o poeta, apesar das perdas, apesar dos dissabores, o coração continua em sua reiterada repetição, que pode ser uma retomada corajosa frente ao novo que se desvela ou uma repetição pautada em sedimentações tradicionais que impedem de ver o porvindouro. Porvindouro que, segundo Alberto Caeiro, é visível aos que conservam um olhar essencial: “sei ter o pasmo essencial que tem uma criança se, ao nascer, reparasse que nascera deveras” (Pessoa, 2007). Por isso, esse olhar inocente sabe dar conta de uma eterna novidade que é a vida. Aprendo, assim, que amar traz em si a esperança de que haja uma nova maneira de experimentar o viver.

Em sua carta, há uma referência à forma como o historiador Eric Hobsbawm compreende a questão do tempo. Assim, ele diz: “Todos nós, na medida do possível, tentamos prever o futuro” (Hobsbawm, 2002). Essa tentativa de previsibilidade, de asseguramento e controle é o que nos acossa diuturnamente. Essa racionalidade

traduz uma soberania do querer em detrimento de todas as outras questões que nos escapam enquanto humanos que somos. Ainda permanecemos presos às ideias de Descartes, que separa o ser e o pensar, o corpo e a mente, numa divisão que reduz nossa existência a uma racionalidade limitada.

Essa racionalidade, muitas vezes, se impõe como a única verdade, mascarando outras histórias, outras subjetividades e experiências que habitam o interior de cada um de nós. Histórias que não podem ser facilmente articuladas em palavras ou enquadradas em lógicas lineares, mas que, ainda assim, carregam consigo um saber profundo, visceral, que escapa à razão. É nesse espaço da irracionalidade que talvez possamos encontrar as verdades mais puras sobre quem somos, quem fomos e quem podemos ser.

Precisamos começar a pensar também nessa ideia de tempo que escapa à razão. Segundo Santo Agostinho, “se ninguém me perguntasse o que é o tempo, eu saberia; se quisesse explicar a quem me perguntasse, já não saberia” (Agostinho, 1999). Dificil tarefa essa nossa: compreender, afinal, o que é o tempo.

O tempo que atravessa a história é cronológico, mas também é *kairós*. É importante pensarmos nessas diversas formas de lidar com o tempo. Perdemos a noção de instante que comporta passado, presente e futuro. Vivemos imersos em distrações, queremos a antecipação de todas as coisas, sentimos medo do desconhecido. Por isso, buscamos constantemente garantias.

Mas o tempo também é o tempo dos afetos que nos atravessam. É o tempo em que somos convocados a olhar para a noção de limite daquilo que se mostra como é, sem máscaras, sem o desejo de ser mais ou menos — apenas o que se mostra. E o que se mostra a nós e que você ressalta em sua carta é a necessidade de superar e suprimir a masculinidade patriarcal. O que se mostra, neste agora fecundo que você apresenta, é a possibilidade de imaginarmos e

criarmos outras masculinidades que comportem afetos mais amorosos, mais generosos. Uma masculinidade que nasce do reconhecimento dos atravessamentos afetivos.

E o tempo dos atravessamentos afetivos é constantemente revelado na mistura e na diversidade que compõem nossas histórias. Em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, o pensador indígena Ailton Krenak critica a noção de uma humanidade homogênea e defende a pluralidade das relações entre nós (Krenak, 2019). A partir dessa compreensão de um tempo que não é apenas linear, e da configuração dos afetos que podem nos atravessar fora das determinações de um mundo já sedimentado, podemos entender que o amor comporta as mais variadas formas. Isso nos faz lembrar também de Conceição Evaristo, em seu livro *Ponciá Vicêncio*, quando ela narra a história de Luandi, que vive um amor totalmente fora das convenções sociais, ao acolher Biliza exatamente como ela é. Esse amor traz em si o compasso do coração; é conduzido pelo desejo. A força de *eros* que os envolve é suficiente para cobrir os preconceitos já postos no mundo (Evaristo, 2003).

Você também menciona Chimamanda Ngozi Adichie e seu texto *O perigo de uma história única*, onde ela denuncia práticas corrosivas para a constituição cultural e emocional das pessoas (Adichie, 2019). Podemos lembrar também do seu romance *+*, em que a autora revela como certas ideias deterministas, especialmente sobre o papel da mulher, resultam em práticas violentas e abusivas. Ainda estamos presos a uma cultura machista que se oculta sob privilégios e que maltrata mulheres - sendo, muitas vezes, acobertada pela própria cultura que sustenta direitos desiguais (Adichie, 2011).

Logo, diante das suas exposições, gostaríamos de terminar lembrando Kierkegaard, pois nos parece que o amor exige uma força, uma coragem que o autor chama de "salto de fé", no qual nos lançamos sem garantias, longe do asseguramento e da previsibilidade tão caras ao nosso mundo contemporâneo. Assim, é preciso

coragem para nos entregarmos ao compromisso de inventarmos masculinidades outras, em que os homens possam entregar-se ao amor, como sua carta convoca. Uma entrega que caminha lado a lado com a criação e a vontade de mudar (hooks, 2025) em que, como no amor de Luandi e Biliza em *Ponciá Vicêncio* (Evaristo, 2003), podemos vislumbrar uma potência transformadora. Amar sem modelos, sem encaixes, um amor que se inventa em instantes de presença, sem necessidade de dar razão, mas que está em compasso com o coração.

E, assim, voltamos a Drummond, quando ele diz: “O primeiro amor passou. O segundo amor passou. O terceiro amor passou. Mas o coração continua”. O coração, mesmo diante das perdas, permanece firme, pulsante, sempre pronto para recomeçar, para continuar amando, mesmo sem certezas. E é nesse continuar que se encontra a verdadeira força do amor — na sua capacidade de resistir ao tempo e às limitações, de se reinventar a cada novo passo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **Hibisco roxo**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGOSTINHO, S. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

ANDRADE, C. D. **Amar se aprende amando**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOOKS, B. (2004). **A Vontade de Mudar**: Homens, Masculinidade e Amor. Tradução: Manu Quadros e Lubi Prates. São Paulo: Editora Elefante.

KIERKEGAARD, S. **Temor e tremor**. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 2008.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PESSOA, F. **Obra poética**. Organização, introdução e notas de Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2007.

Ana Clara Almeida Leite

CARTA PARA UM FUTURO ALGUÉM

Ignoto alguém,

Imagino que, quando estiver lendo essa carta, você já faça parte do que pra mim é o futuro. Por isso, tenho perguntas para lhe fazer, coisas para te dizer e mostrar. A minha expectativa sobre o futuro não está sendo muito próspera. Os problemas e os impactos causados nele me deixam apreensiva, com uma ansiedade de logo encontrar o meu desconhecido futuro.

Como estão as coisas por aí? Como estão os impactos globais causados por nós e acredito que por vocês também? Tem um novo problema? Está melhor ou pior que a situação presente? Acredito não haver melhora ou reversão dos estragos. Como estão nossas crianças? E o futuro delas? Tenho várias perguntas, porém todas são barradas por uma única pergunta que põe todas as outras em jogo, "haverá futuro?". Creio que sempre há um futuro, mas não para todos/as, por isso acredito que cada segundo deva ser aproveitado. No entanto, afinal, como? Como aproveitar algo com tantas preocupações quanto ao futuro? Quais expectativas devo colocar? E a mim? Haverá futuro para mim? Como está a situação aí? Quais preocupações também te aterrorizam?

Escrevo esta carta cheia de inseguranças e incertezas, para quem estou escrevendo? Quem está lendo esse desabafo sincero e íntimo? Só espero que não tenham mais tantos problemas quanto nós temos aqui, mesmo sabendo que a situação só vai piorar, o que

me atormenta mais ainda. Muitos temas estão sendo debatidos hoje com bem mais atenção do que antes, principalmente temas como: racismo, xenofobia, homofobia e uma educação igualitária, dentre muitas outras essa é a que eu mais quero que um dia seja 100% cumprida pelo governo e por toda a sociedade. Acredito que essa é a base para a resolução e para a interpretação de todos os outros problemas sociais e pessoas que nós temos, então, por favor, lute por ele! Uma educação de qualidade é um direito de todos e é o fundamento para um próspero futuro.

Escrevo essa carta não só para um, mas para todo e qualquer ser que tenha a curiosidade e a expectativa em ler essa apressurada carta. Escrevo-lhe com o intuito de desabafar um pouco sobre mim e minhas memórias, de contar como está sendo o agora e de fazer algumas recomendações de algumas obras que eu aprecio. Escrevo com o desejo de que você possa focar um pouco em você, nos seus sentimentos e nas suas lembranças.

Além disso, escrevo com o propósito de que você, caro/a leitor/a, reflita sobre como está o seu tempo presente. Pense no que você pode mudar e no que você precisa mudar a partir dessas obras, para que os seus e os meus erros e perturbações não se propaguem para o seu respectivo futuro, por isso, irei ser breve para pontuar uma pauta muito importante de agora e do passado. Com isso, farei o meu máximo para indicar obras literárias e artísticas para nós refletirmos juntos e para quem sabe, e assim eu espero, lidar com ela, formar o nosso senso crítico e entender cada parte dela de uma forma pessoal.

Diante disso, acredito que um dos principais problemas que estamos tendo desde o passado é o racismo, coisa inaceitável para o tempo atual e pior ainda para o seu presente. Djamilia Ribeiro escreve um livro muito interessante que ela nomeou como O Pequeno Manual Antirracista, lá tem 11 (onze) pequenas e simples lições em

que ela ensina e faz o/a leitor/a entender qual a origem do racismo e como combater o mesmo. Tem também o livro de Robin DiAngelo *Não Basta Não Ser Racista: Sejamos Antirracista* que tem como proposta que todos comecem a ouvir, conversar sobre e que todos reajam as críticas com educação e tentando se colocar no lugar do outro. Tem vários outros livros, como *O Pacto da Branquitude* de Cida Bento que é um ótimo livro para discutir racismo no Brasil, *Mulheres, Raça e Classe* livro que traz dados sobre a supremacia branca e racismo de firma aprofundada, *Da minha Janela* de Otávio Júnior... sugiro que leia, que pratique cada palavra e que não as deixe vagas na sua cabeça sendo cobertas pelos seus outros pensamentos, não esqueça de compartilhá-los também. Porém, se você é como eu que não gosta muito de livros, mas sim de músicas, te indico as minhas favoritas sobre o assunto:

Negro Drama dos Racionais MC's; *Racismo é burrice* de Gabriel, *O Pensador*; *Lágrimas Negras* de Baco Exu do Blues, que por sinal é a minha favorita; *CORRA* do rapper Djonga.

Entre muitas outras obras de arte. **Então, por favor caro/a leitor/a, não deixe um grito de um povo morrer, lute com toda sua força sobre esta e muitas outras causas.**

Pelo apreço que tenho por você, leitor/a, te indico uma lista de músicas muito importantes para nossa cultura brasileira, mas que são uma grande crítica à sociedade que cabem em todos os tempos e que levam uma grande lição para todos nós. Com todo carinho, me dediquei em colocar as minhas favoritas para que você também possa apreciar e refletir assim como eu.

Aqui segue a lista:

Índio da banda Legião Urbana; *Cowboy Fora da Lei* de Raul Seixas; *Que País é esse?* De Legião Urbana; *O meu guri* de Chico Buarque; *Malumba*; *Maria de Vila Matilde*; *Problema Social*; *Cidadão* de Zé Ramalho; *Epitáfio* de Titãs; *Pais e filhos* de Legião Urbana.

Que País é esse é uma música considerada um hino de denúncia social que critica a corrupção, a violência e a desigualdade social. *O meu guri*, de Chico Buarque, fala sobre a desigualdade social e a ausência de políticas sociais para crianças e adolescentes de comunidades. *Malumba* é uma música que aborda temas como violência contra a mulher, cultura do estupro e feminicídio. *Maria de Vila Matilde* é uma música que conta a história de uma mulher que sofreu violência doméstica. *Problema Social* aborda temas como a fome, trabalho infantil, pessoas em situação de rua, injustiças e falta de oportunidades para jovens da periferia. *Cidadão* também fala sobre a desigualdade, mas vai ainda mais fundo: a letra nos alerta sobre o preconceito social. *Epitáfio* fala sobre o tempo passando rápido e a consciência da finitude da vida, é uma canção de dor, mas o interessante dela é que a letra é muito pessoal, então você pode interpretar de diferentes maneiras. *Pais e filhos* fala do suicídio de uma menina que se jogou do quinto andar por conta da depressão que sofria e também fala sobre um desencontro, um conflito entre gerações e dos problemas muitas vezes enfrentados entre os jovens e seus pais, que não se compreendem.

Cada música dessa transmite uma mensagem e uma emoção diferente. É preciso estar disposto, aberto e 100% focado para entender as mensagens nas entrelinhas de cada canção.

Por falar em emoções, quais emoções você está sentindo? Quais emoções essas obras te transmitiram? Quando ouço *Epitáfio*, me lembro da minha infância, das minhas aventuras na roça do meu avô com o meu pai e os meus amigos, os banhos de piscina,

as saídas de carro com meu pai, só para que eu pudesse dirigir, as brincadeiras de bolinho de terra que eu e os meus primos fazíamos só para competir e depois jogar na parede do meu tio para ver qual bolinho grudava mais, depois disso, íamos pegar manga verde para comer com sal (risos), bons tempos.

Inclusive, a partir dessas lembranças, decidi que a minha palavramundo seria TERRA, justamente por essa nostalgia. Qual é a sua palavramundo? Palavramundo foi um conceito trazido pelo famoso escritor e patrono da educação brasileira, Paulo Freire, e meu professor Atauan Queiroz nos apresentou na sala de aula. Paulo Freire diz que palavramundo é um conceito de elementos que constitui um ser humano como ativo na sociedade. Eu considero como algo que traz a sua essência, algo que remete o seu mais profundo sentimento, a sua melhor memória, pois ela te permite sentir algo único, que só você sabe o que sentiu, por isso acredito que é algo muito pessoal, isso ajuda no seu autoconhecimento, tente também. Toda vez que eu toco na terra, sinto ela, eu sinto o meu momento favorito, sinto-me como se estivesse voltado pra lá, os sorrisos soltos e leves de lá. Tento lembrar o máximo possível, pois o esquecimento de cada memória importante pra mim é a mesma coisa que esquecer um pouco do meu eu, de quem eu sou de verdade, da minha verdadeira e pura essência. Tente fazer essa reflexão, acredito que lhe fará bem.

Por fim, finalizo esta carta com a expectativa de que você termine a leitura com uma sensação e uma emoção boa. Espero que o meu desabafo tenha trazido um aprendizado bom e que você empregue cada detalhe aprendido aqui na sua vida também. O meu futuro é cheio de incertezas, mas acredito que, se eu trouxer memórias e aprendizados do meu passado, ele me fará construir o meu ignoto futuro. Quero que essas memórias façam parte do meu futuro, quero que Deus faça parte do meu futuro, que cada membro da minha família e os meus amigos estejam lá, quero levar cada aprendizado meu. Mas e se por acaso algo se perder no meio do caminho? Isso

me aterroriza, por isso, farei de tudo para preservar tudo e todos, mesmo sabendo que só Deus sabe das coisas e que só ele pode preservar e fazer acontecer algo. Com isso tudo, só quero te dizer uma coisa, não se aterrorize com pensamentos e coisas que você não consegue controlar, tudo tem seu tempo. Penso que tudo aqui dito te ajudará a pensar sobre o futuro, pois tudo isso me ajudou também.

Barreiras-BA, 02 de setembro de 2024.

Eliza Annie dos Santos Barreto

FUTURO PRÓSPERO ESPERADO

Caro Futuro,

Estou escrevendo esta carta para registrar o reconhecimento do valor que você representa, tanto para mim quanto para tudo o que me rodeia. O mundo ao nosso redor, a natureza que permeia cada canto e cada visão, está envolto em incerteza sobre o que está por vir. É intrigante pensar no futuro, nas oportunidades que poderemos aproveitar ou perder, e na vida que construiremos a partir das escolhas que fazemos hoje. A curiosidade é grande e o temor também, pois o que você trará para o mundo dependerá das decisões que tomamos agora.

A cada dia que passa, encontro-me mergulhada em pensamentos sobre você. O que o futuro nos reserva? O que acontecerá com o planeta e sua beleza se não agirmos com responsabilidade? A resposta está em nossas mãos. Todos nós, incluindo eu, temos a capacidade de contribuir para um futuro melhor.

Olhando para o presente, vemos um planeta maravilhoso, mas também um que enfrenta enormes desafios ambientais. O aquecimento global e as mudanças climáticas nos confrontam com eventos meteorológicos extremos e problemas graves que afetam tanto a qualidade de vida quanto o equilíbrio da natureza.

Na obra *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, Ailton Krenak (2021) argumenta que a crise ambiental é uma consequência de um sistema de consumo excessivo e do distanciamento da natureza. Concordo com essa visão, pois ela reflete a realidade de que, se não

cuidarmos do nosso presente e fizermos as escolhas certas agora, tanto nós quanto a natureza não teremos um futuro promissor.

Observamos também as ações dos governantes e as iniciativas de conscientização que visam mitigar a crise ambiental. Campanhas que promovem a preservação da biodiversidade, o uso de energia limpa e sustentável e a educação sobre o impacto de nossas ações são passos importantes. A campanha *Menos é Mais* é um exemplo de como podemos reduzir o lixo e adotar práticas que garantam um futuro mais sustentável.

É crucial compreender que o futuro depende das nossas escolhas atuais. Se cada pessoa no mundo fizer um esforço, mesmo que pequeno, para reduzir a sobrecarga que impomos ao meio ambiente, poderemos preservar o planeta e garantir um futuro melhor para todos.

Com o aumento da temperatura média do planeta, nosso dever com as gerações futuras é, pelo menos, amenizar as consequências. As mudanças climáticas afetam a disponibilidade de água, tornando-a mais escassa em várias regiões, afetando plantações e secas ecológicas, e aumentando a vulnerabilidade dos ecossistemas e comunidades em todo o mundo.

Na obra *Primavera Silenciosa*, Rachel Carson argumenta sobre ameaças dos poluentes químicos no ambiente que podem ser combatidos com a indução dessa reflexão na educação, já que possui influência na atitude dos seres humanos, além de servir para os descendentes.

Para as gerações futuras, à medida que avançamos para um futuro incerto, meu desejo é que vocês possam olhar para trás e ver que fizemos o melhor possível para garantir um planeta saudável e habitável. Que o futuro seja um lugar onde a natureza prospere e onde a humanidade viva em equilíbrio com o meio ambiente.

Quando não entendemos ou não nos importamos com esses problemas, como podemos esperar um futuro para compartilhar com aqueles que amamos? É isso que todos desejamos: um futuro onde possamos viver bem e ser felizes.

O que eu mais desejo é ver um mundo transformado no futuro. Anseio acreditar que, apesar das dificuldades atuais como o medo, o materialismo e a indiferença, o futuro trará mais esperança. Espero que possamos tanto colher os frutos de nossos esforços quanto plantar novas sementes. Que, mesmo em meio à turbulência, continuemos a encontrar espaços para força, inspiração e momentos de beleza, tanto fora quanto dentro de nós mesmos. Ainda há muito a fazer, e o caminho não é fácil. As decisões que tomamos agora terão um impacto duradouro. Acredito que, se agirmos com determinação e solidariedade, conseguiremos construir um futuro com uma vida próspera para todos.

Mesmo estando tentada a desistir, o hoje que vivo e a esperança de um futuro melhor, e a certeza de que serei recompensada pelo esforço atual, me dão forças para um futuro melhor do que o presente que vivo. Peço-te, futuro, pega leve com a gente; a vida em si já é muito dura conosco. Em todo caso, estarei te esperando ansiosa. Mesmo que tentemos não pensar tanto no que nos aguarda, existem pessoas que se dedicam a planejar tudo, enquanto outras preferem se deixar guiar pelas circunstâncias. Há aqueles que se esforçam ao máximo para ter controle sobre o que está por vir, enquanto outros apenas esperam que o resultado seja positivo. De qualquer maneira, refletir sobre o futuro é algo que não podemos evitar.

Esta carta é dirigida ao futuro, que não é só meu, mas nosso, fruto de todas as nossas ações, do conflito contínuo entre aqueles que tentam viver positivamente e aqueles que tentam impedir essa vida positiva. O futuro é o seu nome, mas não a sua essência, porque tudo é feito de tempo, e o tempo é sempre presente – passado, presente, futuro e períodos que nem sequer podemos imaginar. Esta

carta está pensada para o futuro, escrita por quem ainda acredita. Faço isso por mim, mas não só por mim; é para todas as vidas que tocam a minha e me ensinam: bem viver no presente, bem viver no futuro – um momento de cada vez, mesmo quando tudo parece envolto em trevas. E talvez acima de tudo: sobretudo quando tudo parece imerso na escuridão.

Atenciosamente,

Barreiras, 04 de setembro de 2024

Eliza

REFERÊNCIAS

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Companhia das Letras, 2019.

CARSON, R. **Coletânea Rachel Carson**. [s. l.] São Paulo: Global Editora, 2021.

Cíntia Reis dos Santos

CARTA DE QUEM AINDA QUER VIVER

Meu querido leitor e minha querida leitora,

Como disse a raposa num trecho do curta *O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo*, para ser sincera sempre acho que não tenho nada de interessante para falar. Eu me sinto completamente assim escrevendo esta carta. Queria que ela transmitisse esperança, apesar de não conseguir fugir das doses de melancolia que se apossam de mim. No entanto, como diz o cavalo em resposta a raposa, “Ser sincero é sempre interessante”, é o que vou tentar fazer aqui.

Como o profeta Elias, eu também pedi para Deus me levar, toda vez que eu passava muito mal por causa da hipoglicemia. Eu pedia para Deus me levar por que eu não aguentava mais, respirar era difícil, existir era difícil, eu só queria sumir, já que a sensação que eu tinha era que nunca ia passar. Eu sempre continuaria mal. Estava cansada de fingir que estava bem. Eu tive durante muito tempo a mania ruim de ignorar tudo que eu sentia e só fingia estar bem, mas com o tempo eu estava me afogando nas coisa não ditas, não vistas e não compreendidas dentro de mim. Deus me confortava, me acolhia e me ajudava a continuar, o amor dele me salvou dos turbilhões de angústias reprimidas e eu fui melhorando.

Como eu me sentia melhor, eu só não pensava mais em como eu me via antes, já que também me sentia culpada por querer desistir. Percebi que realmente fazia muito pouco tempo que eu realmente queria viver. Eu verdadeiramente quero permanecer aqui.

Eu quero ver o pôr do sol outras vezes, quero ver a beleza nos pequenos detalhes da vida, quero poder ser médica veterinária e salvar a vida dos animais, quero poder sorrir com as pessoas que eu amo, quero amar e ser amada, quero me sentir viva, e agora eu agradeço tanto a Deus por ter tido misericórdia de mim e me resgatado, por me dar sempre vontade de viver, como disse o cavalo em outro trecho do curta "Pedir ajuda não é desistir, é se recusar a desistir" e foi o que eu decidi fazer. Lembre-se que ainda vale a pena viver.

Como disse Machado de Assis num trecho do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, "Em seis dias Deus fez o mundo e eu refiz o meu". Eu ainda estou fazendo o meu mundo e espero conseguir um dia.

Eu estava relendo meu diário para lembrar o passado e catar memórias para depositar aqui, e achei minhas anotações sobre uma briga que tive com um amigo muito amado por mim, no ensino médio. Eu me senti tão traída. Eu confiava tanto nele. Nunca pensei que ele fosse me magoar e ainda não se desculpar por isso. Aquilo foi a gota d'água para mim e tive que me afastar dele. Me lembro de chorar muito porque eu só tinha dado amor para ele. Como eu pude amar tanto uma pessoa que nem se importava comigo e com meus sentimentos. Me sentia muito burra, porém, lembrando agora desse momento, eu entendo que as pessoas não são 100% boas ou 100% ruins. Elas têm proporções diferentes de cada e eu posso amar infinitamente alguém e ela não pode ser merecedora, mas a decisão de amar alguém parte de mim, não importa o que ela vai fazer com isso, e eu não posso controlar a reação do outro, só posso controlar a mim. O personagem da toupeira diz num trecho do curta que "a melhor liberdade que temos é escolher como reagir às coisas". Então, é necessário aprender a lidar com a frustração porque, na maioria das vezes, as pessoas não vão reagir como esperamos, e isso é bom, não precisamos saber todos os passos do outro.

Quero deixar um aprendizado aqui: se doem por inteiro para as amigadas, se permita sentir, não tenha tanto medo. Claro que

as pessoas podem te magoar, mas garanto que você também vai encontrar muita reciprocidade e cuidado na relação com o outro. Vale a pena tentar. Você vai ser muito mais feliz compartilhando sua vida com as pessoas. Encontre pessoas que te acolham e que você se sinta seguro com elas. Num trecho do curta, o menino diz “Fazer nada com os amigos, nunca é fazer nada”. Eu sempre tive bons amigos e eles me ajudaram muito a viver e sentir a vida.

A arte sempre me encantou. A leitura foi influência da escola logo cedo. Eu amava conhecer novos mundos e imaginar as grandes aventuras que lia nas páginas. Foi a descoberta de um mundo novo. Eu sempre fui completamente fascinada pelas animações. Sempre amei desenhos animados e assisti vários durante a infância. Continuei vendo na adolescência e conheci o universo de animês onde conseguia me conectar ainda mais com os personagens enquanto apreciava os traços, as cores e os formatos do desenho. As histórias dos personagens me ensinaram muito sobre empatia, força, amizade, o que é família, lealdade e perseverança. É engraçado pensar e ver como os personagens mudam a nossa vida. Como eu torcia e acreditava neles. Amo assistir pessoas se apaixonando, como eles cuidam de quem ama, a sutileza nos detalhes, a compreensão, a tentativa de dar certo, o amor nascendo e fazendo morada é mágico. “Não importa a opinião dos outros sobre o que você ama, se você ama não tem nada de errado com isso”. É o que eu costumo pensar pelo fato dos outros acharem que animações são só desenhos e coisa de criança, mas não, são histórias de vida e crescimento que me ensinam e me alegram muito.

A poesia e a escrita entraram na minha vida depois das animações, mas hoje em dia eu sinto como se não pudesse viver sem isso. É incrível como os escritores conseguem colocar em palavras o que está dentro da gente tão lindo. Clarice Lispector disse numa das suas cartas para Fernando Sabino: “Às três da tarde eu sou a mulher mais exigente do mundo, eu fico reduzida ao essencial, quer dizer: só meu coração bate”. Aqui eu consigo sentir o que ela fala, a cobrança,

o perfeccionismo. Me sinto assim escrevendo para outras pessoas, pelo costume de escrever só para mim. Mesmo convivendo comigo há 18 anos, não me entendo bem, imagina escrever para outros que ainda não me conhecem, é assustador.

Com amor,

Cíntia

REFERÊNCIAS

LISPECTOR, C.; SABINO, F. **Cartas perto do coração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

PURSLOW, P. B.; MICHAEL, C. M. **O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo**. Direção: Peter Baynton, Charlie Mackesy. Produção: Matthew Freud, Cara Speller.

Giovanna Queiroz de Almeida

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: UM TESTEMUNHO DE GRATIDÃO

Pai,

Enquanto escrevo estas palavras, meu coração se enche de uma mistura de nostalgia, melancolia, amor, mas também de muita gratidão. Estou projetando um futuro onde, quando ler esta carta, se Deus quiser, já terei alcançado os sonhos que sempre compartilhei com você – tornar-me médica, independente e, esperançosamente, ter construído uma família que possa refletir tudo o que você me ensinou sobre amor, cuidado, respeito e integridade. Quando ler esta carta, espero que esteja satisfeito com o caminho que trilhei e que olhe para trás com muito orgulho da filha que criou e tanto investiu para que seguisse o caminho do bem.

Às vezes (sempre), a vida me faz refletir sobre o quanto você foi fundamental em todos os momentos da minha jornada. Não posso deixar de pensar em como você enfrentou o desafio da paternidade, mesmo sem experiência alguma. Como sua primogênita, imagino que ser pai é um desafio por si só, mas você fez isso com uma determinação e um comprometimento que são, no mínimo, admiráveis. Mesmo sem toda a estrutura que precisava, mesmo em circunstâncias complicadas que apenas eu, você e nossa família sabemos, você se dedicou inteiramente a ser o melhor pai possível.

Inspirada pelas palavras de Bronfenbrenner (1996), que destaca a importância dos vínculos próximos e afetuosos na formação

humana, vejo como esses momentos que compartilhamos, por mais desafiadores que fossem, moldaram a pessoa que sou hoje. E, como Gibran Khalil Gibran escreve em *O Profeta*, “Os filhos não são seus filhos. São filhos e filhas da ânsia da Vida por si mesma.” Você me guiou, não como alguém que me possuía, mas como alguém que desejava me ver crescer livre e forte, mesmo que isso significasse desafios para ambos.

Você conseguiu não apenas enfrentar esses desafios, mas também se destacar como uma referência para mim. Sua capacidade de equilibrar suas responsabilidades de pai com seus estudos e sua carreira é algo que admiro profundamente. Hoje, você é uma das maiores (se não a maior) referência de estudo que tenho, e a sua dedicação e sucesso são uma fonte constante de inspiração para mim. Sempre apoiou minhas decisões e priorizou o meu bem-estar acima de tudo, o que eu considero um testemunho vívido do seu caráter e da sua integridade, valores que você me demonstra todos os dias no cotidiano, sem esforço algum, pois faz parte da sua essência ser essa pessoa genuinamente boa que és.

Você sempre foi um exemplo de como um homem pode ser sim, dedicado, cuidadoso e responsável. Você é um exemplo vivo e real de que homem não é “tudo igual”. Por isso, te admiro profundamente, não apenas como meu pai, mas como homem e como o marido que é para minha madrasta. Seus valores e princípios têm sido um espelho para mim, o que me ajuda a definir o que eu procuro em um futuro parceiro.

O impacto que você teve na minha vida vai além dos gestos do dia a dia. Sua presença me mostrou o valor da autonomia e da independência, fortalecendo minha confiança para seguir meus próprios caminhos. Isso me lembra como estudiosos como Verschueren e Marcoen (1999) destacam o papel transformador dos pais no desenvolvimento da autoestima e nas escolhas de vida das filhas. O que sou hoje tem muito a ver com o que você sempre foi para mim.

Às vezes, me pego pensando em como você desempenhou papéis que ultrapassaram as expectativas tradicionais de um pai. Você foi, em muitas situações, mãe e pai ao mesmo tempo. Eu me lembro com clareza dos dias em que você assumiu responsabilidades que ninguém imaginaria que um pai sozinho teria que lidar, mas que você fez com uma dedicação que sempre me surpreendeu e hoje, paro e penso: devo ter sido um ser humano extraordinário em minha vida passada para merecer tanto zelo e cuidado, em um mundo em que, hoje, a ausência paterna se tornou piada em muitos lugares, infelizmente.

As memórias que temos juntos são um tesouro que guardo com muito carinho. Recordo-me das tardes em que você me ajudava a fazer a lição de casa, mesmo muito cansado do trabalho; das noites em que segurava minha mão, não apenas para me apoiar fisicamente, mas também para me dar coragem e conforto emocional; e das vezes em que você repetia incansavelmente as músicas do DVD do Calypso só porque eu adorava. Essas pequenas, mas significativas ações mostram o quanto sua presença moldou minha segurança e estabilidade emocional, algo que estudos como os de Fagan e Iglesias (1999) reforçam ao apontar a importância do envolvimento paterno no desenvolvimento dos filhos.

Cada gesto seu, cada palavra de encorajamento, foi um pilar de apoio que me ajudou a crescer e a me tornar quem sou hoje. Mesmo quando tropeçava e caía, você estava lá para me levantar, me ensinando a importância da resiliência e da autoconfiança.

Diferente do que muitos homens machistas pregam, você sempre me ensinou a buscar minha própria independência e a não depender de ninguém para me sentir completa. Sempre disse que eu deveria ser dona da minha própria vida e que não deveria procurar por uma “tampa para a minha panela” ou uma “metade”, pois já sou inteira por mim mesma.

Você me mostrou que o verdadeiro valor de um homem, como parceiro, está em somar à minha vida, e não em me tornar submissa.

Nossa conexão vai além do familiar. É fascinante como, apesar das nossas diferenças, conseguimos encontrar uma sintonia tão profunda, talvez por sermos ambos virginianos, com nossa busca por ordem e compreensão. Brincamos sobre isso muitas vezes, mas é essa conexão que fez com que entendêssemos um ao outro de maneiras que poucas pessoas conseguem. Nossa afinidade nos permitiu construir uma relação de pai e filha baseada na empatia e na compreensão mútua, algo pelo qual sou eternamente grata.

Ah, e como esquecer? Você também foi meu guia no mundo espiritualista, e isso é algo que sempre valorizei demais. Lembro-me com carinho do dia em que começamos a explorar o poder da mente e a importância de mudar o padrão dos nossos pensamentos. A cada ano, ao visitar esses conceitos, sinto que estou reafirmando as lições que você me ensinou – a importância de alinhar nossos pensamentos com nossas intenções para vibrar e conquistar nossos objetivos, vivendo de acordo com nossas aspirações.

Outra memória que sempre trago comigo é a primeira vez que assistimos ao documentário *O Segredo* juntos. Eu era apenas uma menina de nove anos, mas a experiência me deixou uma impressão sem igual (positiva, claro). A cada ano, ao assistir ao filme, sinto que estou reafirmando os princípios que você me ensinou – a importância de alinhar nossos pensamentos com nossas intenções, para vibrarmos naquilo que queremos e, finalmente, conquistar nossos objetivos.

E, claro, não posso esquecer a alegria que compartilhamos através da música. Os momentos em que cantávamos juntos no carro, ouvindo *My Girl*, dos Temptations, *Twist and Shout*, dos Beatles, *I Was Made for Lovin' You*, do Kiss, e as músicas de Skank, Titãs e Legião Urbana, são lembranças preciosas que guardo com muito carinho.

Sua paixão pela música e pela cultura brasileira foi um presente que me ajudou a apreciar e a valorizar essas riquezas de uma forma que vai além das palavras, com exceção do seu fanatismo pelo Vasco. Mas nem todo mundo é perfeito, eu entendo haha.

Pai, que te amo demais, já sabe. Portanto, não irei me alongar. Só quero que saiba que a gratidão que sinto por você é imensa e profunda. Você me deu muito mais do que eu poderia expressar, e sua influência continua a ser um farol em minha vida. Os ensinamentos que me proporcionou, e os momentos que juntos vivemos, constituem elementos fundamentais daquilo que sou. As suas ações, por vezes discretas, mas sempre consistentes, foram fundamentais na formação de minha visão de mundo. Por isso, ao redigir estas palavras, meu desejo é transmitir a você, de maneira justa, a profundidade da minha gratidão e o impacto que sua presença teve em minha trajetória. Também espero que, ao ler isso no futuro, eu possa ter te orgulhado com as minhas vitórias, que também, de certa forma, são suas. Você sonhou meus sonhos comigo, viveu o processo deles junto comigo, portanto, o sucesso também é seu.

REFERÊNCIAS

- FAGAN, J.; IGLESIAS, A. **Father involvement program effects on fathers, father figures, and their Head Start children**: a quasi-experimental study. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 14, n. 2, 1999, pp. 243-269.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Tradução de Francisco Martorell. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GIBRAN, K. **O profeta**. Tradução de Mansour Challita. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- VERSCHUEREN, K.; MARCOEN, A. **Attachment and emotional understanding in middle childhood**: The role of parental support and peer social acceptance. *Social Development*, v. 8, n. 3, 1999, pp. 257-278.

Júlia Vitória Guimarães dos Santos
Maiane dos Santos Souza

CARTA PARA QUEM QUER VOLTAR A OUVIR OS PÁSSAROS

Caro/a leitor/a,

Antes de seguir a leitura, pedimos que se aconchegue num local onde possa enxergar o máximo de verde possível, pedras, terra, as nuvens do céu... Aproveite e tire os sapatos, você está em casa. Curta essa vibe escutando uma música que traga uma conexão maior com a natureza, te recomendamos *Simple Assim*, de Pedro Pondé:

<https://youtu.be/4DOsl-2bzeM?si=oKFa-iqUZ7rTeMnw>

Agora, distante de interferências, sinta o contato com a terra em que está pisando, observe os animais por aí, as características da estação que estamos e respire bem fundo, depois expire, por favor, pois não queremos um processo judicial por orientações erradas nesta carta, que é especialmente para você.

Isso mesmo, para você, que não consegue enxergar as ruas pela janela do ônibus porque ele sempre está cheio; você que não lembra se choveu muito ou pouco esse ano; você que comprou flores artificiais porque não teria tempo para regar as naturais; você que gosta de ouvir o canto dos pássaros de manhã, mas não o faz há bastante tempo.

Você é um pouco parecido/a com a gente, pelo menos no sentido das últimas falas. É por isso que nosso desejo é te dar essa

chance de ser diferente, e descobrir que nós e o lugar em que vivemos estamos entrelaçados e, por isso, devemos dar mais atenção e cuidados a nossa casa. É, amigo/a leitor/a, com o cotidiano corrido, estamos cada vez mais desconectados da natureza, deixando transparecer o lado individualista do ser humano. Torcemos para que o tempo passe rápido, assim chega o horário de sair do trabalho, da faculdade ou do colégio e ir para casa descansar; desfrutar da visão de um belo céu estrelado? Não, nos acomodamos na cama e desfrutamos de todo tipo de conteúdo postado nas redes sociais.

Além do mais, como veríamos o céu estrelado com tanta luz artificial dos postes? O trânsito parado que tira a paciência, a experiência de sair de casa com a luz do dia e quando cair em si mesmo, já é noite. Sabemos que sua rotina não é fácil e muitas vezes fazemos escolhas egoístas por viver em uma sociedade alienada, levada pelo que o sistema propõe e diz ser o certo. Mas será que já não está na hora de olharmos à nossa volta e cuidarmos de quem sempre cuidou da gente (mesmo sem percebermos)?

Esse estilo de vida que levamos prova um conceito do filósofo chamado Karl Marx, a alienação, que acaba gerando em nós uma visão fragmentada da realidade, e dessa forma não compreendemos as conexões entre nossas experiências individuais e as condições mais amplas da sociedade. Essa questão se intromete entre nós e nosso laço com o meio no qual vivemos, é como estar abraçado por várias pessoas e ainda sentir que está sozinho. Sua percepção foi desligada porque agora só focamos em nós mesmo. Trazemos para o 3D o famoso ditado “antes ele do que eu”.

Sim, estamos falando de não notar a presença das árvores, do ar, dos animais, dos rios, do que compõe nosso planeta como um todo. Segundo o relatório do *Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente*, as perspectivas do nível de lixo no ano em que essa carta foi escrita (2024) são de crescimento em 60%, em apenas daqui a vinte e seis anos, ameaçando a biodiversidade, alterando o

clima, além de acumular resíduos que deverão atingir 3,8 bilhões de toneladas anuais até meados deste século.

Enfim, o mundo é nossa casa, e ele não se restringe ao seu ambiente de trabalho ou as quatro paredes em que você deita à noite, nem a montanha de lixo que citamos acima. Abra os olhos, como dizem nossas sábias avós: “arriba o pé do chão”, e vamos fazer algo pela sua casa, esse lar que tem te oferecido todos os materiais necessários para sua sobrevivência, e não tem recebido nada em troca.

E sabemos que pode parecer distante a ideia de ajudar esse lugar que tem caminhado para o caos, e o Thanos, aquele alienígena do filme *Vingadores*, parece cada vez mais coerente. Mas se acalme, querido/a leitor/a, vamos começar pelo que lhe é possível no momento. Lembre que o primeiro passo já foi dado, pois, como diz a filósofa Djamila Ribeiro (2019), para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade!”

Portanto, busque os problemas que têm rodeado a sua casa recentemente. Veja se tem árvores onde mora, ou se os passarinhos têm cantado lá fora. Coloque uma água para os cachorros de rua. Seja gentil, com a natureza e com o que nela habita, porque você está incluso nisso, e precisa disso.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Évynne Yohanna Cardoso de Oliveira
Giovanna Vasco Mendes

HOMENAGEM AO SANGUE

Queridos/as netos/as,

Escrever essa carta nos causou grandes questionamentos:

Vocês existem?

A amizade continuou?

Nossos sonhos se concretizaram?

Nós nos conhecemos?

Muitas perguntas foram surgindo, mas é mais importante falar sobre o que sabemos do que sobre o que não sabemos.

Em nossa realidade atual, temos tantos problemas com a sociedade em si, problemas que espero que vocês não cheguem nem perto de ter. Atualmente, é completamente difícil ser diferente, em qualquer quesito, sexualidade, gênero, opinião, religião e muito mais. Somos enganados/as por uma sociedade que prega a liberdade, mas, em contrapartida, tenta moldar todos a uma norma rígida e imutável, calando as vozes de quem se rebela. Muitos acabam silenciando a verdadeira identidade por medo do julgamento e das consequências. Sabemos que as chances disso tudo mudar é praticamente nula, mas esperamos, de verdade, que o caminho esteja livre para vocês conseguirem ser exatamente quem são e quem desejam ser ou estar. Se, de algum jeito, alguém se achar no direito de designar o jeito de vocês viverem, desejamos de todo coração que vocês tenham coragem o suficiente para lutar por suas vontades.

E não se pode ignorar o fato dessa sociedade ser de extrema desigualdade. Enquanto alguns acumulam riquezas além do normal, muito lutam para sobreviver com o mínimo. A sociedade se veste de progresso e inclusão, entretanto, são poucos os que conseguem se banhar em privilégio. A cor da pele e a classe social ainda definem injustamente quem terá mais ou menos oportunidades. Como dizia a gloriosa autora brasileira: *enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos, haverá guerra*

Mudando de assunto, uma das diversas coisas que gostaríamos de passar para vocês são as tradições. Continuem com as tradições antigas, elas são incríveis. Passar o tempo em família, se juntar em datas festivas como o São João, ano novo e natal, aniversários, etc. Se juntar com a família é sempre maravilhoso e de certa forma faz a gente se sentir mais leve. Mas não se prendam nisso, continuem com elas e criem novas! Inovem, coloquem a personalidade de vocês, a cara de vocês, o tempero de vocês! Façam coisas aleatórias com seus entes queridos, crie uma noite de cinema toda quinta. Nas sextas o jantar é com todos reunidos à mesa. Em todo aniversário, façam uma pegadinha, pensem no que mais tem a ver com vocês e sua família. Isso, do fundo do nosso coração, nos deixaria muito contentes e orgulhosas.

Nós estamos falando de tradições, do que seria bom ou não vocês fazerem, mas o mais importante é que vocês trilhem os próprios passos, criem suas próprias manias, suas próprias vontades. Esperamos muito que consigamos contar nossas histórias de vida, nossas experiências, nossas melhores e piores escolhas, e assim, queremos que vocês ouçam isso, se inspirem e construam suas próprias histórias, se arrependam das suas besteiras de adolescência, se orgulhem de cada passo bem dado que irão dar, não se prendam a pequenas coisas, sonhem alto e grande e contem com nossa ajuda para realizar todos os planos mirabolantes que vocês pensarem. Se inspirem nos nossos passos, mas tracem os seus próprios.

Esperamos estar aí para apresentarmos nossas músicas, séries, filmes preferidos mas, caso não estejamos, decidimos colocar duas músicas muito especiais para nós:

VIENNA

*Slow down you crazy child
You're so ambitious for a juvenile
But then if you're so smart tell me
Why are you still so afraid?
Where's the fire, what's the hurry about?
You better cool it off before you burn it out
You got so much to do and only
So many hours in a day
But you know that when the truth is told
That you can get what you want
Or you can just get old
You're gonna kick off before you even get halfway through
When will you realize, Vienna waits for you?
Slow down you're doing fine
You can't be everything you want to be before your time
Although it's so romantic on the borderline tonight
Too bad, but it's the life you lead
You're so ahead of yourself that you forgot what you need
Though you can see when you're wrong
You know you can't always see when you're right
You got your passion, you got your pride
But don't you know that only fools are satisfied?
Dream on, but don't imagine they'll all come true
When will you realize, Vienna waits for you?
Slow down you crazy child
Take the phone off the hook and disappear for a while
It's alright, you can afford to lose a day or two
When will you realize, Vienna waits for you?
And you know that when the truth is told
That you can get what you want or you can just get old
You're gonna kick off before you even get halfway through
Why don't you realize, Vienna waits for you?
When will you realize, Vienna waits for you?*

Traduzindo a música para nossas intenções: queremos e desejamos, de verdade, que vocês não se apressem, não corram demais. O mundo é grande e o tempo é constante, tudo vai acontecer quando precisar acontecer. Por favor, aproveitem sua juventude e velhice, pois ambas as fases têm sua beleza.

Seria importante pra gente que vocês ouvissem tanto essa música quanto *Nossos pais*, *Velha infância* e algumas que deixaremos na playlist (esperamos que vocês consigam abrir hahaha).

Enfim, esperamos que vocês leiam essa carta por nós a termos entregado em mãos, mas, caso isso não aconteça, entendam que mesmo nesse momento, por não termos nem idade para casarmos com alguém, já os amamos muito e queremos uma vida cheia de amor para vocês.

Atenciosamente,

Vovós

Setembro de 2024

Kauane Oliveira dos Santos

PARA THÉO: MEMÓRIAS DO FUTURO QUE SONHO PARA VOCÊ

Querido Théo,

Estou escrevendo esta carta em um momento muito especial, uma semana antes da sua chegada. Queria te contar sobre o dia em que descobrimos que você estava a caminho, um momento que marcou profundamente minha vida.

Lembro-me claramente do dia em que seu pai, meu irmão Rony, anunciou que a família dele iria se mudar para outra cidade. Estávamos todos tristes e emocionados, pois não queríamos que ele fosse embora. Rony e minha cunhada organizaram um almoço de despedida para reunir toda a família. Quando chegamos ao almoço, todos estavam com o coração apertado, sabendo que seria uma despedida. Mas o que ninguém esperava era a surpresa que nos aguardava. Eles entregaram um presente de despedida, e quando abrimos, era um teste de gravidez – a confirmação de que você estava a caminho! Naquele momento, eu chorei muito, transbordando de felicidade. A notícia de que eu teria um sobrinho, que seria você, foi uma das maiores alegrias da minha vida. Aquele dia ficará gravado para sempre na minha memória como o início de um amor imenso que sinto por você.

Agora, enquanto espero sua chegada, me peguei rindo sozinha, imaginando como você seria. Não sei exatamente como você será fisicamente (espero que loiro, assim como eu), mas já te vejo correndo pela casa, dizendo suas primeiras palavras, indo para a escola pela primeira vez, aprendendo a ler e escrever, fazendo

desenhos por toda parte, ou até mesmo sendo um apaixonado pelo Corinthians, assim como seu pai.

Enquanto você ainda é um bebê, quero compartilhar algumas reflexões e conselhos para sua vida. À medida que você crescer e começar a explorar o mundo ao seu redor, haverá muitas descobertas e aprendizados. Entre tantas coisas que a vida vai te ensinar, há algo que sempre deve estar no centro das suas prioridades: a importância da família.

Theo, uma das coisas mais valiosas que você deve preservar é a família. Tenho certeza de que seu papai e sua mamãe te amam profundamente, e esse amor será uma fonte inesgotável de apoio ao longo da sua vida. Digo isso porque seus avós sempre me apoiaram e me deram todo o suporte necessário para enfrentar o mundo, especialmente através do amor. O amor da família é insubstituível e incomparável.

Você sabia que seu quarto, todo decorado com aviões e nuvens, foi cuidadosamente preparado com muito carinho? Eu estava lá, ajudando a montá-lo, e me senti profundamente grata por fazer parte desse momento tão especial. Todo o nosso amor está refletido naquele espaço. E embora, um dia, você queira mudar a decoração para algo mais de acordo com sua idade, saiba que o seu primeiro quarto sempre será lembrado com carinho.

Falando em mudanças, é importante refletir sobre como você vai se construir como ser humano. É difícil, para mim, falar sobre isso, pois eu mesma ainda estou em processo de construção, mas uma coisa aprendi: os seres humanos nascem para se ajudar. Eu vejo isso todos os dias, seja através da ajuda a um idoso para atravessar a rua, de um abraço que alguém precisa, ou até mesmo de um simples "obrigado". São esses gestos que moldam quem você é: humano. Acredito que as pessoas ao seu redor vão te ensinar sobre isso, inclusive eu, mas a vida também vai te exigir que aprenda e demonstre

isso por conta própria. Por isso, seja gentil. A gentileza é uma qualidade poderosa, capaz de transformar dias, vidas e até o mundo.

É inevitável falar que, conforme você crescer, descobrirá que a vida é feita de escolhas e oportunidades. Pode ser que, em alguns momentos, você se sinta desafiado ou até mesmo com medo do desconhecido, mas lembre-se: a coragem não significa ausência de medo, mas sim a determinação de seguir em frente, apesar dele. Eu também tenho meus medos, especialmente do futuro – o mesmo futuro em que você está lendo esta carta agora. Tenho medo de não ser a tia rica que te leva para as Maldivas ou Dubai, medo de você não se inspirar em mim, porque talvez eu não transmita inspiração. Mas, apesar disso, tenho determinação e coragem para alcançar o que desejo, e enfrento o desconhecido todos os dias, porque quero ser uma inspiração para você, assim como seu pai é para mim.

Lembro-me de seu pai sempre dizendo: “Tenha coragem, Kauane, quero te ver sempre melhor que eu.” Essa é uma das frases que levo comigo até hoje, e eu me perguntava como alguém poderia desejar que outra pessoa fosse melhor que ela mesma. E aí está a prova do verdadeiro amor. Theo, eu quero que você seja melhor que eu, porque eu te amo. Quero que você aprenda com seus erros e supere a cada um deles. E mesmo que, às vezes, você não consiga, tudo bem, sua tia estará aqui.

Sei que tudo isso pode dar a impressão de que a vida será só flores, contudo não se engane: você terá decepções, sejam elas amorosas, pessoais ou materiais. No momento em que estiver vivendo essas decepções, pode parecer que nunca terão fim e que sua vida está arruinada. Eu tive a mesma sensação, e hoje vejo com clareza o quanto elas me ensinaram. As pessoas, Theo, podem te decepcionar, no entanto nunca permita que te falte respeito por si mesmo. Não deixe ninguém ultrapassar a barreira do respeito; esse é o meu conselho mais valioso para você.

Por fim, nunca se esqueça de que você tem uma família que te ama profundamente e que estará sempre ao seu lado, nos momentos bons e nos desafiadores. Estaremos aqui para te apoiar, te guiar e, acima de tudo, para te amar incondicionalmente.

Com muito amor e carinho,

Sua titia, Kauane

Marília Gabriela Marques da Silva

CARTA PARA MARÍLIA DO FUTURO

Prezada Marília do futuro,

Espero que tudo esteja correndo como o planejado ou até melhor que nossos planos atuais, mas me diga, conquistou a sonhada aprovação no concurso? Já tem alguém no seu coração? Possui uma vida estabilizada e com conforto?

Bom, não precisa ter pressa para responder essas perguntas, até porque nós sabemos que certas conquistas demandam grande esforço e dedicação (que são coisas que nunca lhe faltaram). Espero que esteja aproveitando cada momento como se fosse o último, pois sabemos que pode realmente ser o último. A minha intenção com essa carta é te lembrar que seus sonhos são possíveis, independentemente das dificuldades que podem aparecer em seu caminho. Como disse Friedrich Nietzsche, "nada é tão nosso como os nossos sonhos", e ele estava supercerto, não há nada que não possamos fazer, ainda mais quando se trata de sonhos.

Você se lembra da sensação que sentia ao falar de suas possíveis profissões? (sim, mais de uma, porque sempre foi indecisa). Sempre demonstrou amor com suas palavras ao contar seus sonhos às pessoas, a satisfação em ter sonhos "prontos" em sua mente e coração e o mais importante, a força de vontade que sempre demonstrou ter para que esses sonhos se tornassem realidade, talvez não realizasse todos, mas que realizasse os que sempre fizeram seu coração bater com mais intensidade; Você é uma mulher de

grande potencial e sabe disso, porém as inseguranças que sempre carregou possuem grande peso em suas decisões, sonhos e ações, nós sabemos que não era pra ser assim, nada deveria ter o poder de te afligir a ponto de te fazer duvidar da sua capacidade, da sua dedicação e das suas metas.

O que nós (sua eu do presente e sua eu do futuro) queremos são coisas taxadas como simples para algumas pessoas, mas somente nós sabemos o quão importantes esses sonhos e vontades são, o quanto isso mudaria nossas vidas e a vida das pessoas mais importantes (mãe, irmã) que merecem colher os frutos e desfrutar de todo o conforto que esses sonhos podem proporcionar, pois são pessoas que sempre estiveram ao nosso lado, nos apoiando, dando um puxão de orelha quando necessário, ensinando que a humildade é de suma importância e sempre nos encorajando a querer ser a nossa melhor versão todos os dias. É o que dizem, "1% melhor que ontem". Jamais se deixe deslumbrar com coisas materiais porque elas são passageiras, nossa vida é passageira, é um ciclo de ensinamentos, e nós sempre tentamos ao máximo praticar os principais ensinamentos. Nossa criação nos permitiu ter orgulho de dizer isso.

Sabe as noites mal dormidas? O compromisso de levantar às 5 da manhã todos os dias para trabalhar? Foram de grande importância para a formação de nosso caráter, para nos mostrar que a vida não é um conto de fadas; que para se ter algo alguns sacrifícios são necessários; que renúncias não são o fim do mundo, pelo contrário, tudo isso serviu para que sua eu do presente entendesse que a caminhada para se tornar uma mulher bem sucedida é árdua, cheia de altos e baixos, mas que são necessárias para moldar a pessoa que sempre foi e quis ser; serviu para te mostrar que a única coisa que cai do céu é a chuva; que, se queres algo, tens que trabalhar para conseguir e para te mostrar que ninguém é melhor que ninguém, para manter os seus pés no chão sempre.

O que espero de você, Marília do futuro, você sabe bem, mas irei falar aqui. Espero que tenha se tornado quem sempre quis ser, sem se esquecer de suas raízes (isso te manterá humilde), que seja uma profissional bem-sucedida, independentemente da profissão que tenha escolhido exercer, pois sua eu do presente sabe que tudo que se propõe a fazer é feito com extrema dedicação e perfeccionismo, o que pra muitos pode ser um defeito, porque ninguém alcança a perfeição, no entanto eles jamais entenderão que o significado do perfeccionismo para nós nunca se tratou realmente do "perfeito" e sim da satisfação de perceber que demos nosso melhor no que nos foi proposto, pois isso sempre foi importante para nós.

Uma vez li ou ouvi, não me recordo bem, uma frase em algum lugar que dizia "*o impossível é possível para quem acredita*". Se formos analisar, é a mais pura verdade, e é isso que espero que tenhas carregado consigo sempre, pois foi uma frase que tocou profundamente a sua eu do presente. Acredito que a Marília do futuro ainda carrega o peso dessa frase com ela. Sempre fomos de levar algumas coisas para a vida, por isso tenho esse pensamento. Enfim, a mensagem que sua eu do presente quer passar com essa carta é: não desista dos seus sonhos por nada nesse mundo, você tem determinação e capacidade para torná-los realidade e jamais se esqueça de que és merecedora de todo o amor desse mundo. Deixe de lado essas inseguranças sem sentido. Elas não te definem e nunca irão te definir. Você é mais que tudo isso, você é maior que esses pensamentos intrusivos que invadem sua mente.

Espero que você leia essa carta e sinta o que sua eu do presente está sentindo ao escrevê-la.

Com amor, Marília do presente

Rebecca Augusto da S. de Jesus

O QUE MAIS ESPERAR DO FUTURO?

Para aqueles que sonham com sua autenticidade,

Ao me ser apresentada essa ideia inicial de escrever uma carta sobre perspectivas do futuro/para o futuro, logo quis que esses sonhos tivessem fundamento. Por isso, decidi mencionar acontecimentos do passado.

Quando mais nova, eu costumava passar horas mexendo em caixas velhas tentando achar antiguidades, me vestia com roupas dos meus parentes mais velhos, vivia perto da areia, ficava horas deitada no quintal contemplando o céu. Desde mais nova, minha imaginação transcende o físico, porém sempre fui muito podada para ser igual a todos e me encaixar na normalidade entre as crianças. Quando me refiro às pessoas que sonham com sua autenticidade, quero intensificar a esperança naqueles momentos que achamos impossíveis, ideias diferentes do comum como um banheiro no conceito aberto, aquela viagem para um lugar incomum pouco apreciado, ou talvez uma visão diferente sobre a interpretação de “vida”.

Desejo que, no presente e no futuro, as crianças sejam incentivadas a ler, meditar, escrever e se conectar com elas mesmas. Sonho em talvez um dia encontrar um bom equilíbrio em minha vida, onde reencontro o meu “eu” criança feliz com o meu “eu” atual mais realista. Hoje tenho medos, inseguranças, confusão de coesão no momento de escrever, enterraram as minhas diferenças. Desejo que, no presente e no futuro, as escolas ensinem sobre a invasão dos

portugueses, além do respeito e do amor. Sonho no dia que meus filhos, sobrinhos, afilhados, netos valorizem a natureza, se conectem com o espiritual e não se apaguem por causa de comentários alheios que sempre existiram.

A escritora do futuro também espera que no futuro seu banheiro de conceito aberto exista, que seu amor pela vida transborde, que ela consiga cuidar das pessoas e ser luz no coração das mesmas. E mesmo que não tenha tal feito, que ao menos lembre-se dela como alguém que tentou o máximo para que isso ocorresse, que um dia eu me recorde desse momento e tenha orgulho de participar de um projeto tão importante e modificador. É nesses momentos que a cabeça gira e nos permitimos “viajar” entre o passado, presente e futuro. O passado para que nos mantenha nos “trilhos” da humildade e coragem. O presente para nos dar esperança de um amanhã melhor e com certeza a sorte de contemplar o tempo que temos AGORA. O futuro que, com sua imensa incerteza, nos faz lutar e sonhar com nossas autenticidades. Tais títulos que, apesar de diferentes, se complementam.

O que seria de nós senão as coisas que nos aconteceram? O que é de nós sem as coisas que acontecem, o que será de nós sem as coisas que nos acontecerá? São essas coisas que os sonhadores devem lembrar. Cada decisão modifica quem somos e o que será de nós. Apesar de sonhar, jamais devemos perder a racionalidade. Todo sonho demanda determinação e responsabilidades. Quando se sonha com um bom casamento, deve ser fiel e lutar para fazer ser bom. Quando se sonha com uma boa carreira, deve estudar e lutar até que ocorra. Para aqueles que desistem, aqui não existe espaço para julgamentos, apenas acolhimento. Quando se é feito de tudo e mesmo assim o sonho não se concretiza, aconselho a só esquecer pós-morte, ou nem isso. Acredito muito na passagem desses sonhos para filhos ou pessoas que amamos, pois tudo que eles conquistam se torna uma alegria para quem os ama, ainda mais se feito e

pensado na gente, algo que os faça carregar lembranças sobre quem fomos e o que tínhamos no coração.

Enfim, vivam a realidade, aproveitem o agora, amem, sintam, façam sem vergonha, se permitam, mas se responsabilizem com as consequências. Não se desgaste com pessoas que só querem sugar sua áurea porque simplesmente as frustra, isso diz mais sobre quem elas são do que sobre quem são vocês.

Exercitem o amor próprio, se amar não te incapacita de amar o próximo. O amor é ilimitado, possível de multiplicação e potencialização de números enormes. Não se esqueçam de sonhar, amar quem são e lutar pelas realizações, o resto vem "de graça". Como já dizia a raposa do livro *O pequeno príncipe*: "...- Não se vê bem a não ser com o coração. O essencial é invisível aos olhos..."

Com amor, Rebecca

Iasmin Souza Oliveira
Leandro Freita Parente
Kátia Luzia Soares Oliveira
Wellington Alves Aragão

PENSANDO SOBRE UM FUTURO MAIS AMOROSO E AFETUOSO PARA COM OS JOVENS

Prezado/a leitor/a,

Com base nos apontamentos de Eric Hobsbawm e Reinhart Koselleck, a forma como os historiadores podem refletir sobre os problemas do presente e do futuro é bastante controversa. Para alguns, “prever o futuro” é como olhar o céu, todo dia vemos suas cores e sua configuração de nuvens que sempre serão diferentes no dia seguinte; dessa forma devemos apenas respirar, olhar para cima e apreciar a grandiosidade do que é impossível prever.

Contudo, a maioria dos estudiosos do tempo histórico, embora acreditem na incerteza do futuro, consideram que é primordial se basear no passado, ou melhor, identificar seus elementos relevantes, para daí arriscar tendências, problemas e probabilidades do quão importante aqueles acontecimentos podem vir a se repetir.

A partir dessa relação, historiadores são capazes de tecer previsões muito, pouco ou nada prováveis, mas que são extremamente importantes para o processo de construção de uma consciência histórico-crítica. Como estudantes do Ensino Médio, a apropriação das reflexões acerca dos conhecimentos históricos nos inquieta,

sobretudo ao pensarmos sobre o futuro a que aspiramos. Ao olharmos o passado da sociedade brasileira e mesmo suas permanências históricas no presente, somos impelidos a desejar um futuro em que possamos desfrutar de uma sociedade com mais tolerância, com pessoas mais empáticas e, sobretudo, de um mundo melhor para os jovens. Isto é, um mundo menos desigual economicamente e com maior valorização e realização de práticas sustentáveis ambientalmente de forma que pudéssemos abraçar e aprender com o passado, aproveitar o presente e olhar para um futuro menos idealizado.

Às vésperas de terminarmos o Ensino Médio, estando em contato maior com os vestibulares e com a possibilidade de embarcarmos na universidade, considerando o número de vagas, nos assusta o rumo que nossas vidas podem tomar no futuro caso não consigamos ingressar nos cursos que almejamos e como isso pode afetar as profissões e a qualidade de vida que teremos ou não no futuro.

Desde que nos entendemos por gente, escutam falar sobre como a educação é a chave de tudo, muda vidas e abre portas, mas sem o acesso devido a ela, o que acontece? Sem um diploma, uma graduação, as possibilidades de trabalho são menores, majoritariamente mal remuneradas, acabando em um ciclo sem fim, no qual a desigualdade social gera mais desigualdades. Um passado sem investimentos seguros e permanentes em educação gera um futuro assustador em uma sociedade cada vez mais excludente como a nossa.

Frequentemente, muito se ouve, lê ou assiste falar da ampliação do acesso à educação, mas a realidade que confrontamos atualmente é a da permanência de uma disputa desigual em que o processo de seleção para uma instituição de ensino superior pública é extremamente elitista e favorece aqueles que tiveram e têm condições de frequentar uma boa escola ou cursinho particulares, prejudicando aqueles que majoritariamente têm/teve a base educacional em uma escola pública, de situações precárias e/ou precisam desde cedo trabalhar para ajudar no sustento da família.

Neste cenário, cria-se uma ansiedade, um medo por causa de uma expectativa que torne o futuro de nossas vidas resumido ao que podemos ou não nos tornar a partir desse acesso ao Ensino Superior Público. Trata-se de uma pressão, de um medo a respeito se conseguiremos ou não alcançar uma profissão que nos “garanta” acesso a um padrão de vida que nos é apresentado massivamente e acriticamente nas redes sociais, nas propagandas televisivas e demais publicidades, como o único modelo viável e plenamente satisfatório.

Temos estudado sobre como esse modo de vida, de pensamento e subjetividades apregoados são heranças do colonialismo, de uma perspectiva eurocêntrica e estadunidense dominantes, que impõe-nos um padrão de vida acrítico fundado no capitalismo, que promulga o desenvolvimento técnico-racional e o acúmulo de bens materiais como sinônimos de bem estar e felicidade.

Pensando nisso, veio à mente a lembrança dos versos do rapper cearense Don L:

A guerra que nos reaproximou de nós
É a mesma que me pôs a repensar meus sonhos
O quanto neles era só publicidade?
Fazendo acreditar que eram meus próprios planos. (...)
Um dia desse eu tava meio cabreiro
Sem saber o que pode me acontecer
E não ver o fruto que eu plantei em algum janeiro
Mas tive um relampejo de que já estão aí
E a gente pode ser feliz agora mesmo

(Primavera, D. L)

Essa música foi escrita em 2021, durante a pandemia. Ela faz referência àquele momento de dor e angústia, aquela “guerra” que nos levou a refletir sobre nossos objetivos, nossos planos, nosso futuro. Isso é um sonho meu, do meu interior, ou me foi imposto? Logo, essa corrida e competição escolar, onde ficamos tentando ao máximo prever o futuro, concomitantemente tentando ser algo que não somos, gera uma prisão e uma pressão mental insuportável

sobre nós, jovens. Geralmente, deixamos de aproveitar o presente por temer como esse momento pode afetar nosso futuro. Até o pensamento de “se eu visitar minha vó essa noite ao invés de estudar, vou acabar sendo um fracasso em tudo”, passa a ser comum. Mas, não deveria! Em uma sociedade menos excludente, na qual não há essa névoa de pressão englobando todos nós e dizendo: “decida agora o que você vai fazer pro resto da vida”; “estude exaustivamente para depois trabalhar exaustivamente”; o futuro não seria tão assustador, e talvez pudesse se tornar uma agradável surpresa.

Sendo convidados a pensarmos sobre essa e tantas outras angústias que envolvem nosso passado e presente, o que sentimos em nossos corações é a vontade de almejarmos sim pelo futuro, mas sem perder a beleza do presente.

Isso implica em se relacionar com o futuro de outra forma, a partir da qual pudéssemos apenas respirar, olhar para cima e apreciar a grandiosidade do presente ou, como disse Ailton Krenak, compartilhar “a riqueza incontida que é viver esses presentes” (2022, p. 12); de acreditar no futuro e não apenas preocupar-se com ele, apenas abraçar a si mesmo e o que já somos. Isto é, o que queremos é a possibilidade de imaginar um futuro onde o bem-estar ceda lugar ao Bem Viver, para nós e nossos filhos, uma imaginação possível!

REFERÊNCIAS

HOBBSBAMM, E. **O novo século**: entrevista a Antonio Polito. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 7-9

KOSSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

*Isabella Adriane
Kátia Luzia Soares Oliveira
Wellington Alves Aragão*

A BELEZA DO FUTURO PRESENTE

Prezados/as colegas,

O futuro é incerto e imprevisível. Podemos até tentar identificar elementos relevantes do passado, para solucionar alguns dos problemas do presente. O tempo histórico nos fala, apontando probabilidades futuras. Mas será que estamos ouvindo as probabilidades e aproveitando a sabedoria?

Esse questionamento me veio ao ler a carta de vocês, em que falam do futuro com preocupação, ressaltando como no cenário atual há uma cobrança em relação a nós jovens, e sobre nossas futuras profissões, o que, como vocês bem disseram, “cria uma ansiedade, um medo do que podemos ou não nos tornar por causa dessa expectativa que torna o futuro de nossas vidas resumido naquilo que vemos nas redes sociais, por exemplo”. Vocês também destacam que essa pressão é como “uma prisão mental onde ficamos tentando ao máximo prever o futuro, ao mesmo tempo tentando ser algo que não somos”.

Segundo Ailton Krenak (2020), em *Ideias para adiar o fim do mundo*, a passagem do tempo acaba se tornando um ruído em nossa observação sensível do planeta, isso porque, em nossa sociedade “ocidentalizada”, muitas pessoas tendem a se concentrar somente em problemas e colocar todas suas forças para evitá-los ou resolvê-los.

Então, concordo com a crítica que apresentaram na carta e penso em toda essa pressão e ansiedade como um ruído em nossa

observação sensível do planeta, o que acaba nos afetando de tal maneira que não conseguimos ouvir e nem enxergar a beleza da ancestralidade presente em todos nós, cotidianamente, dia após dia. Como nos informa Ailton Krenak: estamos em todos os lugares, pois em tudo estão os nossos ancestrais, os rios-montanhas.

Assim, a cosmovisão indígena reforça essa ancestralidade de valorização do presente. Podemos observar que se trata de uma outra compreensão da história que pode fornecer informações valiosas para enfrentar os desafios contemporâneos e moldar o curso do futuro da sociedade. É que, até hoje, alguns povos primitivos como os povos indígenas guardam uma compreensão cujo foco está na observação do ambiente, do planeta, em vivências e experiências valiosas do estar com a natureza numa relação de reciprocidade, isto é, não como quem se impõe sobre outros seres da natureza, mas com eles se correspondem, como parte dela e não como sendo superiores a ela.

Com nosso modelo de sociedade atual, tendemos a não pensar nas pequenas coisas, nesses pequenos milagres ao nosso redor, como poder “visitar minha vó” e com ela aprender sobre a vida, ou ainda aproveitar a chuva que os antepassados comemoravam dançando num ritual sagrado; o que para nossa era é somente um tempo corriqueiro, onde os indivíduos tentam ao máximo evitar se molharem. Isso porque, como também nos explica Ailton Krenak,

[...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2020, p. 16-17).

Lendo isso, lembro que, quando criança, era uma alegria imensurável banhar no rio, assim como brincar na terra, mas que, com o decorrer do tempo, a sociedade reprime o indivíduo de tal forma

que ele acaba ficando engessado, e que já não se sente mais da mesma maneira. Recuperar essa conexão é fundamental para o futuro que nós, jovens, precisamos.

Isso tem a ver com os sinceros sentimentos que expressam ao dizer: “o que sentimos em nossos corações é a vontade de se relacionar com o futuro de outra forma, a partir da qual pudéssemos apenas respirar, olhar para cima e apreciar a grandiosidade do presente, acreditar no futuro e não apenas se preocupar tanto com ele, somente abraçar a si mesmo”. O que vocês honesta e lindamente expressam, e que eu li com muita alegria, também é o meu desejo e tem a ver com a ideia de futuro ancestral do Ailton Krenak.

Dizer futuro ancestral significa dizer que é tempo de pararmos um pouco a nossa rotina desgastante e refletir sobre o chamado à restauração da natureza, de nos envolvermos com a fauna e a flora. Significa que é tempo de resgatar as culturas locais e milenares, um conhecimento rico dos povos indígenas que era passado de geração em geração. O futuro ancestral tem que estar presente em todos nós, principalmente nos jovens que acreditam em um futuro predestinado desde que nasceram, que não conseguem enxergar outra possibilidade de futuro. Essas culturas e a natureza, se olhadas com muita atenção, abrirão os olhos para outra perspectiva de futuro, um futuro que já está aqui ao nosso redor nos chamando para substituir o desenvolvimento por envolvimento!

REFERÊNCIAS

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Ana Beatriz Soares Fraga
Kátia Luzia Soares Oliveira
Nádia Castro Santos

VISTA A MINHA PELE, OLHE E VEJA OS LÍRIOS NO CAMPO: PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Prezada Geovanna Fernanda Barbosa Sousa,

Li seu texto sobre amor e capacitismo e me senti motivada a compartilhar com você algumas das minhas experiências como pessoa com deficiência visual.

No momento em que escrevo este texto, tenho dezessete anos e, por ter visão subnormal por ausência do epitélio pigmentar da retina, causada pelo albinismo, apresento acuidade visual com lentes corretoras no olho direito de 20/400 (5%) e no olho esquerdo de 20/200(8%). Também passei por diversas situações de preconceito e discriminação, sobretudo no contexto escolar.

Como pessoa com deficiência, convivi com o preconceito desde a infância, manifestado em forma de *bullying* e discriminação, em que eu ouvia xingamentos em relação às minhas características como a cor da pele e o movimento dos meus olhos (nistagmo). Além disso, também passei por exclusão social tanto no quesito de amizades, quanto no sentido de trabalho escolar, por acharem que eu era

incapaz de realizá-los; por ser uma pessoa com baixa visão e ter um ritmo de leitura e aprendizagem diferente dessas pessoas.

É interessante pontuar que a presença do capacitismo durante toda a infância e início da adolescência revela como essas fases, onde o olhar do outro nos alcançam e nos moldam, têm-se constituído como “lugares” de opressões e violências coloniais. Esses “lugares” que se presentificam no ambiente escolar ressoam a perspectiva de mundo pensado como um lugar feito para um único tipo de pessoa. Essa padronização hegemônica nos impõe uma norma, um modelo único de ser e estar e exclui, agride e destrói tudo que é diferente, daí Ailton Krenak nos alerta que “se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somo todos iguais”(Krenak, 2022, p. 42).

Nessa perspectiva, Atauan Soares de Queiroz (2024, p. 28) nos convoca, “como atividade crítica e agenciadora, a questionar as verdades e certezas que imperam nas sociedades ocidentalizadas e que são sustentadas por mecanismos hierarquizantes, binários e excludentes”.

Em consonância com essa convocação, em minhas experiências com o preconceito, eu não fiquei calada e sempre me manifestava a respeito desse capacitismo e de como isso era prejudicial para minha aprendizagem. Contudo, naquele momentos, como resposta, obtive chacotas e comentários do tipo “ninguém é obrigado a fazer trabalho com quem não tem afinidade”, e que “ não iam fazer trabalho com quem não fazia nada”. Esses comentários eram injustificados, pois como sabiam se eu faria ou não se não me davam a chance? Ou seja, eles manifestavam um juízo prévio negativo a meu respeito. Como você explicou bem em seu texto, esse tipo de preconceito é chamado de capacitismo e sua ação gera discriminação e segregação.

Conforme eu me manifestava, passei a ser chamada de “militante”. Em certa ocasião, um colega chegou a externalizar

publicamente, durante uma confraternização de fim de ano, que eu “era muito chata e tinha vontade de me dar um soco na boca”.

Outra situação bem marcante para mim foi quando, num Conselho de Classe, adicionei ao relato que a Coordenação Pedagógica pede aos representantes de turmas que, em uma dada disciplina, apenas as pessoas com deficiência não foram bem na prova e que isso era indicação de que a mesma não foi inclusiva. No entanto, esse relato foi apagado pela outra representante da sala. Ao ser questionada por mim sobre o motivo desse apagamento, respondeu que “essa era apenas uma opinião minha”.

Como você sabe, esse tipo de comentário e atitude nos fere, nos machuca muito, afetando negativamente nossa autoestima. No meu caso, fiquei por muito tempo presa em questionamentos do tipo: Por que meus colegas e até mesmo alguns professores não queriam ouvir esses relatos? Por que os acham repetitivos e vitimistas? Por que meu colega quis me dar um soco na boca? Esses questionamentos me adoeceram e me fizeram acreditar até bem pouco tempo que a escola não era um local para mim.

Em qualquer dimensão ou instância da existência, a partir daquilo que nos convoca, somos chamados a confrontar o habitual - era essa, insistentemente, minha condição, afinal, o que há na vida senão a repetição constante de tudo o que vivemos? Por que tanta indignação diante das questões expostas? Esses questionamentos levaram-me a recordar Søren Kierkegaard que, em *A Repetição*, escreve: “a repetição é a realidade e a seriedade da existência; ela é aquilo que dá consistência ao vivido” (Kierkegaard, 2008, p. 45). Em outras palavras, retomar um tema não significa vitimizarse, mas insistir na busca de reconhecimento, aprofundar o sentido da própria experiência até que ela possa ser, de fato, acolhida. Ao reler essa ideia, compreendi que minha “repetição” era uma tentativa legítima de romper com a indiferença e de reivindicar meu direito de pertencer.

Muitas vezes demoramos para entender que não encontraremos respostas tão facilmente e que um caminho possível é olharmos para nós mesmas e buscarmos a cura dessas dores, como menciona em seu texto. Assim, lendo sua carta, senti esperança e vontade de ressignificar essas dores. Para isso, gostaria de compartilhar algumas das aprendizagens já alcançadas nesse processo.

Em primeiro lugar, percebi que é muito importante, sim, falarmos sobre essas dores, mesmo que pessoas mais próximas nos achem repetitivas e militantes. Lembrei que li certa vez que, na literatura, o narrador que o escritor escolhe tem muita importância, pois a realidade pode ser vista por inúmeros pontos de vista, e um mesmo acontecimento pode se transformar em outro, dependendo de quem o conta. Por exemplo, no caso do relato da turma, excluir a minha fala significa excluir uma parte da realidade, uma parte significativa para mim e para as pessoas com deficiência. Para uma análise mais incluyente, é necessário, sim, ter mais de um ponto de vista para que não caíamos no que a escritora Chimamanda Ngozi chama de “o perigo da história única”. Para ela,

a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história (...) A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2019, s/p.).

Ao tentar me manifestar no Conselho de Classe, relatando o que foi retirado, a outra representante disse que “eu estava vestindo demais minha deficiência” e que a realidade não era assim, pois a turma era bem incluyente. Bom, não tem como eu vestir minha deficiência, pois eu já vivo nessa condição, nessa pele. Eu escrevi o relato a partir de onde estou e minhas palavras descrevem a minha realidade, e aqui cito novamente a Grada Kilomba que nos adverte:

Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que naturalmente não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder. Se esse ensaios parecem preocupados em narrar as emoções e a subjetividade como parte do discurso teórico vale lembrar que a teoria está sempre posicionada de algum lugar (...). Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem a minha realidade (...). Escrevo da periferia não do centro. Este também é o lugar de onde eu estou teorizando" (Kilomba, 2019, p. 58).

Essa situação e a leitura da Grada Kilomba me levaram ao segundo ponto do aprendizado, a saber: é importante, sim, "erguermos a voz" e falarmos das nossas dores, mas é igualmente importante termos um espaço de escuta, e escuta sensível numa perspectiva de que nossas dores e nossas falas a respeito dessas dores "não são histórias pessoais ou reclamações íntimas, mas sim relatos de racismo (...). Elas espelham as realidades históricas, políticas, sociais e emocionais das "relações raciais" (Kilomba, 2019, p. 57).

Por fim, o terceiro aprendizado: a luta contra o capacitismo, assim como a luta contra as diferentes formas de opressão, é uma luta coletiva. Ao longo desses anos escolares, fazendo alusão ao comentário da minha colega, posso ver que foram poucas as vezes em que meus colegas de turma vestiram a minha pele. Então, nesse caminho de aprender a se curar, gostaria de deixar esse convite: vistam minha pele e se juntem a mim no combate ao capacitismo e exclusão que ainda operam em diferentes espaços. Para isso, é fundamental entender que não há uma única maneira de aprender, mas uma diversidade de aprendizagens, assim com há uma diversidade de sujeitos.

Ao ignorar ou ao evitar nos aproximarmos de pessoas com diferentes ritmos de leitura e aprendizagens, ao recusarmos entrar em contato com diferentes experiências sociais e diferentes

convívios intelectuais, perdemos a oportunidade de enriquecimento ético e poético. Isso porque, dito de outra maneira, o contato com as diferenças “possibilita a visibilização de vozes, discursos e epistemes que enriquecem as experiências sociais e os processos civilizatórios (Queiroz, 2024, p. 26). E como diz Ailton Krenak (2022, p. 68), “a vida reclama essa fruição”.

Nesse sentido, a arte sempre nos empresta palavras, ritmos e pensamentos que nos ajudam na articulação de relações que ligam pontos que nos escapam, pela fragilidade de nossas incompreensões. Busquei, então, na poética de Alberto Caeiro, Heterônimo que nasce no coração de Fernando Pessoa, um verso que condensasse essa experiência, foi assim que encontrei as seguintes palavras:

“não basta abrir a janela
para ver os campos e o rio.
Não é bastante não ser cego para ver as árvores e as flores.”

Esses versos me detiveram porque, neles, sinto a tradução da dificuldade de “ver” num sentido mais amplo: ver é mais do que captar formas e cores; supõe desfazer o jádado, romper a crosta das convenções que fazem com que “todos vejam a mesma coisa” e se acomodem do mesmo modo. Para aqueles, como eu, que participam de uma experiência visual não hegemônica, esse convite ao olhar, que vai além da retina, adquire peso existencial, mas, paradoxalmente, vale também para quem enxerga perfeitamente e, ainda assim, permanece cego às diferenças.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KIERKEGAARD, S. **A Repetição**. Trad. Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 2008.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KRENAK, A. Futuro Ancestral. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

PESSOA, F. (sob o heterônimo **Alberto Caeiro**). O guardador de rebanhos (Poema VIII). *In*: PESSOA, F. **Poemas completos de Alberto Caeiro**. Lisboa: Ática, 1946. p. 55.

QUEIROZ, A. S. (*et al.*). **Práticas discursivas para o bem viver**: decolonizando saberes. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

SOBRE O ORGANIZADOR E AS ORGANIZADORAS

Atauan Soares de Queiroz

Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e licenciado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Barreiras.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3923805819866846>

E-mail: atauan@ifba.edu.br

Kátia Luzia Soares Oliveira

Mulher, cisgênero, social e politicamente negra, de cor parda. Mãe solo e atípica da linda, potente e muito amada Ana Beatriz Soares Fraga, adolescente com albinismo e baixa visão. Doutora em História pela Universidade de Brasília. Mestre, Especialista e Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8683425929612517>

E-mail: katialuziasoares@ifba.edu.br



Jurema Moreira Cavalcanti

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA, Campus Barreiras. Líder do grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA/CNPq). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, na Linha de Pesquisa Processos Urbanos Contemporâneos, e graduação também em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9528995066749380>

E-mail: jurema.cavalcanti@ifba.edu.br

Delânia Santos Azevedo

Professora, arquiteta e urbanista brasileira. Mãe de duas garotas e pesquisadora na área de urbanismo aplicado aos territórios negros baianos. Nasceu em Salvador – Bahia, onde se graduou e atuou como projetista em escritórios de arquitetura até a finalização do mestrado, quando então passou a se dedicar à docência no IFBA, Campus Barreiras.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4205758506218184>

E-mail: delania.azevedo@ifba.edu.br



www.pimentacultural.com

Epistolaridades

pensamento crítico e criativo
em Arquitetura, Urbanismo,
Literatura e História